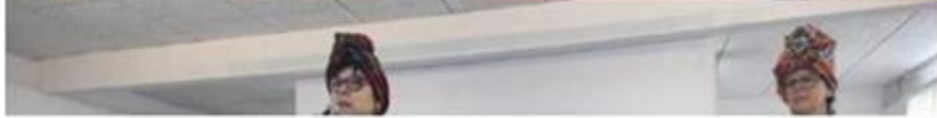
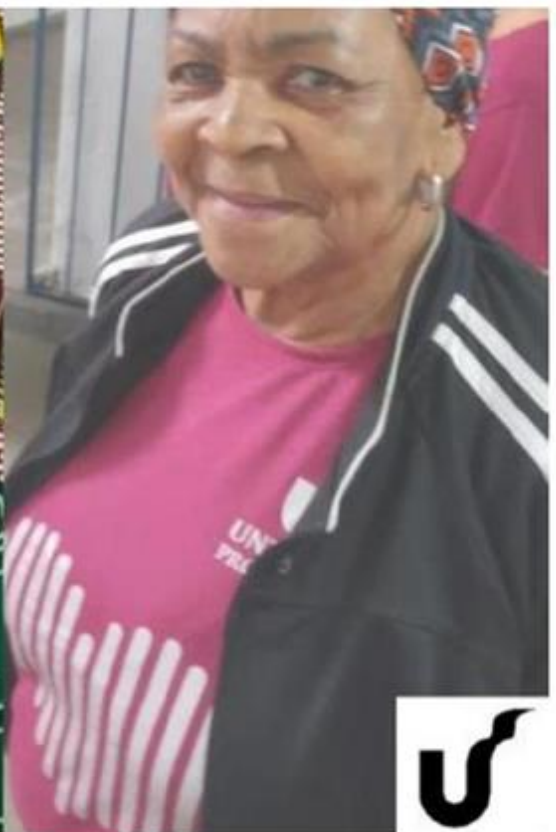




**SILVANA BIANCHI**



**A (RE)EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS DE PESSOAS IDOSAS NO PRÓ-MAIOR**





Autora da capa: Vivian Heinle  
E-mail: [vhassessoria pedagogica@gmail.com](mailto:vhassessoria pedagogica@gmail.com)  
Novo Hamburgo, 2024.

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
NÍVEL MESTRADO**

**SILVANA BIANCHI**

**A (RE)EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS  
DE PESSOAS IDOSAS NO PRÓ-MAIOR**

**São Leopoldo**

**2024**

SILVANA BIANCHI

**A (RE)EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS  
DE PESSOAS IDOSAS NO PROGRAMA PRÓ-MAIOR**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientadora: Profa. Dra. Viviane Inês Weschenfelder

Linha de Pesquisa: Educação,  
Desigualdades e Inclusão

São Leopoldo

2024

B578r Bianchi, Silvana.

A (re)educação das relações étnico-raciais de pessoas idosas no Pró-Maior. Silvana Bianchi. – 2024.

112 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2024.

“Orientadora: Profa. Dra. Viviane Inês Weschenfelder”.

1. Idosos. 2. Educação - Relações étnicas. 3. Educação - Relações raciais. 4. Projetos de desenvolvimento social. 5. Universidades e faculdades. I. Título.

CDU 37-053.9

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

**SILVANA BIANCHI**

**A (RE)EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS  
DE PESSOAS IDOSAS NO PROGRAMA PRÓ-MAIOR**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Viviane Inês Weschenfelder (orientadora)  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

---

Profa. Dra. Geraldine Alves dos Santos  
Universidade Feevale (FEEVALE)

---

Prof. Dr. Rodrigo Manoel Dias da Silva  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Hey Jude, don't make it bad.  
Take a sad song and make it better.  
Remember to let her into your heart,  
Then you can start to make it better.

Hey Jude, don't be afraid.  
You were made to go out and get her.  
The minute you let her under your skin,  
Then you begin to make it better.

And anytime you feel the pain, hey Jude, refrain,  
Don't carry the world upon your shoulders.  
For well you know that it's a fool who plays it cool  
By making his world a little colder.

Hey Jude, don't let me down.  
You have found her, now go and get her.  
Remember to let her into your heart,  
Then you can start to make it better.

So let it out and let it in, hey Jude, begin,  
You're waiting for someone to perform with.  
And don't you know that it's just you, hey Jude, you'll do,  
The movement you need is on your shoulder.

Hey Jude, don't make it bad.  
Take a sad song and make it better.  
Remember to let her under your skin,  
Then you'll begin to make it  
Better better better better better better, oh (Os Beatles, 1968).

A meu marido, com todo o meu amor...

## AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é fruto de uma jornada de aprendizado, esforço e fé.

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela vida e pelas oportunidades de crescimento espiritual e intelectual concedidas.

Esta pesquisa não teria sido possível sem o apoio e o incentivo de muitas pessoas. Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos que contribuíram para a realização deste trabalho.

Ao longo dessa trajetória de dois anos, que coincidiu com uma das maiores pandemias da história do mundo — devido à covid-19 —, fui rodeada de altos e baixos, entre momentos desafiadores de conhecimento, de reflexão e de extremo aprendizado.

Primeiramente, agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Viviane Inês Weschenfelder, por sua orientação, paciência e valiosas contribuições ao longo desta jornada. Incansável nas dúvidas, estava sempre disposta a ajudar e resolver pronta e rapidamente minhas dúvidas, sabendo lidar com a angústia, a expectativa e o nervosismo nos momentos mais desafiadores. Sua experiência e conhecimento foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Vivi, muito obrigada por tudo! Tu és uma excelente profissional e minha inspiração!

Aos membros da banca examinadora, Profa. Dra. Geraldine Alves dos Santos e Prof. Dr. Rodrigo Manoel Dias da Silva, por suas críticas construtivas e sugestões valiosas, que ajudaram a aprimorar ainda mais este trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação da Unisinos, por contribuírem direta ou indiretamente para a minha formação acadêmica.

A meus amigos e colegas de curso, em especial, ao Grupo Rousseau —, pelas discussões, ajuda mútua e pelos momentos de descontração que tornaram esta caminhada mais leve.

À minha equipe do Pró-Maior, aos estagiários e às voluntárias, pela compreensão e palavras de apoio nos momentos inseguros.

Às participantes do Pró-Maior, em especial ao grupo Origem, que se dedicou e me ajudou a entender melhor as pessoas com sua sabedoria de vida.

À Unisinos, pela oportunidade proporcionada por meio da bolsa de auxílio financeiro. Este apoio foi essencial para a realização dos meus estudos, permitindo-me dedicar à formação acadêmica e ao desenvolvimento pessoal e profissional. Sou



profundamente grata pela confiança e investimento em meu futuro, que, certamente, contribuirão para a construção de uma carreira sólida e de sucesso.

À minha família, por seu amor incondicional e apoio constante.

A meu marido, Sidney Antônio Bianchi, que não mediu esforços para estar comigo nesta trajetória.

A meu filho, Matheus Bianchi, e, à minha nora, Allison Szulczewski, que estiveram sempre ao meu lado. E, ao maior presente que Deus nos deu, meu neto, Santiago Szulczewski Bianchi. Vovó ama você demais, Santiago!

A meu pai, Silvio Soares Pacheco, e, à minha mãe, Onira Clara Pacheco, que, infelizmente, não conseguiram estar aqui comigo em vida, pelo amor incondicional, educação e valores que me proporcionaram.

À minha sobrinha, Cássia Cristiane da Conceição Bitencourt, que está na Inglaterra, por tanto incentivo.

Muito obrigada! Sem vocês, não teria chegado até aqui!

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar (Mandela, 1995, n.p).

## RESUMO

Esta pesquisa buscou compreender como as pessoas idosas podem reeducar suas relações étnico-raciais e rever suas percepções racistas, a partir da experiência em um programa universitário voltado a este público. O estudo ocorreu junto à oficina Origem, que integra o Programa Pró-Maior, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. O principal objetivo da pesquisa foi compreender como a oficina Origem contribuiu para a reeducação das relações étnico-raciais das pessoas idosas participantes. Ao articular a temática da educação das relações étnico-raciais evidenciou-se como a educação e a cultura podem e devem ser trabalhadas também com a população idosa, promovendo a equidade racial. Metodologicamente, este estudo é de caráter qualitativo e teve como procedimento a sistematização de experiências, com dados coletados a partir dos relatos das participantes, observações registradas em diários de campo e interações durante a oficina. Os resultados mostraram que as atividades da oficina Origem foram eficazes na reeducação das relações étnico-raciais, promovendo a conscientização sobre o racismo e fomentando mudanças positivas em atitudes e comportamentos. O Programa Pró-Maior se beneficiou com a conscientização e a transformação de atitudes, fortalecendo o senso de pertencimento, a inclusão social, a valorização da diversidade, a capacitação profissional e o empoderamento das participantes. Sugere-se que futuras pesquisas explorem as experiências de pessoas idosas em diferentes contextos, testem novas metodologias educacionais em programas de inclusão e equidade racial, e acompanhem a implementação da oficina em diferentes regiões do país. Além disso, destaca-se a necessidade de políticas públicas e programas educacionais que incluam as pessoas idosas e abordem diretamente as questões étnico-raciais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

**Palavras-chave:** pessoa idosa; educação das relações étnico-raciais; projeto social; universidade.

## ABSTRACT

This research sought to understand how elderly people can re-educate their ethnic-racial relations and revise their racist perceptions, based on the experience of a university program aimed at this public. The study took place at the Origem workshop, which is part of the Pró-Maior Program at the University of Vale do Rio dos Sinos. The main objective of the research was to understand how the Origem workshop contributed to the re-education of the ethnic-racial relations of the elderly participants. By articulating the theme of education for ethnic-racial relations, it became clear how education and culture can and should also be worked on with the elderly population, promoting racial equity. Methodologically, this study is qualitative in nature and its procedure was the systematization of experiences, with data collected from the participants' reports, observations recorded in field diaries and interactions during the workshop. The results showed that the activities of the Origem workshop were effective in re-educating ethnic-racial relations, promoting awareness of racism and fostering positive changes in attitudes and behavior. The Pro-Major Program benefited from raising awareness and transforming attitudes, strengthening the participants' sense of belonging, social inclusion, valuing diversity, professional training and empowerment. It is suggested that future research explore the experiences of older people in different contexts, test new educational methodologies in inclusion and racial equity programs, and monitor the implementation of the workshop in different regions of the country. It also highlights the need for public policies and educational programs that include older people and directly address ethnic-racial issues, contributing to the construction of a fairer and more inclusive society.

**Keywords:** elderly person; education of ethnic-racial relations; social project; university.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Plano de ação do Programa Pró-Maior.....	32
---	----

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Antiga sede da Unisinos .....	36
Fotografia 2 - Aula de capoeira .....	37
Fotografia 3 - Compartilhamento de instrumentos da cultura afro-brasileira .....	38
Fotografia 4 - Atividade no complexo desportivo da Unisinos .....	38
Fotografia 5 - Início da oficina Origem .....	76
Fotografia 6 - Registro antes da apresentação .....	77
Fotografia 7 - Momento de colocação do turbante .....	78
Fotografia 8 - Evento Redão .....	78
Fotografia 9 - Registro após a apresentação .....	79

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pesquisas selecionadas.....	50
Quadro 2 - Composição da oficina Origem .....	69
Quadro 3 - Síntese dos encontros da oficina Origem.....	73
Quadro 4 - Abordagem da temática para compor a análise .....	74

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA.....	21
<b>2 CONSTRUÇÃO DA PESQUISA</b> .....	<b>26</b>
2.1 TRAJETÓRIA ACADÊMICA E PROFISSIONAL .....	26
2.2 PERCURSO DE UM PROJETO SOCIAL EM CONTEXTO UNIVERSITÁRIO: DO NUTTI AO PRÓ-MAIOR.....	28
2.3 A CONSTITUIÇÃO DA OFICINA ORIGEM.....	36
2.4 O DESCONHECIDO ASSUSTOU E O PRECONCEITO IMPEROU.....	37
<b>3 A CONSTITUIÇÃO DA VELHICE E A PESSOA IDOSA COMO TEMÁTICA SOCIAL</b> .....	<b>40</b>
3.1 PESSOA IDOSA E VELHICE: HISTÓRIA E CONTEXTUALIZAÇÃO .....	40
3.2 PESSOA IDOSA E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	43
3.3 PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE PESSOAS IDOSAS E A TEMÁTICA RACIAL .....	48
<b>4 RACISMO, RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO</b> .....	<b>57</b>
4.1 RACISMO NO BRASIL: DESAFIOS DE UMA SOCIEDADE.....	57
4.2 BRANQUITUDE: UM OLHAR SOBRE A IDENTIDADE BRANCA .....	62
4.3 DIVERSIDADE CULTURAL E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS .....	64
<b>5 METODOLOGIA</b> .....	<b>67</b>
5.1 PROCEDIMENTOS ÉTICOS .....	71
5.2 ORGANIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA PARA A ANÁLISE DOS DADOS .....	72
<b>6 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA COM A OFICINA ORIGEM</b> .....	<b>75</b>
6.1 OFICINA ORIGEM: ORGANIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DENTRO E FORA DA UNISINOS.....	75
6.2 PERCEPÇÕES DAS PESSOAS IDOSAS SOBRE A OFICINA ORIGEM.....	80
6.3 “EU ACHAVA QUE ERA NORMAL”: ABERTURA AO DIÁLOGO ANTIRRACISMO .....	85
6.4 A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NA OFICINA ORIGEM.....	91
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>99</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>102</b>



<b>APÊNDICE A - QUESTÕES ÀS PARTICIPANTES DA OFICINA ORIGEM .....</b>	<b>109</b>
<b>APÊNDICE B - CARTA DE ANUÊNCIA.....</b>	<b>110</b>
<b>APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)</b> <b>.....</b>	<b>111</b>
<b>ANEXO A - APRESENTAÇÃO NO EVENTO REDÃO.....</b>	<b>112</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Acredito que é preciso reconhecer e debater essas e outras relações de dominação para criar condições de avanço para outro tipo de sociedade e outros pactos civilizatórios (Bento, 2022, p. 19).

Esta dissertação articula dois temas principais: a pessoa idosa e a educação das relações étnico-raciais, visando responder à seguinte problemática: *como um grupo de convivência com pessoas idosas pode promover a consciência racial e a reeducação das relações étnico-raciais?*

Para isso, parto do princípio de que muitas pessoas idosas aprenderam a conviver em uma sociedade preconceituosa e racista, mas que podem reeducar suas relações a partir do momento em que conhecem a história e a cultura afro-brasileira, assim como refletem sobre suas percepções racistas. Acredito que, ao longo de toda a vida, aprendemos que as pessoas idosas merecem a oportunidade de repensarem suas crenças e suas práticas discriminatórias.

A luta contra o racismo é uma jornada complexa e contínua, que exige não apenas coragem, mas também uma profunda compreensão e empatia. As palavras da citação supracitada capturam a essência de uma transformação pessoal e coletiva, fazendo-nos recordar que a mudança começa com a conscientização e a ação conjunta, reafirmando a importância da solidariedade e da ação efetiva pela igualdade racial. Esta ação requer pesquisa e produção de conhecimento sobre a temática para que novas problematizações sejam feitas e outras lentes de análise sejam produzidas.

Quem são as pessoas idosas do Brasil contemporâneo? Qual sua visão de mundo sobre as relações raciais brasileiras? Conforme o Estatuto da Pessoa Idosa, são consideradas pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 anos (Brasil, 2003a).

Atualmente, as pessoas idosas pertencem a uma sociedade que não reconhecia o racismo como um problema social. Na perspectiva de olhar para o passado, relembro as décadas de 1970 e 1980, período em que estava ingressando na comunidade escolar. Recordo-me que a sociedade ditava os valores baseados nos privilégios da supremacia branca, naturalizando o racismo e todas as formas de discriminações e desigualdades sociais.

Naquela época, eu, mulher branca, nascida em uma família de classe média, filha de pais que eram funcionários em uma fábrica de couro, localizada na região do

Vale dos Sinos/RS, fortemente marcada pela colonização alemã, que valorizava o sobrenome e o território das famílias. E na convivência familiar, as falas racistas eram consideradas naturais, pois não havia o cuidado de preservar os sentimentos e as relações humanas.

Sustentar que o passado era socialmente melhor que o presente é também marca registrada da supremacia branca. Qualquer período do passado das pessoas negras foi repleto de violência e resistência, e mais de três séculos de escravização brutal, estupro de mulheres negras, genocídio dos povos indígenas ainda trazem marcas profundas na sociedade brasileira. O passado pode ter sido bom para a maioria dos brancos, porque usufruíram de privilégios naturalizados pela estrutura racista. Segundo Robin Diangelo (2018), as condições sociais no passado eram mencionadas pela supremacia branca como melhores do que as da atualidade.

Sinalizo este distanciamento entre brancos e negros a partir da minha vivência, por isso destaco a importância das décadas. As pessoas idosas, especialmente as brancas, aprenderam a discriminar, mas como podem aprender a construir relações mais respeitadas? Para salientar a imagem da pessoa idosa e suas relações sociais, é relevante refletirmos sobre a dominação de uma sociedade em que prevalecia a desigualdade, a exclusão e as discriminações em todas as frentes, ostentando a branquitude como referência e privilégios.

Conforme o Estatuto da Igualdade Racial, considera-se discriminação racial

toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada (Brasil, 2010, p. 1).

Em 2003, foi aprovada a Lei nº 10.639, que inseriu o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas de todo o país (Brasil, 2003b). Responsável por modificar os currículos da educação básica e do ensino superior, tem como compromisso a formação para a desconstrução do racismo que afeta de forma tão profunda a sociedade brasileira.

Em 2008, houve a aprovação da Lei nº 11.645, que passou a contemplar também o ensino da história e da cultura dos povos indígenas (Brasil, 2008). É fundamental incentivar o conhecimento no âmbito das relações étnico-raciais para fomentar novas transformações dessas relações, oportunizando, por meio de um

ambiente propício à reflexão das relações sociais, do diálogo, do vínculo grupal e da integração entre as pessoas idosas.

A necessidade de compreender as transformações do mundo contemporâneo corrobora a magnitude do envelhecimento como objeto de estudo, que requer a percepção de fatores que circundam sua pluralidade, dentro das perspectivas do próprio envelhecer. Não faltam situações que despertem na pessoa idosa alguns sentimentos, como a insegurança em torno de sua existência, ou, outras vezes, o medo de ser colocada em uma instituição de longa permanência contra a sua vontade. Somada a essa fragilidade que perpassa a vida, as práticas preconceituosas e racistas, muitas vezes, são entendidas como menores ou toleráveis.

Segundo Geraldine dos Santos (2020), as concepções antigas de pessoas idosas, mal-humoradas, com dificuldades de memória, ultrapassadas, já se exauriram. E elas vêm se constituindo durante séculos e levarão ainda algum tempo para serem anuladas do imaginário cultural brasileiro. Com isso, a desigualdade somada ao preconceito que enfrentam, podem ser impedimentos de que todos tenham as mesmas oportunidades, ou seja, diante das múltiplas velhices, envelhecer com dignidade e direitos garantidos, para muitas pessoas idosas, continua distante.

Em 2015, foi lançado, por meio do Centro Internacional de Longevidade do Brasil, um documento que reforça as iniciativas dos quatro pilares — aprendizagem ao longo da vida, participação, saúde e segurança — para um envelhecimento ativo, na perspectiva de não olhar apenas para a saúde, mas abrangendo estratégias que criem oportunidades de participação da população idosa em atividades cívicas, culturais, econômicas, físicas, intelectuais, políticas e sociais. Para alcançar esses pilares, há a necessidade de implementar políticas convergentes, como: urbanização, mudanças ambientais e climáticas, combate à pobreza e desigualdades (Cachioni; Todaro, 2016).

O Brasil permanece marcado pela distribuição desigual de renda. Os estudos que se dedicam a analisar as elites indicam que elas detêm poder e a maioria dos recursos. O cenário habitacional é um forte marcador desta disparidade, o aglomerado de casas em morros e periferias contrasta com condomínios fechados e casas de luxo. Cada vez mais, os modelos de condomínios fechados vão sendo ampliados para que a população de alta renda não enxergue a realidade que o Brasil vive. Podemos dizer que a desigualdade social é impulsionada pela polarização política, já que as camadas

mais ricas da sociedade exercem uma pressão política maior contra a redistribuição de renda em relação às mais pobres.

Elisa Reis (2000) analisou a perspectiva de parte da elite brasileira sobre a pobreza e a desigualdade, com base em dados de pesquisas e entrevistas detalhadas. Os resultados revelaram que há uma grande preocupação com a pobreza e a desigualdade, como um desafio à consolidação da democracia no país. No entanto, o paradoxo surge quando essa mesma elite não se considera parte do problema e atribui ao Estado grande parte da responsabilidade.

Portanto, o desenvolvimento e a aplicação de políticas de redistribuição dependem, em grande medida, das preferências daqueles que ocupam as posições mais elevadas na hierarquia social. Assim, entender essas preferências e os mecanismos que as moldam é essencial para compreender como a desigualdade se mantém ou pode ser modificada. No cenário educacional não é diferente.

A desigualdade no campo da Educação brasileira é um desafio persistente e multifacetado. Apesar dos avanços, disparidades significativas persistem entre as escolas urbanas e rurais, bem como entre as regiões mais e menos desenvolvidas do país. Além disso, a desigualdade socioeconômica tem um impacto profundo, limitando o acesso a oportunidades educacionais de qualidade para crianças de famílias de baixa renda. Essas desproporções têm efeitos duradouros, perpetuando ciclos de pobreza e limitando o potencial de milhões de brasileiros.

Os dados estatísticos da população negra no Brasil revelam a significativa representatividade deste grupo étnico no país. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “entre 2012 e 2016, a participação percentual dos brancos na população do país caiu de 46,6% para 44,2%, enquanto a participação dos pardos aumentou de 45,3% para 46,7% e a dos pretos, de 7,4% para 8,2%”<sup>1</sup>.

No entanto, é importante notar que esses dados frequentemente também destacam as desigualdades persistentes que a população negra enfrenta em áreas como educação, emprego, justiça e saúde, ressaltando a necessidade contínua de medidas para combater a discriminação racial e promover a igualdade de oportunidades para todos. A desigualdade racial no Brasil é uma questão

---

<sup>1</sup> Disponível em: [agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos). Acesso em: 17 out. 2024.

profundamente enraizada e persistente, resultante de séculos de escravidão e discriminação racial.

Ao longo dos anos, há uma busca pelo enfrentamento deste problema por meio de políticas de ação afirmativa e da promoção de debates sobre igualdade racial, mas a desigualdade racial continua sendo um desafio significativo, que requer esforços contínuos para promover a inclusão e a equidade para todas as raças e etnias no país.

Neste contexto, a população idosa negra carrega o fardo do racismo institucional e estrutural que perdura por séculos. A história do Brasil é testemunha das condições adversas em que a população negra foi integrada à sociedade após a abolição da escravidão, enfrentando a falta de oportunidades e a exclusão.

Diante disso, na velhice, aspectos como: afetividade, autonomia, descendência, inclusão, saúde e suporte social são apontados como foco de abordagem para ressignificar as novas relações sociais. Considero importante salientar que as mulheres negras e idosas vêm sofrendo racismo desde o início de suas vidas, acumulando desigualdade racial, de gênero e etarismo (Santos, 2020).

Não poderia deixar de destacar que o momento pandêmico que ocorreu fortemente entre 2020 e 2021, devido à covid-19, fez com que a pessoa idosa e a população negra estivessem ainda mais expostas à doença, ao preconceito e à discriminação. Fator que agregou maior sofrimento e adoecimento cognitivo, além do risco quanto ao vírus (Gomes, 2020).

Conforme a Organização Mundial da Saúde<sup>2</sup>, há a necessidade de proporcionar reflexão e intervenção apropriadas à pessoa idosa, que considere a diversidade de estado funcional e não apenas o olhar para a idade cronológica. Frente a isso, a sociedade e instituições que atuam com pessoas idosas, devem articular novas transformações referente ao cuidado, para alcançar uma vida longa e de qualidade a essas pessoas.

Segundo dados do censo de 2022, o Brasil possui mais de 33 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, o que significa um aumento de 39,8% desde 2010, quando o número era de 22,3 milhões. O Rio Grande do Sul se destaca como o estado com a maior concentração de pessoas idosas, com cerca de 18% da população<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Disponível em: [paho.org/pt/envelhecimento-saudavel/covid-19-e-pessoas-idosas](https://paho.org/pt/envelhecimento-saudavel/covid-19-e-pessoas-idosas). Acesso em: 17 out. 2024.

<sup>3</sup> Disponível em: [agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos). Acesso em: 17 out. 2024.

O município de São Leopoldo/RS tem 217.409 pessoas registradas no senso, sendo 113.039 mulheres e 104.370 homens. Desta população, a faixa etária correspondente às pessoas idosas é de 36.665, o que equivale a, aproximadamente, 16,87% do total. Dentre elas, 21.223 são mulheres e 15.442 são homens, indicando uma predominância feminina nesta faixa etária<sup>4</sup>.

Esse envelhecimento populacional é impulsionado pelo aumento da expectativa de vida e pela diminuição das taxas de natalidade. Por isso, é tão importante a viabilização de iniciativas que promovam a saúde, o bem-estar e a inclusão social dessa população.

A partir desses dados, é possível identificarmos que o Brasil é um país envelhecido, o que significa que as pessoas idosas estão se tornando uma parcela cada vez mais expressiva. Em contrapartida, elas ainda continuam invisibilizadas e não se sentem pertencentes à sociedade.

Com as enchentes ocorridas em maio de 2024, no Rio Grande do Sul, na cidade de São Leopoldo/RS mais de 180 mil pessoas foram afetadas, resultando em 100 mil desabrigados<sup>5</sup>. Embora os dados sobre a população idosa afetada não estejam amplamente disponíveis, sabe-se que há uma parcela significativa daqueles que foram diretamente afetados.

É um grupo especialmente vulnerável em desastres climáticos, pois enfrenta maiores dificuldades para se deslocar e acessar recursos de emergência. Isso agrava a já existente invisibilidade social das pessoas idosas que, muitas vezes, são negligenciadas em contextos de crise, revelando a falta de políticas e suporte adequados durante as emergências climáticas.

Considerando as questões apresentadas, esta dissertação investigou as relações étnico-raciais entre as pessoas idosas, com ênfase nas práticas de discriminação racial e no racismo estrutural, a partir das experiências desenvolvidas em uma oficina de um grupo de convívio, que integra um Programa Institucional de Atendimento à Pessoa Idosa, na Unisinos, denominado Pró-Maior (Maior Idade).

Devido à temática da educação das relações étnico-raciais no âmbito escolar e acadêmico, abrangemos o diálogo e a reflexão com a população acadêmica, mas

---

<sup>4</sup> Disponível em: [agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos). Acesso em: 17 out. 2024.

<sup>5</sup> Disponível em: [cnnbrasil.com.br/nacional/rio-dos-sinos-sobe-2-cm-por-hora-e-afeta-180-mil-pessoas-em-sao-leopoldo-rs/](https://cnnbrasil.com.br/nacional/rio-dos-sinos-sobe-2-cm-por-hora-e-afeta-180-mil-pessoas-em-sao-leopoldo-rs/). Acesso em: 17 out. 2024.

ainda temos uma lacuna de um público que também precisa ter a oportunidade de conhecer a cultura afro-brasileira e indígena e reeducar suas relações étnico-raciais em relação à população idosa. Considero que, por intermédio de programas e políticas públicas, poderemos alcançar esta parcela da população e, juntos, construir um novo panorama social que inclua e seja digno de oportunidades iguais para qualquer pessoa. Ao mesmo tempo, ações desenvolvidas em grupos de convívio com pessoas idosas podem auxiliar no desenvolvimento da cidadania.

Nesta perspectiva, elaborei esta dissertação visando ampliar as ações e promover a reeducação das relações étnico-raciais, propiciando oportunidades de aprendizagem e experiências interculturais com a pessoa idosa. Esta população carrega estereótipos de que, nesta fase da vida, não é possível aprender ou conscientizar-se para renovar suas atitudes e comportamentos.

Esta pesquisa teve como foco as pessoas idosas e a reeducação das relações étnico-raciais, por meio de um programa social vinculado à Universidade. Parto do pressuposto de que minha experiência no Pró-Maior, onde ocupo o cargo de coordenadora, poderá contribuir com a análise desta pesquisa devido aos anos que atuo junto à população idosa. O reconhecimento do Programa, tanto na comunidade acadêmica quanto no município, se reflete no fato de ser referência para as políticas públicas regionais. O Pró-Maior já existe há 32 anos, como uma iniciativa consolidada e enraizada na comunidade de São Leopoldo/RS.

Mobilizada pela construção desta investigação, acredito ser um tema desafiador e inovador, pois articula duas temáticas que não estão presentes em muitos trabalhos acadêmicos. Espero que estudos futuros tenham como foco a temática em questão, podendo contribuir para ampliar as políticas públicas e os projetos sociais nas diferentes instituições de ensino superior.

Além disso, é possível observar que o Brasil é um país que vem aumentando ostensivamente sua longevidade. Mais do que nunca, é importante olhar para este público e criar oportunidades educativas, pois impacta muito em nossa sociedade.

Esta pesquisa está vinculada ao Grupo de Pesquisa Educação, Diversidade e Cidadania (GPDIC/Unisinos/CNPq), na Linha de Pesquisa: Educação, Desigualdades e Inclusão. Compreendo como produtiva a imersão de uma pesquisa que propicie mapear, compreender e aprofundar o assunto, analisando em que medida as pessoas idosas podem reaprender a reeducar suas relações étnico-raciais. A coleta de dados ocorreu junto às atividades realizadas com pessoas idosas na oficina Origem, do Pró-



Maior. Destacando que o objetivo geral deste estudo permeia compreender como a oficina Origem contribuiu para a reeducação das relações étnico-raciais de pessoas idosas participantes do Programa Pró-Maior.

Pesquisei a temática do envelhecimento por meio do Estatuto da Pessoa Idosa, instituído a partir do artigo primeiro, que aponta que a pessoa, ao chegar aos 60 anos, passa a ser considerada “pessoa idosa”, e a partir desta etapa da vida, recebe benefícios devido aos anos de contribuição previdenciária (Brasil, 2003a, p. 1). Como nomenclatura, utilizo “pessoa idosa” com base na Lei nº 14.423, que substituiu, em todo o Estatuto da Pessoa Idosa, as expressões “idoso” e “idosos”, pelas expressões “pessoa idosa” e “pessoas idosas”, respectivamente (Brasil, 2022).

Na próxima seção, compartilho as principais questões que construíram a problematização desta pesquisa.

## 1.1 PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA

A sociedade dominante lhe atribuirá a identidade racial com a qual elas se pareçam mais fisicamente, mas sua própria identidade racial interna pode não estar alinhada à identidade que lhes seja atribuída (Diangelo, 2018, p. 192).

A partir desta citação, volto ao passado e recordo-me das inúmeras vezes que fiquei me questionando diante das atitudes discriminatórias das pessoas, quando se dirigiam a uma pessoa negra.

Existe uma subjetividade coletiva herdada e beneficiada pelos brancos, formando uma aliança que exclui e perpetua as recordações de um passado vergonhoso e doloroso. Essa visão distorcida é transmitida às gerações seguintes (Bento, 2016). Além disso, é fundamental reconhecer que todos nós, de alguma forma, já cometemos atos racistas e as gerações futuras podem reconhecer essa herança e romper com os erros do passado por meio de reflexões e debates, permitindo que os protagonistas estejam à frente, utilizando seu lugar de fala. Somente assim poderemos reconstruir uma nova história e estabelecer pactos civilizatórios mais justos.

Para bell hooks<sup>6</sup> (2021), é necessário termos consciência quanto às questões raciais, é emergente entender como o racismo é e como se manifesta em nosso

---

<sup>6</sup> O pseudônimo “bell hooks” é uma homenagem à bisavó materna da autora, Bell Blair Hooks. Ao escrever seu nome em letras minúsculas, hooks também presta um tributo à oralidade das tradições

cotidiano. Esta falta de conexão entre a rechaça consciente à raça como lacuna que precisamos eliminar, uma ilusão que precisa ser suprimida antes que um debate significativo sobre cor e racismo aconteça (hooks, 2021).

Diante disso, as universidades privadas e públicas potencializam a discussão e ampliam os debates para fora dos muros, proporcionando novas narrativas diante da construção da inclusão social (Bento, 2016). Entretanto, é necessário realizar mais ações que promovam a reflexão das atitudes dos atos discriminatórios por idade, cor, classe social e garantir que todos tenham condições adequadas para envelhecer com dignidade, pois estes marcadores de desigualdade perpetuam trajetórias desvantajosas para grupos como negros, pardos, indígenas e pessoas idosas.

Neste cenário, a construção histórica e social para a pessoa negra que tornou uma pessoa idosa, enfrenta constantes discriminações relacionadas à cor, ao local onde vive e a outras formas de preconceito que afeta seu processo de envelhecimento. Envelhecer para a população negra não é simples, é um processo carregado de discriminações, especialmente às mulheres (Debert, 1999).

Ao analisar o cenário, as pessoas brancas, por desfrutarem de seus privilégios ao longo dos anos, não têm a dimensão do quanto o racismo é um fator discriminatório na vida das pessoas negras. Pelo fato de que a exclusão não inicia apenas na fase da velhice, mas vem acompanhado durante toda sua vida.

Lélia Gonzalez (2020) já discursava em 1988, quando completava cem anos da abolição da escravatura, que os danos sociais causados pelo racismo são amplamente conhecidos. É lamentável quando alguém manifesta seu racismo contra uma pessoa negra, mas quando uma sociedade assume uma postura preconceituosa, o resultado é trágico para os negros e para a sociedade (Gonzalez, 2020).

É necessário reconhecer e debater essas relações de dominação para avançarmos rumo a uma sociedade mais justa e pactos civilizatórios mais igualitários. Nesta discussão, não podemos deixar de incluir as pessoas idosas, pois suas trajetórias de vida, suas experiências, proporcionam possibilidades de explorar novas identidades (Debert, 1999; Bento, 2016).

A década de 1980 foi o período em que os negros foram expostos negativamente, como em programas de auditório, quadros que elegiam a pessoa negra mais bonita do Brasil, programas de humor com narrativas racistas, além de

---

afro-americanas e à força das mulheres negras de sua família, reconhecendo a influência destas figuras em sua vida e obra.

propagandas e novelas que os retratavam como subalternos, empregados ou pessoas mal-intencionadas, reforçando o racismo (Bento, 2016).

Portanto, se a sociedade da década de 1980 foi apontada em diversas pesquisas como fomentadora do racismo, quem são esses adultos atualmente? Possivelmente, são as pessoas idosas, devido à sua experiência em uma sociedade racista, a tendência é que sejam pessoas idosas racistas que merecem ter a oportunidade de reeducar suas ações.

Neste sentido, por meio de uma educação que inclua, que reconheça o valor da diversidade, poderemos construir práticas que promovam a reflexão, a mudança de postura, oportunizando práticas coletivas de combate ao racismo e à discriminação. Mas uma educação que permita o acesso das pessoas idosas na construção coletiva, não somente para alunos em processo de escolarização. No entanto, essa transformação não pode ocorrer sem que o indivíduo tenha consciência do processo, o que requer reflexão e ação (Bento, 2016).

Diante disso, destaco algumas inquietações que me acompanharam ao longo desta jornada: como a pessoa idosa pode rever suas crenças e viver o processo de reeducação das relações étnico-raciais? Como um grupo de convivência que atende pessoas idosas pode contribuir para a reeducação das relações étnico-raciais? Quais atividades podem contribuir para a reeducação da população idosa em relação ao racismo e às relações étnico-raciais?

A partir destes questionamentos, construí o seguinte problema de pesquisa: *como um grupo de convivência com pessoas idosas pode promover a consciência racial e a reeducação das relações étnico-raciais?*

Como objetivo geral, pretendo compreender como a oficina Origem contribuiu para a reeducação das relações étnico-raciais de pessoas idosas, participantes do Programa Pró-Maior.

E, como objetivos específicos, busco:

- sistematizar as experiências desenvolvidas com pessoas idosas sobre os valores da ancestralidade negra e as relações étnico-raciais na oficina Origem;
- analisar as percepções de pessoas idosas, participantes do Programa Pró-Maior, sobre pertencimento racial, racismo e antirracismo;
- discutir sobre a educação de pessoas idosas no que tange a educação das relações étnico-raciais no Brasil.

Para isso, dividi a pesquisa em sete capítulos, incluindo a introdução.

No capítulo 2, “Construção da pesquisa”, relato minha trajetória acadêmica e profissional e apresento o local onde a pesquisa foi realizada, desde o seu início, como Núcleo Temático da Terceira Idade (NUTTI) até os dias atuais, como Pró-Maior.

No capítulo 3, “A constituição da velhice e a pessoa idosa como temática social”, explano o referencial teórico com base nas referências que darão sustentação para compreender historicamente a temática da pesquisa. Primeiramente, exibo a questão da velhice no contexto histórico e social, conceituando os termos e focando na pessoa idosa como objeto de estudo. Em seguida, abordo a temática racial, descrevendo o racismo no Brasil, os desafios de uma sociedade com profunda desigualdade racial e, como problemática, a questão da branquitude.

No capítulo 4, “Racismo, relações raciais e educação no Brasil contemporâneo”, discuto sobre estes temas, destacando os desafios enfrentados por nossa sociedade. Também abordo os conceitos de branquitude e diversidade cultural, explorando suas implicações e a importância de uma educação que reconheça e valorize estas questões.

No capítulo 5, “Metodologia”, adoto a pesquisa qualitativa, que foca em pessoas, comportamentos e interações sociais, utilizando diários e registros para capturar as perspectivas das participantes. Para a obtenção dos dados, uso como método a sistematização de experiências, considerada um pilar para o aprimoramento contínuo dos conhecimentos. Esta abordagem contribui significativamente para a formação de uma base comum de entendimento e para a evolução de práticas educacionais e de promoção social. O processo é participativo e colaborativo, envolvendo a comunidade e promovendo a troca de experiências. Isso assegura que educadores, ativistas sociais e organizações disponham de um método reflexivo para analisarem e melhorarem práticas, visando alcançar transformações sociais significativas. Exponho também os procedimentos éticos da pesquisa.

No capítulo 6, “Análise dos dados”, apresento os dados coletados nos encontros a partir dos relatos realizados pelas idosas ao final de cada oficina. A partir dos meus registros no diário de campo, destaco alguns fatos ocorridos que contribuíram para a reflexão, como a apresentação da coreografia construída em homenagem à mulher negra, da cantora Daniela Mercury, com a música *Pérola Negra*. O contato com a cultura afro-brasileira, em articulação com as reflexões sobre o racismo em nossa sociedade, tem promovido outras relações étnico-raciais nos sujeitos que participam do grupo de convívio.

No capítulo 7, “Considerações finais”, mostro que a pesquisa destaca a importância da oficina Origem no processo de reeducação das relações étnico-raciais de pessoas idosas, participantes do Programa Pró-Maior. As atividades culturais e reflexivas podem influenciar positivamente as percepções e comportamentos das participantes, promovendo a conscientização e a transformação pessoal.

## 2 CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Neste capítulo, compartilho minhas experiências acadêmica e profissional, ao longo do tempo, destacando alguns dos desafios enfrentados. Estas vivências moldaram meu percurso e proporcionaram valiosos aprendizados, contribuindo para o desenvolvimento da minha trajetória pessoal e profissional. Além disso, apresento o contexto do Programa Pró-Maior, explano a revisão de literatura sobre a temática da pesquisa, finalizando com a problematização e os objetivos.

### 2.1 TRAJETÓRIA ACADÊMICA E PROFISSIONAL

Minha trajetória acadêmica começou em 2000, quando ingressei no curso de licenciatura em Educação Física, na Unisinos. Buscando explorar diversas áreas de atuação e agregar conhecimento, conheci o NUTTI, por meio da coordenadora, a professora doutora Suzana Wolff, que facilitou meu ingresso como voluntária acadêmica.

A participação como voluntária do NUTTI possibilitou-me aprender e continuar explorando a área do envelhecimento humano. Oportunidades e dedicação não faltaram.

Em 2004, o NUTTI se transformou em um Programa. Esta nova configuração permitia a integração de novos membros na equipe. Desta forma, outras atividades foram inseridas e outros profissionais da Educação Física, assim como da Enfermagem, da Nutrição, da Psicologia e do Serviço Social, passaram a fazer parte.

Em 2006, passei a integrar o quadro funcional da universidade e a atuar junto ao Pró-Maior, com dedicação exclusiva de 40 horas semanais, ministrando atividades e fazendo a organização administrativa.

Em 2008, o Pró-Maior foi contemplado para executar o Programa de Esporte e Lazer “Vida Saudável”, financiado pelo Ministério dos Esportes, com foco na qualidade de vida das pessoas a partir dos 50 anos.

Inclusive, fomos convidados a elaborar um livro com as práticas que o Pró-Maior realizara junto à comunidade. Esta obra se concretizou em novembro de 2009, quando lançamos a coletânea *Vivendo e envelhecendo: recortes de práticas sociais*

*nos núcleos de vida saudável*, organizado por Wolff (2009), no qual tive o privilégio de escrever, em sua parceria, um capítulo denominado *Ginástica coreografada*<sup>7</sup>.

Em 2020, iniciei um novo desafio, passei a ocupar o cargo de gestão, atuando como coordenadora do Pró-Maior. Diante desta nova empreitada, procurei fomentar o Programa e potencializar as atividades por meio de estudos e pesquisas que pudessem contribuir para a qualidade das ações.

Durante a pandemia, em 2021, trabalhando remotamente, decidi pesquisar Programas de Pós-Graduação com possibilidades para retomar minha trajetória acadêmica.

Ao analisá-los, compreendi que o curso de Pós-Graduação em Educação da Unisinos possibilitaria a inserção da temática da pessoa idosa, por meio da Linha de Pesquisa: Educação, Desigualdades e Inclusão. Afinal, segundo a descrição disponível no site,

desenvolve pesquisas sobre inclusão social e educacional, desigualdades e cidadania com o objetivo de produzir conhecimento crítico-reflexivo sobre práticas educacionais e curriculares. Promove investigações sobre as múltiplas dimensões do fenômeno educativo contemporâneo e suas articulações com a agenda global da cidadania, com destaque a estudos que privilegiam experiências educacionais e condições de vida de crianças, jovens e adultos. Contempla estudos que versem sobre situações de vulnerabilidade, não-aprendizagem, exclusão escolar, processos migratórios, pobreza, violência, deficiência, juventudes, expressões culturais, racismo e discriminação, a fim de contribuir, por meio da educação, para a justiça social, os direitos humanos e a formação integral<sup>8</sup>.

Durante as disciplinas que cursei, a partir do meu ingresso no mestrado em Educação, em 2022, minha maior dúvida era como abordar o tema que envolvesse a pessoa idosa e as relações étnico-raciais. Ambos os assuntos proporcionam muitas reflexões e tentar aproximar novos olhares sobre as relações entre brancos e negros, muitas vezes, são desiguais e preconceituosos.

Para chegar ao campo da pesquisa, por vários momentos, questionava-me em como abordar a temática racial, sem provocar descontentamento e aproximar as participantes da oficina Origem a refletirem e construir novas relações. Nas práticas que experienciava, em parceria com o professor Ancelmo Accurso, mais conhecido como “Mestre Ratinho” — ministrou a oficina entre 2006 e 2022 —, percebia

---

<sup>7</sup> Disponível em: [unigra.com.br/arquivos/vivendo-e-envelhecendo---recortes-de-praticas-sociais-nos-nucleos-de-vida-saudavel-.pdf](http://unigra.com.br/arquivos/vivendo-e-envelhecendo---recortes-de-praticas-sociais-nos-nucleos-de-vida-saudavel-.pdf). Acesso em: 10 dez. 2023.

<sup>8</sup> Disponível em: [pos/mestrado-academico/educacao/presencial/sao-leopoldo](http://pos/mestrado-academico/educacao/presencial/sao-leopoldo). Acesso em: 10 dez. 2023.

uma mudança importante de postura das pessoas idosas em relação às suas crenças sobre as questões étnico-raciais.

Foi então que minha orientadora, a professora Viviane Weschenfelder, convidou-me para realizar o estágio docente na atividade acadêmica “Educação das Relações Étnico-Raciais e Culturais na Educação Básica”, para os cursos de licenciatura da Universidade. A partir desta experiência, despertou em mim o interesse pela docência e passei a desejar ocupar este lugar. Acredito que a atuação da professora, sua dedicação e seu comprometimento tenham me inspirado. E, conseqüentemente, ao olhar para a minha atuação no Pró-Maior, para além da coordenação do Programa, percebi a necessidade de um estudo que abordasse a pessoa idosa e suas relações étnico-raciais.

Na próxima seção, apresento o Pró-Maior, onde foi realizada a pesquisa.

## 2.2 PERCURSO DE UM PROJETO SOCIAL EM CONTEXTO UNIVERSITÁRIO: DO NUTTI AO PRÓ-MAIOR

A Unisinos está localizada no município de São Leopoldo/RS e atua há 52 anos neste espaço. É uma instituição de ensino superior de grande porte, comunitária e confessional, pertencente à Companhia de Jesus. Por esta natureza, oportuniza atividades de extensão universitária por meio de projetos, programas e serviços vinculados à reitoria e à gerência de ação social e ao centro de cidadania e ação social. É órgão suplementar vinculado à reitoria, constituído pelo Conselho Universitário deliberativo resolução nº 02/2011 que visa “executar, coordenar, supervisionar projetos sociais desenvolvidos por iniciativa da Universidade, com sua participação ou sob sua jurisdição, aprovados pela Reitoria e pelas Unidades Acadêmicas”<sup>9</sup>.

As áreas sociais articulam-se com a comunidade acadêmica, buscando a formação integral do aluno com uma concepção pedagógica voltada à comunidade, desenvolvendo atividades transversais de responsabilidade social universitária e com principais enfoques na “educação das relações étnico-raciais, com ênfase nas relações entre brancos e negros, equidade e diversidade; cuidado ambiental, com

---

<sup>9</sup> Material de uso restrito a professores e funcionários da Unisinos.



ênfase nas águas e o meio ambiente; atenção com a superação da pobreza, com ênfase nas novas tecnologias no mundo do trabalho”<sup>10</sup>.

Diante desta configuração universitária, em 1991, surgiu a demanda de criar um espaço na universidade para estudar a temática do envelhecimento. Esta iniciativa ocorreu após a representação da pró-reitora de extensão no I Fórum Nacional de Ações de Universidades com Programas para a Terceira Idade, realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina. Em resposta, o então diretor do Centro de Ciências Biomédicas (atual Centro de Ciências da Saúde), Carlos Wieck, convocou professores de diferentes áreas para constituir o núcleo. Sob liderança da professora Cornélia Volkart, o grupo elaborou o anteprojeto de criação e implantação do NUTTI, estabelecendo um espaço de reflexão sobre o envelhecimento humano na Unisinos.

A formalização do NUTTI ocorreu em 15 de junho de 1992, com a aprovação em Conselho de Centro. A Universidade forneceu recursos físicos, como sala própria, telefone e materiais administrativos, mas não disponibilizou recursos humanos suficientes, o que levou à reconfiguração e redução do grupo inicial.

O NUTTI visava promover ações de ensino, pesquisa e extensão na área do envelhecimento humano. O núcleo foi concebido como um espaço institucional de estímulo a ações e reflexões sobre o envelhecimento, tornando-se um ponto de encontro para discussões, orientações acadêmicas e reuniões intergeracionais. Conforme Wolff (1997), o NUTTI se configurava como uma oficina de criação, alimentada e alimentadora da produção acadêmica na Unisinos.

As primeiras ações do NUTTI focaram na compreensão do fenômeno do envelhecimento, capacitação docente e sensibilização institucional. A partir de 1994, iniciou-se um diálogo com a população idosa de São Leopoldo/RS, para entender qual a demanda que este público gostaria que a Universidade proporcionasse, resultando na criação do grupo de convivência “Maturidade”. O Grupo ficou responsável por oportunizar a convivência das pessoas por meio da dança alemã, fortalecendo a cultura local, uma vez que o município é o berço da colonização alemã no Brasil.

Em 1995, o número de participantes do NUTTI aumentou para 50 pessoas idosas, que se integraram às atividades. Também foi formado um grupo de estudos com professores das áreas da Educação Física e da Psicologia. No mesmo ano, tornou-se um programa de extensão universitária para o público maior de 50 anos.

---

<sup>10</sup> Material de uso restrito a professores e funcionários da Unisinos.

Em 1997, Wolff produziu a primeira dissertação de mestrado em Educação associada à experiência da Universidade, intitulada *A terceira idade na universidade: um diagnóstico reflexivo e prospectivo a partir da Universidade do Vale do Rio dos Sinos*”.

No ano seguinte, a partir do grupo de estudos “Gerontológicos”, coordenado pela professora doutora Suzana Wolff, surgiu um novo grupo de atividades para a comunidade, denominado “Grupo de Atividade Física”. Este grupo foi estabelecido no campus universitário de São Leopoldo/RS, no complexo desportivo de esporte e lazer da Unisinos. As atividades físicas desenvolvidas tinham como ênfase alongamento e exercícios que ampliavam a capacidade dos participantes realizarem as atividades do cotidiano. Naquela mesma época, foi introduzido o “jogo câmbio”, uma modalidade semelhante ao vôlei, mas com regras próprias. Esta modalidade continua sendo praticada até hoje e tem sido muito popular entre os grupos que trabalham com pessoas idosas no estado.

Após alguns anos de trabalho, revisaram-se novamente os objetivos iniciais, ajustando-os às novas propostas emergentes, como<sup>11</sup>:

- produzir novos conhecimentos na área do envelhecimento humano;
- estimular a inclusão de conteúdos sobre envelhecimento na formação profissional dos acadêmicos da Unisinos;
- aproximar os conhecimentos acadêmicos aos diversos saberes, incluindo o saber da vida.

Com o passar dos anos, o NUTTI foi se reconfigurando conforme as demandas das pessoas idosas e a disponibilidade da Unisinos. Em 2003, foi incorporado à Diretoria de Ação Social e, em 2004, foi criada a “Área do Envelhecimento Humano”, sob a direção do Padre José Follmann.

O NUTTI se transformou no Pró-Maior e ampliou suas parcerias, passando a atuar em espaços compartilhados por outras universidades, presidindo, inclusive, o Fórum das Instituições de Ensino Superior voltadas à Terceira Idade, por meio da coordenadora do Programa. Em 2008, o Pró-Maior recebeu financiamento do Ministério dos Esportes, o que possibilitou a expansão de suas atividades para pessoas em processo de envelhecimento, a partir dos 50 anos.

---

<sup>11</sup> Material de uso restrito a professores e funcionários da Unisinos.

Naquela ocasião, o Pró-Maior não era restrito apenas a pessoas idosas. Foram estabelecidos três núcleos de atuação nos territórios periféricos de São Leopoldo/RS, especificamente nos bairros Santa Tereza, Santa Marta e Feitoria. O convênio permaneceu ativo por dois anos e, posteriormente, a Universidade optou por manter apenas um núcleo, a partir de 2009, que passou a ser administrado por ela. O bairro Santa Tereza foi escolhido, estrategicamente, para a continuidade do Programa, devido à ausência de atividades semelhantes oferecidas pelo município.

Em 2012, o Pró-Maior passou por uma nova reconfiguração, pois os programas sociais da Universidade passaram a ser mantidos pela Associação Antônio Vieira (ASAV). Esta nova reconfiguração ocorreu porque a Unisinos passou a atuar junto à Política de Assistência e o Programa tornou-se um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos à Pessoa Idosa.

Desde sua criação, o NUTTI tem desempenhado um papel fundamental na promoção de ações voltadas ao envelhecimento humano, consolidando-se como um espaço de diálogo e produção de conhecimento. A integração do núcleo com a comunidade local e sua adaptação às necessidades das pessoas idosas exemplificam a importância de programas universitários voltados ao envelhecimento. As metas estabelecidas e revisadas ao longo do tempo refletem uma abordagem dinâmica e responsiva às mudanças sociais e acadêmicas. A incorporação do NUTTI à Diretoria de Ação Social e a criação do Pró-Maior demonstram uma evolução organizacional que fortalece o vínculo entre a universidade e a sociedade, promovendo a cidadania e a ação social. Suas atividades e metas, revisadas ao longo do tempo, refletem o compromisso contínuo com a inclusão e valorização da população idosa na sociedade.

Na Figura 1, apresento as atividades do Pró-Maior. Durante os dias da semana, as pessoas idosas têm a possibilidade de participarem de até três atividades (critério de acesso ao Programa). Junto das atividades regulares, consta a oficina Origem — foco desta pesquisa —, com uma configuração diferente das demais: ocorre a cada quinze dias e está aberta para todos os participantes do Pró-Maior.

Figura 1 - Plano de ação do Programa Pró-Maior

CCIAS UNISINOS		ATIVIDADES PRÓ-MAIOR – 2024		UNISINOS
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para pessoa Idosa –PRÓ-MAIOR/ CCIAS				
<b>Segunda-feira</b>				
<b>Grupos:</b>	<b>Horário:</b>	<b>Sala:</b>	<b>Atuação:</b>	
- Humanidades e Ciências (português/Literatura)	14h00 às 15h00	H02-101	Voluntária Elvira	
- Humanidades e Ciências (História)	15h00 às 16h00	H02-101	Voluntária Theresinha	
- Inglês	15h00 às 16h00	H02-103	Voluntária Maria Helena	
- Mat Pilates	16h00 às 17h00	H02-117	Professor Airton	
<b>Terça-feira</b>				
<b>Grupos:</b>	<b>Horário:</b>	<b>Sala:</b>	<b>Professor (a):</b>	
- Maturidade (Canto na sequência)	14h às 15h30	H01-101	Voluntária Theresinha	
- Maturidade (Atividade física)	14h às 15h30	H02-117	Professora Juliana	
- Atividade Física/Câmbio	14h15 às 16h15	Paróquia Kenedy	Professor Airton	
<b>Quarta-feira</b>				
<b>Grupos:</b>	<b>Horário:</b>	<b>Sala:</b>	<b>Professor (a):</b>	
- Espanhol Iniciante	14h00 às 15h00	H02-101	Voluntário(a) M <sup>a</sup> . Etelmina	
- Ginástica Coreografada 1	14h00 às 15h00	H02-117	Professora Juliana	
- Ginástica Coreografada 2	15h00 às 16h00	H02-117	Professora Juliana	
- Alemão Iniciante	15h00 às 16h00	H02-103	Voluntária Marly	
<b>Quinta-feira</b>				
<b>Grupos:</b>	<b>Horário:</b>	<b>Sala:</b>	<b>Professor (a):</b>	
- Gerontologia	14h00 às 15h30	H01-101	Psicóloga Maria Rita	
- Ginástica Sentada	14h30 às 15:30	H02-117	Professor Airton	
- Atividade Física	15h30 às 16:30	H02-117	Professor Airton	
* OFICINA Origem (Quinzenal)	A combinar	H02-123	Silvana Bianchi	
<b>Sexta-feira</b>				
<b>Grupos:</b>	<b>Horário:</b>	<b>Sala:</b>	<b>Professor (a):</b>	
- Plantas Medicinais	14h30 às 16h00	B09-204	Bióloga Denise	

**Sala Secretaria Pró-Maior H02-107 - Telefone: 3590 87 76 - Campus UNISINOS - São Leopoldo**  
E-mail: [promaior@unisinoss.br](mailto:promaior@unisinoss.br)

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Um aspecto relevante é o perfil dos participantes, a maioria é composta por mulheres de cor branca, com idades que variam entre 70 e 92 anos. Isto é, o Pró-Maior concentra-se, principalmente, em pessoas octogenárias.

Em relação à diversidade racial, menos de 5% são afrodescendentes, conforme informação obtida em seus cadastros. Uma das discussões do Pró-Maior é a possibilidade de ampliação desta diversidade, que depende do número de vagas e de ações específicas de matrícula.

Diante dessa demanda, neste ano de 2024, conseguimos ampliar a participação de novas pessoas idosas no Pró-Maior, destacando a entrada de negras e pardas, conforme registrado na Plataforma de Ação Social (PAS)<sup>12</sup>, pois 173 pessoas idosas estão vinculadas ao critério da Assistência Social. Isto é, residir em São Leopoldo/RS, a renda não ultrapassar três salários-mínimos por pessoa e ser pessoa idosa com 60 anos ou mais.

12

Disponível em: [relatorios.aneas.org.br/Reports/Pages/Report.aspx?ItemPath=%2f06.+Gest%3%a3o+de+A%3%a7%3%a3o+Social%2f06.01+-+A%3%a7%3%a3o+Social%2f06.01.02+-+Administrativo%2f06.01.02.006+-+Lista+de+inscritos](https://relatorios.aneas.org.br/Reports/Pages/Report.aspx?ItemPath=%2f06.+Gest%3%a3o+de+A%3%a7%3%a3o+Social%2f06.01+-+A%3%a7%3%a3o+Social%2f06.01.02+-+Administrativo%2f06.01.02.006+-+Lista+de+inscritos). Acesso em: 31 jul. 2024.

Há também 25 pessoas idosas que atendemos fora destes critérios, pois já estavam vinculadas ao Pró-Maior anteriormente. Neste sentido, segundo a ASAV, estes participantes não seriam retirados, sua saída do Programa ocorreria por vontade própria. Atualmente temos 198 pessoas registradas, sendo 139 brancas, 21 negras e 13 pardas.

Com a inclusão de novas participantes ao Pró-Maior, observamos os seguintes aumentos: pardos: 6,57%; negros: 10,61%; e, brancos: 70,20%. Conforme os dados apresentados, houve um aumento significativo no número de pessoas negras no Programa em comparação a 2023.

As atividades ocorrem de segunda a sexta-feira, no turno da tarde, com uma hora e meia de duração durante o ano, sem interrupção no calendário. Em janeiro e fevereiro acontece o Projeto de Verão, e, em julho, o Projeto de Inverno, com atividades ofertadas três vezes por semana, período que a equipe utiliza para gozar férias, o que resulta em uma redução no número de membros disponíveis. Após estes meses, as atividades seguem sua rotina semanal.

O Programa é composto por uma equipe multidisciplinar, composta por assistente social, bióloga, psicóloga e profissional de educação física. Também há a participação voluntária de seis pessoas idosas que atuam com os grupos de convivência por meio das seguintes atividades: idiomas (alemão, espanhol e inglês), humanidades e ciências (história e literatura). Além disso, também há o auxílio de quatro estagiários, sendo dois de natureza curricular e dois extracurriculares.

Uma particularidade do Pró-Maior foi o formato de atendimento no período pandêmico. Devido à necessidade de isolamento, as atividades ocorreram por meio da rede social Facebook. Para a surpresa da equipe, houve uma aceitação da grande maioria das participantes. Desta forma, o Programa conseguiu dar sequência às atividades de forma on-line, mantendo o vínculo e propiciando, de certa forma, o convívio social virtual. O retorno ao formato presencial ocorreu em 2022, em um processo gradual e contínuo.

Para atender aos critérios que a Política de Assistência exige, a pessoa idosa precisa ter, no mínimo, 60 anos, residir em São Leopoldo/RS e sua renda individual não pode ultrapassar três salários-mínimos. No entanto, dos 198 participantes cadastrados na plataforma da ação social, algumas pessoas idosas não se enquadram em todos os critérios exigidos. Por isso, foi acordado com a reitoria de que não seriam desvinculados do Programa, e que haveria a criação do perfil II — a

pessoa idosa não precisa residir em São Leopoldo/RS e a renda individual pode ultrapassar três salários-mínimos.

Como um serviço de convivência, o vínculo grupal é fundamental para podermos interagir e proporcionar ações que promovam a equidade, a tolerância, o respeito, o protagonismo e a valorização da pessoa humana. Desta forma, o Programa vincula-se à Universidade, pois acontece dentro do campus, como um compromisso com a ação social e, principalmente, por ser uma instituição jesuíta, com uma história comprometida com a sociedade, como se apresenta em sua missão:

contribuir para a promoção de uma sociedade mais justa, sustentável, solidária e democrática mediante a formação integral da pessoa humana, sua capacitação para o exercício profissional, a produção do conhecimento e o desenvolvimento regional<sup>13</sup>.

Um aspecto relevante a ser considerado é a Unisinos ser uma das instituições pioneiras a abordar a temática do envelhecimento humano. Esta afirmação tem base no engajamento das universidades como a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, a Universidade Feevale e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por desenvolverem projetos e ações semelhantes. Para ampliar e compartilhar essas iniciativas, foi criado o Fórum Gaúcho das Instituições de Ensino Superior, que se insere no crescente interesse das universidades na área do envelhecimento desde a década de 1970, intensificado nos anos 1990.

Esse movimento resultou em um aumento na produção científica, na criação de cursos de pós-graduação voltados à velhice e no surgimento de Universidades da Terceira Idade, culminando na promulgação da Política Nacional do Idoso, em 1994. As primeiras iniciativas universitárias focadas nas pessoas idosas começaram na década de 1980, com a criação de núcleos de estudos e programas de extensão. O auge dessas ações ocorreu na década de 1990, com a multiplicação de programas voltados a este público.

Em 1991, foi realizado o I Fórum Nacional de Coordenadores de Ações de Educação da Terceira Idade e o I Encontro Nacional de Estudantes Universitários. Três fóruns nacionais foram realizados no Rio Grande do Sul, sendo o III pela Unisinos, em 1993. Outros eventos importantes incluíram dois Encontros Nacionais

---

<sup>13</sup> Disponível em: [unisinos.br/institucional/a-unisinos/valores-institucionais](http://unisinos.br/institucional/a-unisinos/valores-institucionais). Acesso em: 10 dez. 2023.

das Instituições de Ensino Superior, promovidos pelo Ministério da Educação (MEC), em 1999 e 2000.

A Política Nacional do Idoso atribuiu ao MEC responsabilidades na adequação dos currículos e na inclusão de conteúdos sobre envelhecimento. Professores do Rio Grande do Sul participaram ativamente desses movimentos, resultando na criação do Fórum Gaúcho, em 2000, composto por 14 universidades, realizado a cada dois anos na sede da instituição que o coordena. O objetivo é refletir e avançar diante dos desafios do envelhecimento humano, associado à realidade e aos compromissos educacionais e científicos das instituições.

Desde 2002, vários fóruns foram realizados, abordando temas como a formação profissional nas questões do envelhecimento e o Estatuto da Pessoa Idosa. Em 2007, o Fórum enfrentou uma desmobilização, mas foi reativado por iniciativa da Unisinos e UFRGS. A partir de 2009, a UFRGS assumiu a coordenação e integrou o Encontro dos Alunos de Terceira Idade ao Fórum Gaúcho.

O público tem idade entre 50 anos ou mais, estudantes de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado, professores, pesquisadores, profissionais que atuam na área do envelhecimento ou com interesse no tema. O Fórum<sup>14</sup> continua ativo, buscando atualizar-se e apoiar as instituições de ensino superior em seu compromisso social com o envelhecimento. A produção de conhecimento e a prestação de serviços são vistas como missões essenciais para enfrentar os desafios do envelhecimento humano.

Os professores podem utilizar o espaço do Fórum como também a curricularização da extensão universitária por meio de projetos que complementem o aprendizado adquirido durante o curso. Além disso, as discussões provocadas pela Universidade ajudam a fortalecer o Programa.

A Unisinos possui muita credibilidade junto às comunidades locais. A confiabilidade e a segurança oferecidas pelas atividades realizadas por técnicos e profissionais qualificados são aspectos que merecem destaque, fato que coloca o Pró-Maior em evidência e assegura seu grande público. Além disso, a confiabilidade que o Programa tem junto às políticas públicas e à rede municipal, amplia a procura por

---

<sup>14</sup> Disponível em: [ucs.br/site/eventos/forum-gaucha-do-ensino-superior-sobre-envelhecimento-humano-2018/#:~:text=O%20F%C3%B3rum%20Ga%C3%BAcho%20do%20Ensino,da%20Institui%C3%A7%C3%A3o%20que%20o%20coordena](https://ucs.br/site/eventos/forum-gaucha-do-ensino-superior-sobre-envelhecimento-humano-2018/#:~:text=O%20F%C3%B3rum%20Ga%C3%BAcho%20do%20Ensino,da%20Institui%C3%A7%C3%A3o%20que%20o%20coordena). Acesso em: 31 jul. 2024.

atendimento por meio do Centro de Referência da Assistência Social, do Centro de Referência Especializado de Assistência Social, do Conselho Municipal de Assistência Social e do Ministério Público.

Frente às ações que o município realiza em parceria com a sociedade civil, existem muitos desafios a serem enfrentados, como, por exemplo, a formação de uma rede permanente de atenção e cuidado da pessoa idosa. Há a necessidade de que as políticas públicas sejam mais atuantes e duradouras, indiferente da gestão que a assuma. Uma política efetiva que atue fortemente para dar suporte à saúde, ao lazer e ao convívio social.

Como podemos ver nesta seção, além do Pró-Maior estar vinculado às minhas trajetórias profissional e acadêmica, trata-se de um projeto importante à Unisinos e à sociedade.

### 2.3 A CONSTITUIÇÃO DA OFICINA ORIGEM

O Programa Pró-Maior atua, ininterruptamente, há 31 anos, ofertando atividades físicas, educacionais e de convivência às pessoas idosas, visando torná-las protagonistas de suas vidas. A oficina Origem, ministrada por mim, pertence ao Programa, do qual também sou coordenadora, e ocorre no bairro São João Batista, na antiga sede da Unisinos, conforme a Fotografia 1.

Fotografia 1 - Antiga sede da Unisinos



Fonte: Disponível em: [unisinos.br/noticias/antiga-sede-da-unisinos-ganha-reforma/](https://www.unisinos.br/noticias/antiga-sede-da-unisinos-ganha-reforma/).  
Acesso em: 10 dez. 2023.



## 2.4 O DESCONHECIDO ASSUSTOU E O PRECONCEITO IMPEROU

Em 2006, o Programa agregou à equipe o professor que atuava com a educação popular e proporcionou às participantes a vivência da capoeira de Angola, conforme a Fotografia 2.

Fotografia 2 - Aula de capoeira



Fonte: Arquivo do Programa Pró-Maior (2023).

Entretanto, muitas pessoas idosas não se sentiram confortáveis em executar os movimentos da capoeira apresentados. Com isso, percebemos o quanto era emergente abordar a temática racial e proporcionar a reflexão e, se possível, a desconstrução do racismo que a sociedade, por vezes, nega desconstruir.

Uma das propostas foi trabalhar com diferentes instrumentos da cultura afro-brasileira e compartilhá-los durante os encontros, para que as pessoas idosas pudessem conhecê-los e tocá-los, conforme a Fotografia 3.

Fotografia 3 - Compartilhamento de instrumentos da cultura afro-brasileira



Fonte: arquivo do Programa Pró-Maior (2008).

Em 2023, reestruturamos a atividade Origem para oficina, oportunizando que todas as pessoas vinculadas ao Pró-Maior, pudessem, caso desejassem, integrá-la e refletir sobre a temática racial. Desta forma, proporcionamos novos olhares para a história do Brasil, protagonizada pelos povos negros e indígenas, conforme a Fotografia 4.

Fotografia 4 - Atividade no complexo desportivo da Unisinos



Fonte: arquivo do Programa Pró-Maior (2018).

A dinâmica da oficina Origem ocorre a partir de temas que englobam as relações raciais, para que pudessem instigar a reflexão entre as participantes. Funcionou como um espaço para as pessoas idosas expressarem suas opiniões e mostrarem que podemos reconstruir novas formas de olhar para as relações humanas, sem pré-julgar e discriminar, mas, principalmente, rever nossas atitudes e aceitar que vivemos muitos anos sob o domínio de uma sociedade racista.

### 3 A CONSTITUIÇÃO DA VELHICE E A PESSOA IDOSA COMO TEMÁTICA SOCIAL

Neste capítulo, apresento conceitos e processos inclusivos relacionados à pessoa idosa. Procuo desenvolver uma contextualização da velhice, incluindo a construção das políticas públicas, e discutir o que os autores que estudam esta etapa da vida podem contribuir com a temática.

#### 3.1 PESSOA IDOSA E VELHICE: HISTÓRIA E CONTEXTUALIZAÇÃO

Nada deveria ser mais esperado e, no entanto, nada é mais imprevisto que a velhice (Beauvoir, 1990, p. 11).

Envelhecer não é um problema, mas um processo do ciclo de vida que deve ser vivido de forma saudável e independente pelo maior tempo possível. Desta forma, se alcança uma vida longa com qualidade. A longevidade, sem dúvida, é almejada por todos os indivíduos. No entanto, qual condição que se envelhece vai necessitar da junção de vários fatores que envolvam os aspectos biopsicossocial e espiritual?

Chegar à velhice, até poucas décadas atrás, era privilégio para poucas pessoas. Mais recentemente, a pirâmide etária mudou, principalmente, em países desenvolvidos. Entretanto, quanto mais jovem a sociedade, mais saudável, mais aceita, fato que deve ser desconstruído para que a pessoa idosa possa usufruir de sua velhice com dignidade e respeito. Cada etapa da vida não é consequência de uma evolução científica com parâmetros biológicos humanos, como destaca Pierre Bourdieu (1983).

Neste contexto, observa-se a existência de uma influência exercida pela sociedade, que vincula os diferentes grupos etários e sociais a um padrão de representação, estabelecendo assim uma perspectiva específica de mundo. Conforme Guita Debert (1999), as categorias e os grupos etários são retratados com a intenção de promover uma determinada concepção de realidade, favorecendo a exclusão de pessoas idosas.

O controle da vida tornou-se fundamental na política em que a decisão de viver e deixar morrer era tarefa do soberano. Neste contexto de vida e morte, exclusão e inclusão, biopolítica e biopoder se apresentam para gerenciar toda a população.

A partir da segunda metade do século XVIII e início do século XIX, surgiram conceitos-chave como biopolítica, biopoder e disciplina dos corpos, que passaram a

se voltar não apenas ao indivíduo/corpo como objeto de análise política, mas também à população, considerando a sociedade em relação à espécie humana. Esses processos, conforme Robson Matos e Luciana Vieira (2014) estão relacionados à alimentação, higiene, incapacidade, mobilidade, natalidade, saúde e sexualidade, tornando-se elementos essenciais no âmbito político.

A interpretação do controle do indivíduo e da sociedade, segundo Michel Foucault (2021), diz respeito à vida, que passa a ser gerenciada a partir das decisões políticas e da própria racionalização social. Neste contexto, o controle se torna objeto de análise tanto para o indivíduo quanto para a sociedade (Alves; Azevedo, 2021).

Uma sociedade disciplinar é caracterizada pela presença de dirigentes sociais e pela construção de uma rede dispersa de órgãos que produzem e regulam hábitos e práticas produtivas por meio de instituições como escolas, universidades, fábricas, hospitais e prisões. Estas instituições buscam explicar e justificar a necessidade da disciplina, sendo a sociedade disciplinar detentora do poder de inclusão e exclusão (Alves; Azevedo, 2021).

Neste contexto, ainda sob a análise de Foucault (2021), as instituições educativas têm o controle sobre os corpos e as posturas comportamentais dos alunos e professores, sendo reproduzido o poder na formação do discurso. O autor ressalta ainda que uma das características desta ação é a invisibilidade, a falta de consciência de sua existência, tanto por aqueles que exercem como por aqueles que se sujeitam.

Diante disso, a educação esteve atrelada a diversos interesses culturais, políticos, religiosos e sociais. Durante décadas, se tem abordado a questão da pobreza que afeta crianças, jovens e adultos, pertencentes a comunidades desfavorecidas devido à desigualdade de renda. E, até agora, os esforços realizados, incluindo decretos, diretrizes, leis, ordens, projetos e reformas não foram suficientemente direcionados ao princípio fundamental da Educação (Danner, 2010).

É crucial ressaltar que o poder não é uma entidade, propriedade, classe ou algo que mantém um domínio perpétuo. Para Foucault (2021), o poder não existe, mas práticas ou relações de poder, sendo o poder algo que exerce, que efetua, que funciona em rede e deve ser compreendido como uma estratégia do que uma coisa, um objeto ou um bem. Conforme Fernando Danner (2010), seria uma funcionalidade do poder, uma engrenagem que está presente em todos os lugares sociais.

Para esclarecer este processo, na visão de Foucault (2021), a população seria esse corpo com várias cabeças e a biopolítica iria se ocupar deste corpo com o

processo biológico, escrevê-lo e quantificá-lo a partir dos termos de criminalidade, fecundidade, longevidade, migração, morbidade, morte, nascimento, entre outros. Promovendo, com isso, a produção de diversos saberes, tendo como base o passado e projetando-o como demografia, estatística e medicina (Danner, 2010).

Na construção do poder sobre a vida, a velhice deixou de ser uma questão restrita à esfera familiar e tornou-se objeto de interesse e controle por parte de instituições públicas e privadas (Passos; Barreto; Carrieri, 2020). A partir deste contexto, a velhice passou a ser vista como uma construção social e se tornando uma categoria social que busca uma velhice saudável por meio da promoção de cuidados com alimentação e atividade física.

Conforme Matheus Netto (2022), a Organização Mundial da Saúde estabeleceu como limitador entre a fase adulta e a entrada na fase da velhice, nos países em desenvolvimento, a idade de 60 anos como critério cronológico. E vem sendo utilizado desde então em pesquisas e trabalhos científicos como justificativa para a última fase da vida e a inexistência de outro melhor identificador da idade biológica.

Acrescenta-se que essa nova forma de envelhecimento, com suas terminologias de “terceira idade” ou “melhor idade”, está associada a movimentos históricos, conhecimentos médicos, questões sociais, movimentos políticos e, principalmente, interesses que classificam e reforçam a construção de uma única imagem do “novo velho” (Henning; Giusti, 2011).

Netto (2022) afirma que o tema da velhice remonta os primórdios da civilização e tem sido abordado para avançar e qualificar esse processo. No entanto, a história mostra que as ideias sobre a velhice são antigas, mas foi somente a partir do século XX que os estudos sobre o envelhecimento ganharam relevância científica. Foi neste período que surgiram a geriatria e a gerontologia, que impulsionaram e ampliaram as pesquisas nesta área. A partir da década de 1950, difundiram-se as pesquisas sobre o envelhecimento da população visando chamar a atenção para o então emergente problema social. No entanto, não é o fato isolado do envelhecimento da população do país que é em si um problema. Como objeto historicamente produzido pela sociedade, a velhice tem implicações políticas, econômicas e sociais que dizem respeito também à necessidade de visibilizar e gerar uma política de gestão e controle dessa população em veloz crescimento.

Mara Sant’Anna (1996) destaca que, durante o século XX, no Brasil, a figura da pessoa idosa era frequentemente associada às que mendigavam nas ruas ou não

possuíam um lar, tornando os asilos sua residência de maneira naturalizada. Neste contexto, a velhice não era vista como um problema específico, mas como uma condição de pobreza e solidão, sem o suporte familiar ou acolhimento adequado. Na sociedade, já havia distinções entre grupos, em que as pessoas idosas com poder aquisitivo eram tratadas com cordialidade, enquanto as pessoas idosas sem moradia eram marginalizadas e desamparadas (Sant'Anna, 1996).

Mas a velhice tomou outra proporção a partir da década de 1960 e 1970, quando a medicina passou a olhar para esta fase da vida e a analisar multifatores que englobam o processo do corpo até a velhice. Novos olhares deram visibilidade aos novos velhos e para a longevidade, de maneira que a figura do velho se transformou para potencializar os aspectos positivos, ampliando a visão múltipla da velhice (Birman, 2015).

### 3.2 PESSOA IDOSA E POLÍTICAS PÚBLICAS

No Brasil, novos olhares sobre a pessoa idosa começaram a despontar por volta de 1976, período em que foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social. Neste ano, começou a construção de ações para pessoas idosas e aposentadas e a investigação do fenômeno da velhice no Brasil. Os estudos apontaram o isolamento social e o preconceito como fatores predominantes desta população e, nesta época, o país ainda era aparentemente um país jovem, sem nem sequer pensar na velhice (Borges, 2015).

No entanto, Sant'Anna (1996) destaca também a existência da figura do velho debilitado, que representa o oposto da pessoa idosa ativa. Esta dicotomia é explorada a partir de reivindicações e lutas entre o capital e o trabalho, bem como dos movimentos sociais anarquistas e comunistas, além da legislação trabalhista (Sant'Anna, 1996).

Outro fator importante, é que na década de 1980, as pessoas idosas passaram a ser assistidas por conselhos municipais e estaduais no Brasil. Os meios de comunicação apresentavam o envelhecimento com potencialidade e, com isso, novas terminologias passaram a ser divididas entre a classe, como a pessoa idosa, a melhor idade, a idade feliz, entre outras.

As terminologias como “velhice” e “velho” são etapas geracionais que, por vezes, podem vir carregadas de preconceitos e moralmente aceitas. Ora como

participantes ativas, pessoas idosas saudáveis ou terceira idade, ora como categoria de dependentes da previdência social (Pereira, 2017). Fato, muitas vezes imposto pela sociedade, quando, por um lado, compreende a pessoa idosa na perspectiva da inclusão social, por outro, é capaz de excluí-la ao limitar as ações do Estado e perdurar a vulnerabilidade social (Viude, 2009).

É indiscutível que a década de 1980 foi um marco para o Brasil, tanto nas organizações privadas quanto na gestão pública, quando implementaram uma Comissão Nacional para estudar as questões relacionadas à velhice (Debert, 1999). Outro setor atento às questões que envolvem as pessoas idosas é a Organização das Nações Unidas (ONU) que desempenha um papel vital na promoção do envelhecimento saudável, incitando os países a adotarem políticas inclusivas e a considerarem a importância fundamental da população idosa em todas as esferas da sociedade. O compromisso contínuo da ONU em abordar as questões do envelhecimento humano reflete o reconhecimento de que uma sociedade verdadeiramente sustentável deve incluir e respeitar todas as gerações.

Em 1982, durante a Assembleia Mundial sobre Envelhecimento, realizada em Viena, de 26 de julho a 06 de agosto, geriatras e gerontólogos de mais de 100 países se reuniram e formularam a Carta de Viena. Segundo Mariele Correa (2009), esta Carta estabeleceu ações internacionais sobre o envelhecimento e recomendou a necessidade de planejamento de políticas de atendimento às pessoas idosas nas áreas econômica, jurídica, médica e social.

O aumento na atenção ao envelhecimento reflete não apenas a mudança demográfica, com a expectativa de vida da população brasileira em ascensão, mas também a necessidade de enfrentar os desafios e demandas associadas a esse processo, como a promoção da saúde mental e a prevenção de quadros como a depressão e a solidão, que ganharam destaque na última década. Essas abordagens mais abrangentes buscam promover um envelhecimento ativo e gratificante para a população idosa brasileira.

Em 1982, o Ministério da Previdência Social organizou a primeira Assembleia Nacional dos Idosos, que resultou na inclusão de alguns parágrafos na Constituição Federal, visando a melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas (Brasil, 1988). A partir deste marco, foi criado o Conselho do Idoso e a Associação Nacional de Gerontologia (ANG), que continua ativa até hoje, ampliando sua atuação profissional. A partir da ANG, foi implementada, em 1994, a Lei nº 8.842, uma legislação moderna



e ágil, necessária para auxiliar na melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas, exigindo decisões políticas e investimentos (Oliveira, 2009).

Ações voltadas à promoção e prevenção foram reconfigurando a imagem da pessoa idosa, buscando assegurar seus direitos protegidos por lei e enxergando o envelhecimento como uma fase da vida com ganhos, não apenas perdas (Correa, 2009). Com isso, a velhice passou a ser reconhecida e contemplada pela sociedade, tornando-se uma categoria social.

A Constituição Federal propiciou a participação da sociedade civil no desenvolvimento de políticas públicas por meio de conselhos (Brasil, 1988). Neste período, a pessoa idosa se tornou um sujeito de interesse midiático, com o turismo apostando em lucros ao empoderar a terceira idade, promovendo dinamismo, participação, bailes, viagens e atividades físicas. Trata-se de um cenário em que a pessoa busca alcançar longevidade com qualidade e protagonismo (Sant'Anna, 1996).

Neste contexto, em 1994, foi elaborada a Lei nº 8.842, que estabelece a Política Nacional da Pessoa Idosa, regulamentada em 1996, pelo Decreto nº 1.948, revogado, posteriormente, em 2019, pelo Decreto nº 9.921, visando garantir direitos sociais às pessoas idosas, promovendo sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade (Brasil, 2019). Esses direitos devem ser concretizados por meio de políticas sociais, abrangendo assistência social, cultura, educação, esporte, habitação, justiça, lazer, previdência social, saúde, trabalho e urbanismo.

Para implementar a Lei, em âmbito nacional, foi criado o Conselho Nacional do Idoso, cujas ações incluem a substituição dos asilos por centros de convivência, estimulação à assistência ambulatorial e domiciliar, e atendimento prioritário para pessoas com mais de 60 anos (Brasil, 1994).

Este processo vem de uma construção histórica que reafirma a luta pela formulação de políticas públicas fundamentadas e afirmativas. Era emergente a inserção de medidas de proteção à pessoa idosa. Desta forma, em comparativo ao Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), foi pensado na construção de um Estatuto que atendesse à população idosa (Brasil, 1990). Foram dois projetos de lei apresentados ao Congresso Nacional. Sendo o primeiro de autoria do senador Paulo Paim, apresentado em 1997, o Estatuto da Pessoa Idosa; e, o segundo, em 1999, de autoria do deputado federal de Santa Catarina, Fernando Coruja, sendo este derivado do Estatuto da Criança e do Adolescente (Netto, 2022).

Em julho de 2001, a Câmara de Deputados organizou uma comissão com representantes de pessoas idosas, realizando o Fórum Nacional do Idoso, em que foram convidados a compor esta comissão membros das cinco regiões do país, além de entidades governamentais, não-governamentais, nacionais, estaduais e municipais (Paz, 2004).

O projeto que idealizou o atual Estatuto da Pessoa Idosa, foi realizado a partir do projeto do senador Paulo Paim. Em 1º de outubro de 2003 foi aprovado o novo Estatuto da Pessoa Idosa, passando a vigorar em 1º de janeiro de 2004 (Paz; Goldman, 2022).

Mesmo diante da criação do Estatuto da Pessoa Idosa, ainda estamos carentes de ações mais precisas quanto ao cumprimento das leis. Por mais que o Estatuto seja legítimo, não é totalmente cumprido pela sociedade.

Segundo a antropologia, a velhice é um fenômeno biopsicossocial que engloba múltiplas formas de envelhecer, abrangendo o processo de envelhecimento, a fase da vida e o resultado de ser velho (Netto, 2022). Cabe a nós, como sociedade, construir uma velhice autônoma, tratando do assunto desde a infância, nas universidades, empresas, organizações, órgãos públicos e privados, conforme recomendado pela ONU, na Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, em 2002.

Conforme Debert (1999), a tendência contemporânea é reavaliar os estereótipos da velhice, substituindo as perdas por novas conquistas orientadas pela satisfação e realização pessoal. As experiências e saberes adquiridos ao longo da vida são ganhos que permitem explorar novas identidades a partir de novos projetos e estabelecer novas relações com as gerações futuras.

Para envelhecer bem, é necessário equilibrar os limites e as potencialidades, lidando com os diferentes momentos e sentimentos que a vida proporciona. Como Simone de Beauvoir (1990, p. 348) descreve, “enquanto você se sentir jovem, você é jovem”, mas é importante reconhecer a complexidade da velhice e compreender que, para os outros, somos pessoas idosas. A percepção da velhice depende das prioridades valorizadas por indivíduos e sociedades, estabelecendo uma hierarquia das idades (Beauvoir, 1990).

Para alcançar a autonomia na velhice, é essencial compreender o conceito de qualidade de vida. Anita Neri (2012) defende que a qualidade de vida está ligada às condições ambientais que permitem que as pessoas idosas se ajustem e desempenhem comportamentos que promovam essa qualidade. Sérgio Paschoal

(2022) define qualidade de vida na velhice como a percepção pessoal resultante da avaliação das conquistas, do que é considerado importante para uma vida boa e do nível de satisfação alcançado.

No Brasil, o termo “velho” era associado a deboche, enquanto “idoso” começou a ser utilizado a partir da Constituição Federal, relacionando-o à obrigação da família de cuidar das pessoas idosas (Brasil, 1988). Desde então, o termo “velho” passou a ser empregado como sinônimo de “idoso”, principalmente, no meio acadêmico (Mazo; Benedetti, 2010).

Rita Stano (2001) sugere a possibilidade de rupturas na velhice, destacando que o sujeito pode estabelecer novas redes de identidade e encontrar novas formas de ser no mundo. Neste período, pode surgir a retomada de relacionamentos, resgates afetivos e/ou familiares, novas metas, projetos de vida e novos sentidos de viver.

Rubem Alves (2002), ao refletir sobre a velhice, ressalta que as pessoas relacionam o envelhecimento bem-sucedido à satisfação de várias necessidades, muitas vezes sem sentido. Segundo o autor, é na simplicidade das coisas que encontramos o caminho para uma velhice mais tranquila.

No entanto, compreender o envelhecimento ativo não se resume apenas ao domínio de termos e indicadores. É necessário entender como as pessoas reagem aos desafios de seu próprio envelhecimento, vivendo em um determinado contexto e dando significado à sua dimensão humana. Ao mesmo tempo, não podem faltar oportunidades de socialização e de aprendizagem por toda a vida, especialmente que expandam condições saudáveis de convivência com seus familiares e as pessoas de diferentes culturas e etnias.

Conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o envelhecimento é uma conquista que a cada dia vem sendo fortemente discutida, embora a sociedade não consiga absorver o que reflete no alto índice de desigualdade. Dados ainda mostram que os locais em que o índice de envelhecimento é menor, têm maior concentração de pessoas negras e, desta forma, é percebido que o processo de envelhecimento ocorre de forma diferenciada entre as populações central e periférica<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Disponível em: [ipea.gov.br/portal/](http://ipea.gov.br/portal/). Acesso em: 10 dez. 2023.

A Assembleia Geral das Nações Unidas declarou que, entre 2021 e 2030, ocorrerá a Década do Envelhecimento Saudável, reconhecendo a aceleração da longevidade e a falta de preparação da sociedade para atender às necessidades da população idosa. É fundamental unir esforços para proporcionar qualidade de vida durante os anos de vida. Durante a Década, a Organização Mundial da Saúde será responsável por implementar a iniciativa e encorajar outras organizações internacionais, regionais, a sociedade civil, o setor privado, a academia e a mídia a apoiarem seus objetivos.

Diante do contexto em que a sociedade é poluída de preconceitos, e no que tange os aspectos da velhice, questiono: como uma pessoa negra chegou nesta etapa da vida? O fato de ser uma pessoa idosa no Brasil já é estereotipado como algo negativo, sem valor, invisível, e a pessoa negra carrega em sua bagagem este e tantos outros rótulos e preconceitos sentidos pela cor da pele. Para as pessoas idosas brancas, por outro lado, a ausência de uma educação das relações étnico-raciais faz com que permaneçam naturalizando a desigualdade racial e, muitas vezes, expressando seu racismo.

Por isso, é emergente debater e proporcionar um diálogo em que as pessoas brancas percebam o seu privilégio e ressignifiquem as relações em todos os espaços, quanto escolas, instituições privadas e governamentais, grupos de convivência, universidades, ou seja, em toda a sociedade.

### 3.3 PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE PESSOAS IDOSAS E A TEMÁTICA RACIAL

Para elaborar esta revisão bibliográfica, utilizei como fontes de dados, teses, dissertações e artigos encontrados em plataformas digitais. Meus principais pontos de pesquisa foram os repositórios digitais: a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), o Repositório Digital da Biblioteca da Unisinos (RBDU) e o *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). O marcador temporal foi o período de 2003 a 2023, base referida pela passagem dos 20 anos do Estatuto da Pessoa Idosa, publicado em 2003. Este recorte de tempo é imprescindível para verificar se, desde a sua criação, pesquisas foram realizadas com a temática racial e a pessoa idosa.

Para compor esta análise, elaborei uma triangulação na plataforma IBICT que pudesse abarcar o maior número de pesquisas que abrangesse a temática desta

pesquisa. Inicialmente, utilizei os seguintes descritores: “idosos, projetos sociais e racismo”. Localizei oito títulos, mas sem relação com a temática proposta. Ao pesquisar “idosos e relações étnico-raciais”, não apareceu nenhum trabalho. Com os descritores “pessoa idosa, projetos sociais e racismo”, identifiquei três títulos que também não abordaram as relações raciais na velhice.

Com as expressões “pessoa idosa e racismo”, encontrei 14 investigações, sendo seis teses e oito dissertações. Destes resultados, os temas abordados que tem como foco a pessoa idosa e o racismo são apenas dois: racismo como fator de estresse entre pessoas idosas e preconceito contra as pessoas idosas. Acrescento uma pesquisa que aborda a diversidade e a desconstrução de preconceitos nas escolas públicas de um determinado estado brasileiro.

Os demais trabalhos abordavam outras temáticas, como: seleção aos cargos das universidades públicas; incapacidade funcional de pessoas idosas na perspectiva étnico-racial; sexualidade e gênero; experiências de pessoas idosas na pós-menopausa; invisibilidade de políticas de cuidado de pessoas com deficiência; mulheres negras em matérias de sites de notícia; estratégias linguísticas identitárias; sexualidade de surdos LGBTQIA+; dados sociodemográficos associados à saúde de pessoas a partir dos 50 anos; e, educação alimentar e nutricional em comunidades quilombolas. Embora estes estudos sejam interessantes para compreender como a pessoa idosa vem sendo tema de pesquisas, não são o foco desta proposta.

Dando sequência à busca, inseri os termos “idoso e projeto social”, dos quais apontaram 490 títulos relacionados à pessoa idosa e a projetos sociais, sem identificação específica de racismo. A partir dos descritores “idosos e etnografia”, “etnografia e raça”, “pessoa idosa e racismo” foram apontados 12 trabalhos, mas apenas dois contribuirão com a minha pesquisa.

Diante da ausência de investigações que abordem diretamente o racismo na fase da velhice, passei a investigar pesquisas com a temática na amplitude do estudo, destacando seis títulos que apresentam, em sua abordagem, a metodologia que pretendo desenvolver, entre elas: projetos sociais, educação e envelhecimento; identidade do envelhecimento contemporâneo; e, construção social e experiências na fase da velhice. Destaquei-as por compreender que poderão contribuir para a construção do referencial teórico, pois a partir destas pesquisas, analisarei os resultados, as aproximações e os distanciamentos de ações em relação ao Programa Pró-Maior. No Quadro 1, organizei as pesquisas selecionadas.

Quadro 1 - Pesquisas selecionadas

ANO	AUTORIA	TÍTULO	TIPO	PROGRAMA
2006	Débora Wilza de Oliveira Guedes	Educação continuada e projeto de vida de pessoas idosas	dissertação	Programa de Estudos Pós-Graduados em Gerontologia
2009	Mônica Anechini Campedelli	A identidade do velho no mundo contemporâneo	tese	Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social
2011	Luípa Michele Silva	Envelhecimento e qualidade de vida para idosos: um estudo de representações sociais	dissertação	Programa de Pós-Graduação em Enfermagem
2019	Raquel de Magalhães Borges	EnvelheSer em meninas de sinhá	tese	Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer
	Luciana Dantas de Paula	Diversidade e desconstrução de preconceitos: estudo de práticas decorrentes de projeto em escola pública do DF	dissertação	Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde
2020	Naylana Rute da Paixão Santos	Racismo e eventos produtores de estresse: experiências de idosas(os) negras(os)		Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

As teses e dissertações selecionadas têm foco na pessoa idosa e no racismo, se aproximando das temáticas que pretendo analisar.

Guedes (2006) destacou que o processo de envelhecimento é uma etapa natural da vida humana, marcada por características únicas e individuais. Com o aumento da expectativa de vida e, conseqüentemente, com o envelhecimento populacional, surgiram novos desafios perante a sociedade, ao oferecer condições para que as pessoas idosas continuem desenvolvendo seu potencial de vida.

Portanto, é emergente que as pessoas idosas estejam inseridas em contextos educativos e que a educação continuada seja adaptada às suas necessidades específicas. Mesmo em idades mais avançadas, as pessoas mantêm a necessidade e a capacidade de repensarem suas vidas. Assim, é responsabilidade tanto do indivíduo quanto da sociedade assegurar condições que incentivem as pessoas idosas a empreenderem novos projetos de vida.

Neste contexto, Guedes (2006) realizou uma pesquisa na Faculdade da Terceira Idade, na Universidade do Vale do Paraíba, em São José dos Campos/SP, visando investigar a relação entre a educação continuada e os projetos de vida de

peessoas idosas. A autora procurou expandir o conhecimento na área e contribuir para programas e projetos destinados a essa população.

Os resultados da pesquisa confirmaram a existência de uma relação significativa entre educação continuada e projetos de vida das pessoas idosas, enfatizando a importância de incluí-las em programas que promovam a construção e a realização desses projetos.

Guedes (2006) enfatizou a importância de estratégias educativas adaptadas à população idosa, não apenas ao seu desenvolvimento intelectual, mas também ao seu bem-estar emocional e social. A inclusão de pessoas idosas em programas educacionais e projetos de vida é fundamental para uma sociedade que valoriza todas as fases da vida e reconhece a contribuição contínua desta população, independentemente da idade.

Campedelli (2009) explorou a identidade das pessoas idosas no mundo contemporâneo, destacando que, apesar de, historicamente, marginalizadas, elas têm ganhado visibilidade nas pesquisas e na mídia, nas últimas décadas, associadas à luta por reconhecimento e superação de problemas sociais, como condições de vida precárias.

A autora buscou entender os processos psicossociais que influenciam a identidade das pessoas idosas e a possibilidade de transformação para o alcance de seu protagonismo.

Um ponto relevante é que as pessoas idosas utilizam suas experiências passadas para moldar o presente. Suas identidades são formadas pela representação de papéis sociais ao longo de suas vidas, influenciadas pelas memórias e experiências acumuladas. Além disso, a narrativa pessoal tem um papel importante, pois permite que as pessoas idosas reflitam sobre suas experiências. Esta prática de contar suas próprias histórias pode ser um processo libertador, permitindo-lhes construir ativamente suas histórias de vida e determinar suas trajetórias longevas.

Campedelli (2009) apontou a importância de reconhecer e valorizar as narrativas das pessoas idosas como parte integral de suas identidades. A autora ressaltou a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e respeitosa, reconhecendo suas contribuições de experiências de vida.

A pesquisa de Campedelli (2009) contribuiu para uma maior compreensão de como a identidade é configurada ao longo da vida e reforçou a importância de políticas e práticas sociais que promovam a dignidade e o respeito às pessoas idosas.

Silva (2011) abordou a relevância do envelhecimento humano no contexto acadêmico-científico, destacando-se por sua capacidade de gerar pesquisas continuamente significativas.

Com o crescimento da população idosa, surgiu a preocupação com a adequação dos países em lidar com as necessidades desta faixa etária. Neste cenário, a autora focou em como as pessoas idosas percebem sua qualidade de vida.

A autora realizou um estudo exploratório, de natureza quanti-qualitativa, em João Pessoa/PB, onde entrevistou 240 pessoas idosas em boas condições físicas e mentais. A coleta de dados foi feita em 20 cenários diferentes, por meio de uma entrevista semiestruturada ligada ao Ministério da Saúde. Para a análise dos dados, Silva (2011) utilizou o *software* Alceste — análise quantitativa de textos — e o pacote SPSS — dados sociodemográficos.

A maioria dos participantes era católico, casado, com idade entre 60 e 69 anos e com salário/aposentadoria mensal de dois a três salários-mínimos.

Os resultados mostraram que as pessoas idosas veem o envelhecimento tanto de forma negativa — associado a problemas de saúde, como osteoporose, pressão alta e reumatismo —, quanto de maneira positiva — relacionando-o à aposentadoria, experiência, paz, respeito, tranquilidade e valorização. A qualidade de vida foi associada a amizades, apoio, conforto, dignidade, lar, saúde e visitas.

Silva (2011) compreende a relevância desses resultados, pois evidenciaram a complexidade das percepções das pessoas idosas sobre envelhecimento e qualidade de vida. Estas informações podem ser fundamentais para os profissionais de saúde entenderem melhor as necessidades e expectativas dessa população, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas e práticas de saúde mais eficazes e empáticas.

A autora destacou a necessidade de abordagens que considerem tanto os aspectos físicos quanto os psicossociais do envelhecimento, ressaltando a importância de uma visão holística na assistência à população idosa.

Borges (2019) abordou o “Grupo Cultural Meninas de Sinhá”, formado por idosas, negras e de baixa renda de Belo Horizonte/MG, destacando-se na arte e na cultura como ferramentas de empoderamento e combate à depressão.

Criado há mais de 20 anos, utilizam as danças de roda da infância como terapia e fortalecimento. Atualmente, o grupo é formado por 18 integrantes, com sede própria, dois discos e um documentário musical lançados.



A pesquisa de Borges (2019) analisou a experiência de envelhecimento dessas mulheres, focando na senescência, percepções socioculturais do envelhecimento e vivências grupais. A autora utilizou métodos qualitativos, como análise documental, entrevista, grupo focal e observação, explorando a reinterpretação do envelhecimento, lazer e saúde pelas práticas artísticas.

A dança de roda tornou-se uma prática comunitária vital para o lazer, convivência e empoderamento, especialmente para mulheres negras, de baixa renda. Borges (2019) concluiu que a brincadeira e criatividade do grupo foram essenciais para desconstruir padrões idealizados de velhice, renda, raça e gênero, permitindo às integrantes recontarem suas histórias e fortalecerem suas redes sociais.

A autora ressaltou a importância de iniciativas culturais e artísticas no empoderamento e transformação social, principalmente para grupos vulneráveis. A experiência do grupo mostrou que a arte e a cultura são poderosas na construção da qualidade de vida das mulheres idosas, evidenciando que a idade não limita a criatividade e o engajamento social.

Paula (2019) discutiu os desafios enfrentados na prática educativa, especialmente em relação a preconceitos. A autora mencionou a importância de iniciativas que visam transformar a realidade educacional, tornando-a mais acolhedora e respeitosa para estudantes e membros da comunidade escolar, com foco em projetos que promovam o respeito e o bem-estar, além da desconstrução de preconceitos.

A pesquisa, embasada na Psicologia Cultural, buscou analisar conceitos, crenças e práticas culturais e pedagógicas relacionadas à desconstrução de preconceitos. Paula (2019) observou o projeto X, implementado em uma escola pública do ensino fundamental II, no Distrito Federal, utilizando observação participante e entrevistas semiestruturadas com gestores e professores, além de um grupo focal com alunos do nono ano do ensino fundamental. A autora identificou fatores de sucesso do projeto, como o engajamento dos profissionais, o apoio da equipe gestora e a importância do diálogo em temas sensíveis, como violência doméstica, sexismo, racismo e LGBTfobia.

Os profissionais mostraram-se sensíveis à diversidade e comprometidos com a criação de um ambiente escolar respeitoso e seguro. Os alunos também se interessaram pelos temas, devido à relevância em suas vidas. No entanto, o projeto

enfrentou desafios, como a dificuldade de implementar práticas dialógicas, lidar com valores pessoais sensíveis e motivar a equipe docente.

Paula (2019) concluiu que é necessário mais do que aulas expositivas para abordar temas sensíveis, mas metodologias dialógicas que conectem os conteúdos à realidade e interesses dos alunos. Além disso, enfatizou a importância de os professores terem espaço para expressarem suas emoções e experiências, promovendo uma educação que respeite todas as pessoas, contribuindo para uma sociedade mais justa e democrática.

Santos (2020) objetivou analisar os eventos considerados produtores de estresse por pessoas idosas negras. Com relação ao racismo e eventos estressantes, a autora apontou o quanto a velhice e as experiências adquiridas são heterogêneas, fator relevante para uma reflexão dos aspectos do cotidiano que afetam as pessoas idosas e negras. As desigualdades sociais e raciais influenciam na maior exposição a eventos estressantes, ocasionado, muitas vezes, por situações de discriminação devido à cor da pele.

Na velhice, Santos (2020) destacou que foram apontados aspectos quanto à afetividade, autonomia, descendência, discriminação, racismo, saúde e suporte social. As mulheres negras e idosas relataram a atuação do racismo intercalada com a lógica patriarcal desde o início de suas vidas.

Penso na importância de destacar estas temáticas, justificando a relevância na construção social e na educação continuada da população idosa. Para dar sustentabilidade na evolução das relações sociais, não basta apenas olhar para as relações étnico-raciais. Vejo a necessidade de uma construção ampla, em que a pessoa idosa possa compreender em sua magnitude a importância da sua representatividade social.

Estudos como o de Campedelli (2009) reforçam o quanto os grupos de convivência da população idosa, em que a visibilidade e o engajamento em projetos coletivos são importantes para que a sociedade perceba sua responsabilidade em proporcionar ações que possam integrar novamente esta população no convívio social.

Outra pesquisa que viabiliza a importância dos projetos coletivos para a pessoa idosa é de Borges (2019). A autora corroborou os desafios da senescência por meio das experiências vividas, em que as brincadeiras e o desenrolar criativo são importantes para a desconstrução de um padrão idealizado da velhice, de ser mulher,

pobre e negra. Estas mulheres assumiram a autoria de suas histórias de vida, estabelecendo redes sociais.

Diante dos dados das investigações selecionadas nos repositórios, analiso o quanto os aspectos ligados à memória são pontos a serem levados em consideração quando o tema se refere às relações étnico-raciais. Se suas memórias foram produzidas em um ambiente em que o racismo e outras formas de discriminação foram naturalizados, é como as relações sociais se estabelecem, pois está em sua cultura.

O racismo é um fator determinante na trajetória da pessoa idosa tanto para negros como para brancos. As desigualdades têm grande influência na exposição e eventos estressantes, especialmente na população negra que está vivendo a velhice. Nesta fase da vida, a pessoa passou e vivenciou diversos fatores, mas o mais recorrente e que se pode dizer que afeta muito mais é o efeito do racismo estrutural.

Destaco dados que encontrei na pesquisa de Santos (2020), ao analisar possíveis fatores que contribuíram para o estresse da população. Os resultados apontados foram que o estresse inicia na fase antes da velhice por situações que envolvem a relação conjugal, principalmente para as mulheres, outros fatores, como adoecimento, morte, trabalho e discriminação racial. Na velhice, a saúde, a discriminação e o racismo foram apontados como os precursores do estresse na grande maioria das vivências relatadas (Santos, 2020).

Portanto, estamos diante de uma temática pouco abordada, o que sinaliza a importância de um estudo que tenha como foco da pesquisa a população idosa e a reeducação das relações étnico-raciais. É válido compreender como que a pessoa idosa, em especial a pessoa idosa branca, lida com o racismo e como pode reeducar essas relações a partir de um novo olhar, tensionando seus preconceitos e refletindo sobre as discriminações por tanto tempo naturalizadas.

Mesmo não tendo quase estudos sobre a perspectiva que proponho, acredito ter à disposição um amplo campo de pesquisa sobre a temática racial que poderá contribuir para essa compreensão e para pensar em relação à pessoa idosa. O Brasil, como o movimento negro e estudiosos vêm comprovando, desde 1950, tem uma sociedade em que a cor é um marcador determinante para todas as pessoas, mas que tem um peso negativo para alguém que é negro. É um país que enfrenta desafios profundos em função de sua desigualdade, principalmente, devido ao racismo.

Para superar o racismo, é necessário que as lutas dos movimentos negros que, desde o início do século XX, foram muito atuantes, continuem a mostrar sua força e

sejam somadas às de todas as pessoas em prol de movimentos antirracistas. A educação é uma ferramenta fundamental para garantir não só a educação para as pessoas negras como o direito à cidadania.

Sabemos que a caminhada é longa e árdua, mas não podemos depender unicamente das crianças e dos jovens que estão na escola. Como atingir as pessoas que não estão mais frequentando os espaços escolares? O que fazer com quem já passou pelo processo de escolarização e tem mais de 60 anos? Com esse contingente cada vez maior de pessoas, que não tiveram acesso a uma educação das relações étnico-raciais adequadas, é fundamental pensar estratégias formativas para este público, que tanto influencia as novas gerações com suas visões de mundo.

Conforme Romeu Sasaki (1999), uma sociedade inclusiva vai além de simplesmente garantir espaços adequados para todos. Ela valoriza as diferenças individuais e a diversidade humana, enfatizando a importância do senso de pertencimento, convivência, cooperação e contribuição de todas as pessoas para uma sociedade mais justa, saudável e democrática.

No próximo capítulo, apresento as questões teóricas que dão sustentação para compreender e discutir as temáticas sobre racismo, relações raciais e educação.

## 4 RACISMO, RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Neste capítulo, abordo questões referente ao racismo e às relações raciais, que permeiam profundamente o sistema educacional. Apesar dos avanços nas políticas de inclusão e diversidade, persistem desigualdades estruturais que impactam diretamente a experiência educacional dos estudantes, especialmente dos afro-brasileiros. O preconceito racial, muitas vezes sutil e velado, manifesta-se em diferentes níveis e, para compreendê-lo, os conceitos são fundamentais.

### 4.1 RACISMO NO BRASIL: DESAFIOS DE UMA SOCIEDADE

No Brasil, o Estatuto da Igualdade Racial define como população negra as pessoas que se autodeclararam pardas e pretas, segundo quesito de cor apontado pelo IBGE (Brasil, 2010).

Como aponta Kabengele Munanga (2004), o conceito de raça, originado do italiano “*razza*” e do latim “*ratio*”, teve sua origem na Zoologia e Botânica de Carl Von Linné, historicamente utilizado para classificar animais, espécies e vegetais. No latim medieval, sua evolução incorporou a designação de descendência e linhagem, referindo-se a grupos de pessoas com ascendências comuns e características físicas semelhantes. François Bernier, em 1684, modernizou o termo ao aplicá-lo à diversidade humana, categorizando grupos fisicamente distintos como “raças”. Esta categorização foi utilizada para legitimar relações de dominação, refletindo a percepção de superioridade e habilidades naturais da nobreza sobre a plebe, mesmo na ausência de diferenças físicas notáveis (Munanga, 2004).

Munanga (2004) ainda destaca que, no século XVIII, a cor da pele tornou-se um fator crucial na classificação das raças, resultando na divisão da espécie humana em três categorias de estirpes: branca, negra e amarela, com base na concentração de melanina. No século XIX, critérios morfológicos, como o formato do nariz e dos lábios, foram aumentados à classificação. No século XX, descobertas sobre marcadores genéticos e diferenças em grupos sanguíneos levaram à conclusão de que a raça não é uma realidade biológica, sendo um conceito cientificamente inválido para explicar a diversidade humana.

Apesar das diferenças genéticas, a ideia de raça é considerada relações de poder e dominação. O surgimento do racismo científico, por volta de 1920, foi uma ideologia essencialista que hierarquizou a humanidade com base em características físicas hereditárias. Sua origem remonta ao mito bíblico de Noé, que classificou os descendentes em raças. Posteriormente, a visão racista se desenvolveu por meio de uma classificação científica fundamentada em observações físicas (Munanga, 2004).

O racismo contemporâneo, menos centrado na biologia, utiliza uma noção de etnia para perpetuar estereótipos considerando ser mais apropriado. Esses grupos são definidos historicamente ou por um ancestral comum e incluem características como cultura, idioma, religião, além de ocuparem uma localização geográfica específica. Munanga (2004) ressalta ainda que essa substituição não elimina a realidade do racismo, que persiste nas relações hierarquizadas entre diferentes culturas e, ao examinar a história de vários povos, observa que as etnias têm surgido e desaparecido ao longo do tempo.

A perspectiva política e ideológica que, historicamente, colocou os brancos no topo social, impulsionada pela ideologia racista, considera a população branca como pertencente a uma única cultura ou etnia, independente de suas diversas origens geográficas e culturais. O autor destaca que expressões como “cultura branca” e “etnia branca” não refletem a realidade, pois essas culturas se constroem de maneiras diversas entre a população branca, negra e oriental (Munanga, 2004).

Antonio Guimarães (2004) enfatiza a complexidade do termo “cultura” e sua aplicação variada em diferentes cenários. O autor destaca o emprego deste vocábulo em contextos diversos, abrangendo culturas étnicas, nacionais e raciais. Ao analisar o significado de “cultura” no contexto brasileiro, Guimarães (2004) aponta para uma mudança específica ao longo do tempo, ressaltando a necessidade de examinar discursos reais sobre o Brasil e a nação para compreender essa evolução. Assim, o autor contribui para uma reflexão mais profunda sobre a compreensão e aplicação da cultura em diferentes contextos sociais e históricos, oferecendo uma perspectiva crítica sobre seu uso no contexto brasileiro (Guimarães, 2004).

A partir da contextualização da cultura a partir da visão de Guimarães (2004), no Brasil, mitos como o da democracia racial e da cultura mestiça, atrasaram debates sobre ações afirmativas e multiculturalismo no sistema educacional. À medida que adentramos o terceiro milênio, ainda carregamos as cicatrizes do racismo forjado nos

séculos XVIII e XIX (Munanga, 2004). Para Weschenfelder e Mozart Silva (2018, p. 318-319),

a “ideologia” da democracia racial nega o racismo e os conflitos raciais no Brasil e aponta para uma construção social harmônica e não-conflituada. Entendemos a democracia racial como a materialidade do poder, como o efeito de estratégias de governo biopolítico que efetivamente moldaram a narrativa político-cultural da nação.

Lilia Schwarcz (2013) aborda a complexa questão racial no Brasil, explorando as diferenças da sociabilidade brasileira em relação à cor da pele. As categorias tradicionais de preto e branco, relatando a existência de uma gama mais ampla de identidades e experiências das relações raciais no país, examinando como as noções de cor e raça são construídas e vivenciadas historicamente na sociedade brasileira. Isso pode incluir discussões sobre a miscigenação, o mito da democracia racial e as políticas públicas relacionadas à igualdade racial (Schwarcz, 2013).

Debater sobre o conceito de raça pressupõe a abertura para reconhecer o sistema de desigualdade estrutural da sociedade brasileira e conectar a história por conflitos e influências do ponto de vista social. Esta forma de identidade é fundamentada numa ideia biológica equivocada, mas eficaz socialmente para criar, manter e perpetuar diferenças e privilégios. Não existem diferentes raças humanas, não há nenhuma prova no campo das Ciências Biológicas, mas elas são existentes no campo social. Raça é uma convicção presente no comportamento da humanidade capaz de proporcionar vantagens e desvantagens às pessoas, em virtude de um modelo de classificação racial existente na sociedade (Guimarães, 1999; Bento, 2016; Almeida, 2018).

Silvio de Almeida (2018) destaca que não existe racismo que não seja estrutural, todo o racismo tem sua essência na estrutura propriamente dita. O racismo não é um ato, é um processo em que as condições de organização da sociedade reproduzem a subalternidade de determinados grupos identificados racialmente. Na concepção do autor, racismo é tratado pela ótica do poder e da dominação. A concepção estrutural avança na formulação do racismo quando o compreende como uma materialização de uma estrutura social racista. O autor destaca que “em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratem de maneira ativa e como um problema, a desigualdade racial irá facilmente

reproduzir as práticas racistas já tidas como ‘normais’ em toda a sociedade” (Almeida, 2018, p. 37).

É preciso considerar a contribuição do movimento negro e das produções intelectuais negras para avançar no debate racial brasileiro. A partir do Movimento Negro Unificado, fundado em 1978, a palavra “negro” ganha sentido político e força identitária, reunindo todos que se afirmam culturalmente com raízes afrodescendente e ainda identificam a luta deste povo. Olhando para o passado, a palavra não teria o sinônimo de identidade racial na ocasião, uma vez que para os senhores dominadores, ao reportar aos “negros”, era sinônimo de mercadoria, nunca se imaginaria que a palavra “negro” pudesse fortalecer a população. Tal fortalecimento que, a partir de 1980, agregou “raça” à palavra, enfatizando a expressão “raça negra”, como discurso de resistência e luta contra um sistema, sociedade ou grupos (Silva; Soares, 2011).

Explorar nosso entendimento primário sobre raça, facilita refletir sobre a questão do lugar de fala. Ao migrarem da negação para a conscientização racial, pessoas brancas podem perceber que também possuem identidade racial, que a cultura supremacista branca as encoraja a negar seu entendimento sobre raça, como parte de sua superioridade. Somos levados a acreditar que estamos além do pensamento sobre o assunto.

Segundo Marcus Fonseca (2002), as relações históricas entre raças apontam que os negros estão há décadas em desvantagem quanto à equidade racial. Neste sentido, a implementação das histórias das culturas afro-brasileira e indígena são fundamentais para a construção de uma sociedade mais igualitária. O autor pontua que as atitudes racistas presentes no cotidiano social brasileiro refletem o estereótipo da pessoa negra, como ela é vista enquanto classe social, sua posição, a dominação de um patrimônio histórico, o excluí desumanamente do contexto sócio-político-econômico e cultural.

O Brasil enfrenta desafios constantes relacionados a atitudes racistas e preconceito racial, refletindo uma herança histórica marcada pela escravidão e desigualdades estruturais. O preconceito racial é uma manifestação alimentada por estereótipos, discriminação e exclusão com base na raça ou cor da pele e no contexto social, muitas vezes, se traduz em oportunidades limitadas para a população negra, em áreas como educação, emprego e acesso a serviços básicos. A desigualdade racial é evidente nas estatísticas que revelam disparidades socioeconômicas



significativas entre grupos étnicos, dados estes que perduram por mais de três séculos de escravidão.

A busca pela igualdade racial exige ações concretas para desconstruir barreiras e promover a inclusão na garantia de oportunidades para todos. Por isso, em 1989, foi instituída a Lei nº 7.716, visando coibir e punir condutas discriminatórias baseadas em raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional (Brasil, 1989). A Lei representou um esforço para combater o racismo e garantir a proteção dos direitos fundamentais das pessoas negras (Brasil, 1989).

Em 2010, foi sancionada a Lei nº 12.288, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, instituindo o Estatuto da Igualdade Racial, para promover a igualdade racial e combater a discriminação racial em diversas esferas da sociedade brasileira (Brasil, 2010). Alguns pontos importantes do Estatuto da Igualdade Racial incluem criação de órgãos e de políticas específicas, reconhecimento da discriminação racial, cotas raciais, preservação da cultura afro-brasileira e crimes raciais (Brasil, 2010). O Estatuto da Igualdade Racial representa um avanço na busca por uma sociedade mais justa e igualitária, promovendo a inclusão e combatendo as desigualdades históricas enfrentadas pela população negra no Brasil (Brasil, 2010).

As universidades têm um papel importante na formação de pensadores para uma sociedade justa e igualitária em direitos. No entanto, quando se trata dos afrodescendentes, continuam presas ao discurso e ao jogo do racismo velado e perverso no Brasil. Está evidente que há muita discussão no meio acadêmico e na sociedade brasileira sobre o uso do termo “raça”, sendo que o conceito pode remeter à ideia de dominação político-cultural e antropologia física.

Somos uma nação de pessoas que deseja o fim do racismo e da discriminação, mas ainda existe uma enorme lacuna entre teoria e prática, em que o discurso escrito sobre racismo, é compreendido e refletido por pessoas que possuem privilégio educacional. Desta forma, proporcionando outros caminhos construtivos para debater a supremacia branca e o racismo, potencializando ações que saem do discurso e fortalecem ações construtivas.

Para ocorrer transformações nas ações, é necessário gerar uma consciência cultural maior que se sobressaia à supremacia branca ao formular seu pensamento cotidiano. hooks (2021) destaca que precisamos compartilhar ações que as pessoas antirracistas promovem e entender que podemos descolonizar nossas mentes para

manter a consciência, alterar o comportamento e compartilhar estas ações por meio de uma comunidade amorosa.

Na próxima seção, abordo, mais especificamente, o conceito de branquitude, vista como uma identidade que, muitas vezes, não é reconhecida ou examinada pelos próprios indivíduos brancos. Se os brancos não reconhecem seu papel nas desigualdades e nas injustiças históricas, os negros acabam carregando o peso desta culpa sozinhos.

#### 4.2 BRANQUITUDE: UM OLHAR SOBRE A IDENTIDADE BRANCA

Quanto mais se nega ao branco o saber sobre si mesmo, suas histórias, reações e peculiaridades pessoais continuarão pesando e sobrecarregando o sujeito negro de toda culpa histórica criada e reproduzida, colocando tudo como “problema do negro”, quando de fato é “problema do branco” [...] (Pinheiro, 2011, p. 32).

Ao limitar o acesso do indivíduo branco à sua própria história, narrativas e comportamentos, perdura a concepção de que todos os desafios são intrínsecos ao problema do negro, quando, na verdade, o racismo é uma questão que pertence ao branco (Pinheiro, 2011). Assim, em uma sociedade que destaca a raça como um marcador significativo, ressaltando que a experiência de vida de uma pessoa branca difere significativamente de uma pessoa negra, mostra o quanto isso marca e influencia profundamente a subjetividade.

O branco é o ser representativo em todas as instâncias deste país, evidenciado na grande maioria e, ao longo dos anos, com inúmeros privilégios assegurados pela sociedade. Esta representatividade do branco é conceituada como branquitude que, entre outras coisas, significa a histórica negação dos brancos neste lugar de privilégios, incluindo a dificuldade de reconhecer a ausência de direitos e vantagens estruturais em relação ao povo negro.

O discurso europeu sempre destacou o tom da pele branca como base principal para distinguir posição e valor. As noções de “bárbaro, pagãos, selvagens, primitivos evidenciam a cosmologia que orientou a percepção eurocêntrica do outro nos grandes momentos de expansão territorial da Europa” (Bento, 2022, p. 28). No Brasil, a negação e o silêncio do branco perante a história garantem sua posição de superioridade e a branquitude se estabelece como “traços da identidade racial do branco brasileiro a partir das ideias sobre branqueamento” (Bento, 2022, p. 29).

Diversas pesquisas destacaram que o estereótipo que coloca o negro constantemente em uma posição subalterna e de inferioridade em relação ao branco, evidencia sua participação em larga escala, intensificando o problema do racismo.

Maria Aparecida Bento (2022) relata que vários pesquisadores destacam três ondas sobre a branquitude, como ápice da construção da reparatória da população negra. A primeira onda se concretiza em meados do século XIX e metade do século XX, quando intelectuais negros descrevem e questionam as estruturas da supremacia branca nos Estados Unidos. A partir deste momento, cria-se a fundação histórica dos estudos sobre branquitude, a partir da obra de Du Bois, que destaca que o preconceito racial, o racismo institucional e a supremacia branca constituíram a base da sociedade dos Estados Unidos (Bento, 2022).

Outro fator relevante, neste processo, é a percepção da população negra em relação à formação da classe trabalhadora branca constituída pela elite patronal branca, proporcionando aos brancos e não à classe trabalhadora negra, direito e benefícios.

Como segunda onda, surgiu um número mais expressivo de estudiosos negros nos Estados Unidos e seguiram os estudos de Du Bois, desafiando a supremacia branca e o racismo institucional, colocando em evidência sua existência. Neste processo, os pesquisadores analisaram como as instituições definiam quem era branco, potencializando os privilégios.

Nas relações dos brancos diante da presença dos negros em espaços anteriormente exclusivos, se revela um desconforto quando os negros começam a frequentar locais tradicionalmente ocupados apenas por brancos. Com a entrada dos negros nestes espaços, eles não apenas ganham visibilidade, mas também começam a exigir justiça devido aos benefícios e peculiaridades historicamente desfrutados pelos brancos. Este momento parece indicar uma mudança nas dinâmicas sociais, em que a visibilidade e a reivindicação pela justiça desempenham papéis cruciais na transformação das relações raciais. Esta reflexão destaca a importância de compreender não apenas as experiências dos negros, mas também as reações e responsabilidades dos brancos no processo de construção de uma forma mais equitativa (Bento, 2022).

Desde então, a narrativa da branquitude se manifesta com o propósito de não perder seu lugar, perpetuando ainda mais a desigualdade racial, por meio de discursos de que o negro seria incapaz e, por isso, precisaria ser subordinado ao

branco. Desta forma, os homens brancos agiam como vítimas da sociedade, de um preconceito racial às avessas e, desta forma, surge a branquitude como o lugar de privilégios, de poder, de opressão e de dominação.

Embora os detalhes específicos possam variar dependendo do autor, geralmente, a ideia das três ondas está associada ao progresso e à complexidade crescente nas análises sobre raça e branquitude (Bento, 2022).

Diante disso, a educação das relações étnico-raciais, de antemão à branquitude resistente, surge a terceira onda, a partir da análise da branquitude crítica, do olhar de Lourenço Cardoso (2010). O autor analisa que indivíduos ou grupos brancos que repudiam publicamente o racismo, estariam dispostos a renunciar a seus privilégios, combatendo o racismo e se tornando antirracistas. Assim, a branquitude passa a compor os estudos sobre a construção da subjetividade de pessoas brancas em uma sociedade racializada, discutindo os comportamentos sociais e os caminhos para a educação destes sujeitos. Uma vez conscientes de seus privilégios em relação a outros grupos étnico-raciais, podem contribuir para promover a inclusão e a equidade racial.

É por esta razão que a educação é fundamental, como veremos na terceira seção deste capítulo.

#### 4.3 DIVERSIDADE CULTURAL E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Aprender sobre diversidade cultural e relações étnico-raciais é determinante para desenvolver a consciência em uma sociedade. Essa aprendizagem inclui a compreensão das culturas, a valorização de diferentes grupos e o respeito por suas experiências. A sensibilização para as relações étnico-raciais implica em reconhecer e enfrentar injustiças históricas, buscando promover a igualdade e a justiça. Essa educação estabelece uma base para uma convivência mais respeitosa, celebrando a diversidade e buscando a igualdade.

Segundo Vera Candau (2013), abordar os desafios associados ao multiculturalismo na Educação requer uma abordagem holística que promova a equidade, a inclusão e o respeito à diversidade cultural, capacitando os professores a criarem ambientes de aprendizagem aos alunos.

O conceito de multiculturalismo abrange a apreciação e o respeito pela diversidade cultural existente na sociedade. Esta abordagem apoia a relevância de

diferentes grupos étnicos, culturais, religiosos e sociais como componentes para a sociedade (Candau, 2013).

A trajetória histórica que delineou nossa sociedade e construiu os currículos das escolas e universidades é descrita pela eliminação do outro e/ou pela sua escravização. Neste contexto, o diálogo multicultural na América Latina nos confronta com nossa própria construção histórica, provocando reflexões sobre como nos desenvolvemos socioculturalmente. Esse debate nos instiga a questionar o que temos negado e silenciado, assim como o que afirmamos, valorizamos e incorporamos na cultura hegemônica (Candau, 2013).

A diversidade cultural abrange uma variedade de aspectos, incluindo diferenças étnicas, linguísticas, religiosas e sociais, refletindo a pluralidade de expressões, tradições e identidades. Deste modo, ao longo da vida, nos identificamos com diversas pessoas e grupos com os quais convivemos ou mantemos contato, construindo nossas identidades. Estas identidades são formadas por meio dos vínculos estabelecidos com as pessoas e grupos ao nosso redor. O processo de construção da nossa identidade é complexo, ocorrendo em meio a relações que variam conforme as diferentes situações em que nos encontramos (Candau, 2013).

Ao observarmos como as sociedades rotulam e classificam os grupos, em relação às características étnicas e/ou culturais, proporciona a captação das dinâmicas de poder, valores dominantes e relações de poder ao longo do tempo. Favorecer a compreensão do significado da construção de conceitos utilizados para dividir grupos em diferentes momentos da história é ponto focal para uma análise crítica de como a sociedade funciona em relação às diferenças culturais.

Assimilar esses conceitos não apenas amplia nossa perspectiva histórica, mas também nos permite questionar as bases ideológicas subjacentes a essas divisões, promovendo uma visão mais informada e reflexiva das relações complexas entre grupos ao longo da história. Esse entendimento é fundamental para abordar questões contemporâneas relacionadas à identidade, discriminação e justiça social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa (Candau, 2013).

Para contemplar a diversidade étnico-racial, as políticas educacionais desempenham um papel fundamental contra os processos de exclusão, discriminação e racismo. A Lei nº 10.639, por exemplo, desempenha um papel crucial ao povo brasileiro, pois representa um esforço significativo para promover uma educação mais

inclusiva e abrangente, regularizando e valorizando as contribuições culturais e históricas dos afrodescendentes, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Brasil, 2003b).

Considerando essa situação, é necessário incentivar e proporcionar uma educação inclusiva a todos. O aumento expressivo da pessoa idosa usufruindo das atividades educacionais representa uma tendência significativa atualmente. O fato de pessoas idosas se dedicarem aos estudos reflete uma busca constante pelo aprendizado ao longo da vida, desafiando estereótipos relacionados à idade. Participar de atividades educacionais oferece não apenas a oportunidade de adquirir novos conhecimentos e habilidades, mas também promove a interação social, contribuindo para um envelhecimento ativo e saudável. Essa tendência destaca a importância de criar ambientes educacionais inclusivos, adaptados às necessidades específicas das pessoas idosas, e acompanhar que a busca pelo conhecimento é uma jornada que pode se estender ao longo de toda a vida, independentemente da idade.

Questiono: como a pessoa idosa, seja branca ou negra, lida com o racismo? Quais atitudes são mais frequentes em seu cotidiano? Devemos encarar a velhice como qualquer outra fase da vida, valorizando suas potencialidades e respeitando seus desafios (Wolff, 2009).

Por acreditar que pessoas idosas também possuem o direito de reeducarem suas relações étnico-raciais, e entendendo que precisamos compreender como isso ocorre, prossigo para o próximo capítulo, em que descrevo os movimentos teórico-metodológicos percorridos nesta pesquisa.

## 5 METODOLOGIA

Para este estudo, escolhi a pesquisa qualitativa, descrita por Robert Yin (2016), por sua abordagem multifacetada e foco em pessoas, comportamentos e interações sociais. Utilizando diários e registros, esta metodologia captura as perspectivas dos participantes e destaca-se por representar suas visões, considerando as condições contextuais e sociais de suas vidas, visando explicar esses acontecimentos.

Segundo Oscar Holliday (2006) e Antonio Gil (2019), a pesquisa qualitativa é essencial para captar a complexidade das relações sociais e as particularidades das experiências humanas. Gil (2019) destaca que essa abordagem permite uma compreensão profunda dos fenômenos sociais ao considerar o contexto e as perspectivas dos indivíduos, oferecendo flexibilidade na escolha dos temas e liberdade de expressão para os participantes. Holliday (2006) complementa esta visão ao adentrar no aspecto da sistematização de experiências como um processo reflexivo e analítico, que vai além do mero registro, incluindo a interpretação crítica e a reconstrução das práticas vivenciadas. Essa abordagem conjunta enriquece a compreensão das práticas educacionais e sociais na América Latina, enfatizando a importância de uma análise detalhada e contextualizada, buscando explorar a subjetividade das interações humanas.

A sistematização, portanto, torna-se um pilar para o aprimoramento contínuo, eficaz de conhecimentos, contribuindo significativamente para a formação de uma base comum de entendimento e para a evolução de práticas educacionais e de promoção social (Holliday, 2006). O autor segue sua abordagem sobre sistematização apontando a relação entre teoria e prática. Ao invés de ver a sistematização como uma mera documentação ou arquivamento de experiências, Holliday (2006) a posiciona como uma ferramenta ativa para a transformação educativa e social. Isso é especialmente relevante no contexto da educação popular e promoção social na América Latina, onde a reflexão sobre as práticas são fundamentais para entender e enfrentar desafios sociais complexos.

Além disso, a sistematização, conforme apresentada pelo autor, não é um processo isolado realizado por especialistas, mas uma atividade participativa e colaborativa. Isso ressalta a importância do envolvimento comunitário e a troca de conhecimentos, assegurando que as lições aprendidas sejam acessíveis e relevantes para os envolvidos (Holliday, 2006).

Na mesma linha de conceito, Garajau, Santos e Santos (2023) destacam que a sistematização permite uma compreensão mais profunda e uma avaliação rigorosa das experiências. Isso não só ajuda a identificar o que foi bem-sucedido, mas também revela áreas que necessitam de melhoria. Este processo contínuo de monitoramento e avaliação é fundamental para o aprimoramento constante das atividades, assegurando que as práticas sejam adaptadas e aprimoradas com base em evidências, sendo um recurso valioso para educadores, ativistas sociais e organizações. Afinal, fornece um método rigoroso e reflexivo para analisar e melhorar práticas visando alcançar transformações sociais significativas.

Esse mergulho analítico nos ajuda a identificar padrões e fatores influenciadores cruciais para o desenvolvimento de práticas mais eficazes.

Jorge Larrosa (2011) enfoca a importância da experiência e do conceito de alteridade no contexto educacional. Em seus argumentos, a experiência é fundamental na educação porque permite que os indivíduos se encontrem em situações de aprendizado transformadoras e profundamente pessoais. O autor destaca que a verdadeira aprendizagem acontece quando estamos abertos à alteridade, ou seja, àquilo que é diferente de nós e que pode nos transformar.

E ainda explora a experiência não apenas como algo que se passa, mas algo que nos passa e nos transforma. A educação, nesse sentido, é vista como um encontro com o outro, com o desconhecido, que nos desafia e provoca mudanças. A alteridade é central no pensamento de Larrosa (2011) que argumenta ser essencial para a experiência educacional. A exposição ao outro e ao diferente é o que possibilita a verdadeira aprendizagem, pois desestabiliza as certezas e promove novas formas de pensar e ser. Considerando essa potência, vale analisar o quanto as atividades desenvolvidas na oficina Origem proporcionaram o desenvolvimento de experiências de aprendizagem que pudessem reeducar suas relações étnico-raciais.

A composição da oficina esteve estruturada em quatro momentos distintos, cada um desempenhando um papel crucial no engajamento e aprendizado das participantes, conforme apresento no Quadro 2.



Quadro 2 - Composição da oficina Origem

MOMENTOS	AÇÕES
ACOLHIDA DAS PARTICIPANTES	Este momento inicial é fundamental para estabelecer um ambiente de confiança e abertura. A escuta sensível permite que as participantes se sintam valorizadas e compreendidas, criando um espaço seguro para expressarem seus sentimentos e experiências. Esta abordagem facilita a construção de um ambiente coeso e receptivo.
APRESENTAÇÃO DA TEMÁTICA REFLEXIVA	A introdução do tema por meio do diálogo promove a troca de ideias e perspectivas entre as participantes. Este momento é essencial para estimular o pensamento crítico e a reflexão coletiva, enriquecendo a compreensão do tema abordado.
VIVÊNCIA DA CULTURA E DA ANCESTRALIDADE	Integrar a música e a dança, como formas de vivência cultural e ancestral, oferece uma experiência imersiva e emocionalmente rica. Estes elementos não apenas educam sobre as tradições culturais, mas também fortalecem a conexão das participantes com suas próprias raízes e identidade cultural.
CONVERSA SOBRE A ATIVIDADE	Refletir sobre a atividade realizada permite que as participantes consolidem o aprendizado e compartilhem suas percepções sobre a temática racial. Este momento de feedback e análise é fundamental para entender o impacto da oficina na conscientização e compreensão das questões raciais.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A partir desta participação com o grupo, enquanto coordenadora da oficina, a análise se desdobra também como relato de experiência, em que apresento a descrição e a reflexão sobre a convivência entre as pessoas idosas e como constroem e desconstroem suas relações étnico-raciais. Afinal, para Leslie Cooksy, Paige Gill e Adam Kelly (2001), o relato de experiência permite expor as relações entre a intervenção e a reflexão sistemática, sendo um procedimento metodológico para o planejamento, monitoramento e avaliação da intervenção.

O registro foi baseado em dados provenientes dos relatos individuais das participantes após a explanação da temática, das minhas próprias anotações, das fotografias registradas durante a oficina, dos acervos e arquivos do Pró-Maior, além da minha experiência pessoal no Programa.

Para isso, busquei me distanciar do vínculo com o grupo e focar diretamente na percepção das atitudes e comportamentos das integrantes da oficina. As participantes foram convidadas e tiveram total autonomia para decidirem se gostariam ou não de participar. Assim, o grupo ficou composto por 25 pessoas idosas.

Amurabi Oliveira (2023) compreende que o diário de campo se caracteriza por ser o registro do cotidiano do pesquisador em campo, em que anota o que foi

observado, as interações, as impressões e as ideias apresentadas. É o diário que permite o distanciamento do trabalho para que, mais tarde, possa ser analisado.

A análise sistemática das experiências, conforme descrita por Laurence Bardin (2015), permite uma compreensão mais profunda dos fenômenos estudados ao organizar os dados em categorias significativas. Essa abordagem facilita a identificação de padrões e temas recorrentes, proporcionando uma base sólida para discussões teóricas. Maria Cecília Minayo (2014) também destaca a importância de estruturar os dados qualitativos em categorias que refletem os significados atribuídos pelos participantes, permitindo uma análise mais contextualizada e rica em detalhes.

Realizei a análise por meio da identificação de categorias de análise, discutidas com base nos referenciais teóricos que sustentam esta pesquisa. Para isso, convidei diversos autores, como Nilma Gomes (2003), Munanga (2005), Djamila Ribeiro (2019) e hooks (2021) para me auxiliarem a embasar a minha tese.

Gomes (2003) explora as dimensões da identidade negra na educação e destaca a necessidade de uma formação docente que contemple a diversidade e combata o racismo, enfatizando a relevância da educação antirracista como meio de transformação social. Munanga (2005) analisa como a educação pode ser um vetor fundamental na luta contra o racismo, por meio da inclusão curricular de conteúdos que reflitam a diversidade cultural e histórica do Brasil. Ribeiro (2019) oferece uma abordagem prática para a desconstrução do racismo no dia a dia, sugerindo a educação e a reflexão crítica sobre preconceitos e estereótipos como essenciais para mudar comportamentos e atitudes racistas. hooks (2021) discute a necessidade de enfrentar o racismo por meio de uma educação engajada e reflexiva, enfatizando a importância de reconhecer e combater formas sutis e explícitas de racismo para construir uma sociedade mais justa.

Esses referenciais forneceram as ferramentas necessárias para interpretar os dados de maneira crítica e contextualizada, contribuindo para uma compreensão mais ampla e detalhada dos impactos e significados das experiências das participantes.

Na próxima seção, apresento os procedimentos éticos da pesquisa.

## 5.1 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Para que a pesquisa pudesse ser concretizada, a Unisinos concedeu uma Carta de Anuência<sup>16</sup> e cada participante precisou autorizá-la. Após consulta institucional, optamos por não submeter o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa, porque a atividade estava sendo registrada desde abril de 2023 e todos os cuidados foram tomados.

Durante todo o tempo, as participantes estavam cientes de que a oficina Origem estava gerando dados à pesquisa. Contudo, antes disso, todas foram convidadas a participarem, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)<sup>17</sup>, fundamental em pesquisas que envolvam pessoas.

Minayo (2014) ressalta a importância de garantir que os participantes compreendam plenamente os objetivos, procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa antes de concordarem em participar. Como possíveis riscos, existia a possibilidade de serem mínimos, podendo surgir algum desconforto ou conflito à participante. Em tais casos, a pesquisadora interviria com a intenção de minimizá-los, seguindo as diretrizes de Uwe Flick (2009). O autor destaca a responsabilidade do pesquisador em mitigar riscos e proporcionar um ambiente seguro aos participantes.

Além disso, a pesquisadora garantiu a confidencialidade das informações e o completo anonimato das participantes, conforme os princípios éticos defendidos por Antônio Severino (2007). O autor enfatiza a necessidade de proteger a identidade e a privacidade dos participantes em todas as etapas da pesquisa.

Esta pesquisa apresentou como benefícios às participantes a oportunidade de falarem sobre a velhice e suas relações sociais, e compreenderem as percepções de pertencimento racial e relações étnico-raciais que poderão ser profícuas no entendimento e reflexão sobre suas relações sociais. Após a coleta de dados e a análise, os resultados da pesquisa poderão ser indicadores para a compreensão e a ressignificação das relações étnico-raciais.

Além disso, a presente pesquisa também poderá gerar conhecimentos importantes para o trabalho dos diversos profissionais que lidam com a temática do envelhecimento e da temática racial, como: assistentes sociais, enfermeiros, fisioterapeutas, médicos e psicólogos, para poderem refletir sobre suas práticas nas

---

<sup>16</sup> Disponível no Apêndice B.

<sup>17</sup> Disponível no Apêndice C.

diversas concepções associadas à velhice. Essa aplicação prática dos resultados é destacada por Paulo Freire (2019). O autor argumenta que a pesquisa deve contribuir para a reflexão e melhoria das práticas profissionais, promovendo uma transformação social positiva.

Os procedimentos éticos adotados nesta pesquisa foram cuidadosamente planejados e implementados para garantir a integridade e o bem-estar das participantes. Baseando-se em autores renomados brasileiros, o estudo não apenas assegurou a conformidade com os padrões éticos, mas também promoveu um ambiente de aprendizado e reflexão significativa para todos os envolvidos. Os resultados obtidos têm o potencial de influenciar positivamente práticas profissionais e políticas públicas, contribuindo para um entendimento mais profundo das relações étnico-raciais e do envelhecimento.

Na próxima seção, discorro sobre como ocorreu a organização da experiência para a análise dos dados.

## 5.2 ORGANIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA PARA A ANÁLISE DOS DADOS

A dinâmica da oficina Origem ocorreu a partir de temas que englobam as relações raciais, para que pudessem instigar a reflexão entre as participantes. Funcionou como um espaço para as pessoas idosas expressarem suas opiniões e mostrarem que podemos reconstruir novas formas de olhar para as relações humanas, sem pré-julgar e discriminar, mas, principalmente, rever nossas atitudes e aceitar que vivemos muitos anos sob o domínio de uma sociedade racista. A dinâmica das temáticas abordadas foram fundamentais para a reflexão e a espontaneidade em relatar os sentimentos.

No Quadro 3, apresento o cronograma da oficina Origem para 2023.

Quadro 3 - Síntese dos encontros da oficina Origem

DATA	TEMÁTICA	METODOLOGIAS	PARTICIPANTES
13/04	Formação do povo brasileiro: história e miscigenação	Atividade expositiva, vivência corporal	25
27/04	Celebridades e autores negros	Atividade expositiva, vivência corporal	25
11/05	13 de maio	Reflexão, vídeo	25
25/05	Religiosidade: umbanda	Atividade expositiva, vídeo, vivência corporal	25
08/06	FERIADO		
15/06	Não ocorreu, devido ao evento do SESC (participação das pessoas idosas)		
29/06	Religiosidade: candomblé	Atividade expositiva, vídeo, vivência corporal	20
JULHO	Não ocorreu, devido ao Projeto de Inverno		
03/08	Apresentação proposta "apresentação cultural" Tema: Turbantes	Atividade expositiva, coreografia da música <i>Pérola Negra</i>	25
10/08	Não ser racista não é o suficiente, por que é preciso ser antirracista?	Vídeo do YouTube	16
31/08	Danças populares do Brasil	Vídeo do YouTube	26
14/09	Expressões Racistas	Atividade expositiva e vídeo	24
21/09	Não ocorreu devido à programação da Semana da Longevidade do município		
05/10	Racismo estrutural	Atividade expositiva e vídeo	16
23/11	Encerramento da oficina: Participação de Ogan dos Santos	Resgate da sua experiência de vida junto a religiosidade	33

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Em minhas anotações no diário de campo e por meio dos relatos das participantes da oficina Origem, apresentei dados que elucidaram as percepções das pessoas idosas, em oito momentos distintos, que compreendem a abordagem da temática que compuseram a análise (Bardin, 2015), conforme explano no Quadro 4.

Quadro 4 - Abordagem da temática para compor a análise

PASSOS	MOMENTOS	AÇÕES
PASSO 1	ELABORAÇÃO DAS PERGUNTAS	Elaborei uma pergunta-chave que contemplasse a temática refletida no encontro com o grupo. Foi uma pergunta aberta, sem identificação, para que a pessoa idosa tivesse autonomia em sua resposta quanto à sua experiência e seus sentimentos.
PASSO 2	REALIZAÇÃO DOS RELATOS	Organizei um cronograma a partir dos 12 encontros e optei por aplicar perguntas abertas em três momentos específicos: no quarto encontro, cujo tema abordado foi “expressões e frases racistas”; no nono encontro, onde refletimos sobre a temática “racismos estruturais”; e, no último encontro, quando tivemos a visita do Ogan dos Santos, que trouxe um pouco de sua experiência de vida na religiosidade de matriz africana. A escolha desses encontros foi proposital, devido às temáticas abordadas, pois a pessoa idosa carrega consigo atitudes e comportamentos oriundos de uma sociedade racista, que, nas décadas de 1970 e 1980, naturalizou o racismo nas mídias e na rotina social.
PASSO 3	TRANSCRIÇÃO DOS RELATOS	Transcrevi os relatos incluindo todas as palavras, para capturar a essência das experiências relatadas. Mantive a confidencialidade, utilizando como referência: “Participante 1”, “Participante 2” e, assim, sucessivamente.
PASSO 4	ORGANIZAÇÃO DOS DADOS	Realizei a leitura de todas as transcrições cuidadosamente para me familiarizar com o conteúdo. Fiz anotações sobre temas recorrentes, importantes e qualquer outro detalhe relevante.
PASSO 5	CATEGORIZAÇÃO	Utilizei técnicas de análise de conteúdo para identificar temas e subtemas emergentes a partir dos relatos das participantes. Agrupei informações semelhantes em categorias iniciais, refinadas posteriormente.
PASSO 6	REFINAMENTO DAS CATEGORIAS	Revisei as categorias iniciais e ajustei conforme necessário para melhor refletir os dados. Identifiquei categorias semelhantes e separei as categorias amplas em subcategorias mais específicas.
PASSO 7	ANÁLISE DOS DADOS	Examinei as categorias para identificar padrões, relações entre os temas. Comparei os achados com a literatura existente e as perguntas de pesquisa. Em seguida, iniciei a interpretação dos dados no contexto do estudo, levando em consideração as perspectivas e experiências das participantes. Elaborei narrativas para sintetizar os achados de modo coerente e significativo.
PASSO 8	DISCUSSÕES E RESULTADOS	As implicações dos achados em relação ao contexto mais amplo e às questões de pesquisa foram relatadas como sugestões e recomendações práticas ou áreas para futuras pesquisas, se aplicável.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

No próximo capítulo, apresento e analiso a execução e os resultados oriundos da oficina Origem.

## 6 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA COM A OFICINA ORIGEM

Neste capítulo, apresento relatos sobre a implementação da oficina Origem, abordando seu planejamento, execução e os impactos observados nas participantes. Em seguida, analiso as dinâmicas e interações ocorridas durante a oficina, utilizando categorias de análise definidas para interpretar os dados coletados. Essa análise permitiu uma compreensão aprofundada das experiências das participantes, evidenciando aspectos significativos sobre seu engajamento e as transformações provocadas pela oficina. Ao final do capítulo, discuto as implicações educacionais e sociais dos resultados obtidos, fornecendo uma percepção para as futuras iniciativas.

A estrutura deste capítulo foi dividida em quatro seções para contemplar a riqueza dos temas. Apresento cada uma em detalhes, proporcionando uma visão abrangente das dinâmicas e interações que ocorreram ao longo da oficina, bem como das contribuições específicas de cada temática trabalhada para o desenvolvimento do grupo.

### 6.1 OFICINA ORIGEM: ORGANIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DENTRO E FORA DA UNISINOS

Em 03 de abril de 2023, em uma quinta-feira, de tempo limpo e clima ameno, aguardava ansiosa a chegada das pessoas para a explanação da primeira temática e da minha primeira vivência com as participantes da oficina Origem. Enquanto arrumava as cadeiras em semicírculo, sentia um certo medo de não conseguir transmitir na íntegra minha proposta, que se materializava ao oportunizar que as pessoas idosas percebessem e refletissem sobre o racismo presente em suas narrativas, atitudes e ações.

As pessoas idosas foram chegando e, aos poucos, o medo foi se transformando em potência, ao ver a quantidade de gente que estava disposta a integrar a oficina. Foram entrando, assinando a lista de presença e tecendo comentários: “Estou curiosa para participar desta atividade!”, “Vamos dançar também?”, conforme apresento na Fotografia 5.

Fonte: Diário de campo produzido pela autora (2023).

## Fotografia 5 - Início da oficina Origem



Fonte: Arquivo do Programa Pró-Maior (2023).

Antes de iniciar a atividade, agradeci a confiança e a presença e, em seguida, apresentei a proposta da pesquisa, explicando detalhadamente, com fala pontual e em bom som, para não deixar nenhuma dúvida, a metodologia e a dinâmica dos encontros.

Abaixo, destaco alguns momentos que foram relevantes para a reflexão e discussão no seguimento da oficina, registrados em meu diário de campo.

No mês de agosto de 2023, participei de uma reunião para potencializar a rede municipal em ações voltadas ao público idoso, em que fomos convidados para participar da abertura do evento, apresentando uma coreografia. Levei ao grupo a proposta e, 15 participantes do gênero feminino, aceitaram o desafio imediatamente. Então, passamos a escolher qual música seria referência para a coreografia. Meu objetivo era mostrar ao público o protagonismo e a força da mulher negra e da pessoa idosa. Para isso, escolhemos a música *Pérola Negra*, da cantora Daniela Mercury. Apresentei a coreografia às participantes e passamos a ensaiá-la. A dedicação foi surpreendente. Passamos a ensaiar às quintas-feiras, quando não ocorria a oficina. Criamos um grupo de WhatsApp para compartilhar informações e orientações detalhadas sobre a coreografia. A coreografia foi gravada e postada neste grupo privado, permitindo que todas as participantes pudessem acessá-la e ensaiar em casa. Um detalhe importante foi em relação à caracterização, pois optamos por usar turbantes que simbolizam a força e resistência das mulheres negras.

Fonte: Diário de campo produzido pela autora (2023).

Em minhas anotações, aponto um planejamento cuidadoso e uma intenção evidente de empoderar as participantes. A escolha da música *Pérola Negra*<sup>18</sup>, de

<sup>18</sup> Disponível em: [youtube.com/watch?v=nx9yWSVB5PA](https://www.youtube.com/watch?v=nx9yWSVB5PA). Acesso em: 31 jul. 2024.



Daniela Mercury, reforça o objetivo de destacar a força e o protagonismo das mulheres negras e idosas. A decisão coletiva sobre a música e o entusiasmo imediato das participantes refletem um ambiente colaborativo e motivador. A Fotografia 6 apresenta a satisfação de estar homenageando mulheres negras, vítimas de racismo e discriminação.

Fotografia 6 - Registro antes da apresentação



Fonte: Arquivo do Programa Pró-Maior (2023).

A seguir, apresento um registro do diário de campo sobre a apresentação realizada.

No dia 24 de agosto de 2023, em uma quinta-feira pela manhã, o Centro Medianeira sediou o evento "Redão - Articulação das Redes para Cuidado e Proteção à Pessoa Idosa", promovido pela Secretaria de Assistência Social, em parceria com as organizações do poder público, da sociedade civil e da comunidade do município de São Leopoldo/RS.

Este encontro é realizado trimestralmente e reúne as redes das cinco regiões da cidade, visando constituir um espaço formativo, de levantamento de demandas e construção de soluções coletivas, de responsabilidade do poder público e/ou da soma de forças dos envolvidos na rede. O Pró-Maior contribuiu com a participação cultural de 15 mulheres idosas participantes da oficina Origem que, por meio da coreografia da música *Pérola Negra*, pretendiam exaltar a força da mulher negra. Inclusive, muitas mulheres que estavam no evento, aderiram ao turbante.

Fonte: Diário de campo produzido pela autora (2023).

A Fotografia 7 mostra a satisfação das mulheres negras e sua representatividade, o turbante. Cada história se faz presente e o quanto a representatividade negra deve ter voz e empoderamento.

Fotografia 7 - Momento de colocação do turbante



Fonte: Arquivo do Programa Pró-Maior (2023).

A Fotografia 8 representa o momento inicial da apresentação da coreografia *Pérola Negra*. Antes, fizemos uma reflexão sobre o quanto temos que valorizar nossas ancestralidades e aprender a respeitar as diferenças.

Fotografia 8 - Evento Redão



Fonte: Arquivo do Programa Pró-Maior (2023).

Na Fotografia 9, estamos juntas, felizes, realizadas, pois nosso objetivo fora cumprido.

Fotografia 9 - Registro após a apresentação



Fonte: Arquivo do Programa Pró-Maior (2023).

A partir dos dados compartilhados no início deste capítulo, reforço o quão relevante se configura a pesquisa ao proporcionar à população idosa a oportunidade de reeducar suas relações étnico-raciais. Estudiosos das Ciências Sociais e das Ciências Humanas estão atentos à relevância da temática das relações étnico-raciais, além de serem militantes não só no meio acadêmico, mas em outros espaços da sociedade. Esta realidade nos mostra o quanto a Educação se constitui como um campo repleto de significações, atravessado por relações de poder (Weschenfelder, 2012).

Ao longo do desenvolvimento das oficinas, observei uma ampliação significativa na disposição das participantes ao se expressarem. Inicialmente, a participação nos relatos era mais reservada, o que é compreensível dada a natureza vulnerável de compartilhar sentimentos pessoais em um grupo, especialmente ao tratar de uma temática como a educação étnico-racial, que pode ser sensível. No entanto, conforme os encontros progrediam e as temáticas abordadas fomentavam confiança e segurança, as participantes demonstravam uma maior abertura para manifestar suas percepções e emoções por meio de relatos ao término das atividades.

Esse aumento na confiança e disposição para a expressão oral sugere um impacto positivo da oficina na capacidade das participantes de se comunicarem abertamente sobre suas experiências e sentimentos.

## 6.2 PERCEPÇÕES DAS PESSOAS IDOSAS SOBRE A OFICINA ORIGEM

Nesta seção, apresento as percepções das pessoas idosas sobre a oficina Origem. Coletei os relatos, individualmente, de forma escrita, ao término do último encontro. A pergunta norteadora foi: *o que você leva da oficina Origem para a sua vida?*

Os relatos das participantes da oficina refletem uma variedade de entendimentos e reações individuais diante do processo de aprendizagem sobre racismo e expressões racistas, alinhando-se às teorias críticas em Educação e pedagogias antirracistas.

Levo desta oficina muito aprendizado para a vida e para o convívio entre todas as pessoas, de diferentes etnias.

Fonte: Participante 3 (2023).

Muito conhecimento e aprendizado. Deve continuar.

Fonte: Participante 1 (2023).

As percepções das pessoas idosas sobre a oficina Origem refletem um reconhecimento significativo da importância da educação sobre o racismo e as relações étnico-raciais. Os relatos das participantes indicaram um certo impacto em suas atitudes e crenças.

Gomes (2003) e Petronilha Silva (2003) apresentam contribuições significativas para compreender essas percepções e reações diante do aprendizado sobre racismo e expressões racistas. Silva (2003), com seu trabalho focado na educação das relações étnico-raciais, enfatiza a importância da inclusão de histórias e culturas africanas e afro-brasileiras no currículo escolar como um meio de combater o racismo. Enquanto Gomes (2003) aborda a necessidade de uma pedagogia antirracista que transcenda o conteúdo programático, incidindo sobre a formação de identidades e a desconstrução de preconceitos dentro e fora das instituições de ensino.

Além disso, Freire (2019) oferece uma base teórica para entender como a educação pode ser utilizada como uma ferramenta de conscientização e libertação, permitindo que os indivíduos reconheçam e atuem sobre as opressões que enfrentam. Isso se alinha com as experiências relatadas pelas pessoas idosas, como, por exemplo, a Participante 2.

Esta oficina nos abriu os olhos sobre o que não sabíamos sobre o racismo. Perante Deus, nós somos iguais. As escolas e os grupos sociais são importantes para esclarecer mais sobre o assunto racismo. Foi de grande aprendizado.

Fonte: Participante 2 (2023).

Ao refletir sobre a espiritualidade e a relação com o racismo, como exposto pela Participante 2, podemos expandir o debate a partir de Lucia Oliveira (2009). A autora explora a influência das instituições religiosas na política e na construção da cidadania, o que também se conecta ao papel da religião no combate ao racismo. Oliveira (2009) argumenta que, enquanto a separação formal entre igreja e Estado é fundamental para garantir a pluralidade religiosa e o respeito às diversidades, as religiões continuam a moldar os valores sociais e políticos no Brasil, o que pode, em alguns casos, perpetuar desigualdades ou preconceitos.

Esta visão da autora pode ser contrastada com o argumento de que a espiritualidade, conforme ressaltado por Leonardo Boff (2009), é uma força que, na vida das pessoas idosas, oferece um espaço para a reflexão sobre igualdade e justiça, independentemente das estruturas políticas formais. O autor sugere que a espiritualidade transcenda essas divisões, promovendo valores universais de igualdade, como enfatizado pela Participante 2. Assim, a espiritualização, quando orientada, pode ser uma fonte de transformação social, desafiando preconceitos e fomentando o diálogo inter-religioso, algo que Oliveira (2009) também considera necessário para evitar que a religião seja utilizada como instrumento de opressão.

A autora salienta a importância das políticas públicas que assegurem a pluralidade e combatam a marginalização de religiões minoritárias, como as de matriz africana, cuja marginalização é, muitas vezes, um reflexo do racismo estrutural, o que também é apontado por Sueli Carneiro (2019). Neste sentido, a abertura ao diálogo, a promoção da igualdade e o combate ao racismo, como apontado pela Participante 2, são fundamentais para o avanço social e para a construção de um espaço público mais inclusivo e plural.

Após o término da temática sobre expressões racistas, as pessoas idosas escreveram suas percepções e sentimentos acerca do assunto. A partir disso, destaco o relato da Participante 5.

Passei a me questionar e, depois do que ouvi, me surpreendi ao perceber que, sem querer e sem notar, eu também era racista. Percebi que usava frases e palavras para me referir ao negro que demonstrava essa mesma atitude. Coisas embutidas na nossa mente como normal, mas que demonstra um racismo velado. Sempre me considerei antirracista, mas sei que devo me policiar, pois pelo fato de ter pensado em “trabalho de negro” e outros termos semelhantes, me provam que, em alguns momentos, também fui racista. O que me deixa triste com esta minha atitude é que sempre levantei a bandeira em defesa do negro e não tinha consciência de que, muitas vezes, [os] ofendi.

Fonte: Participante 5 (2023).

O relato da Participante 5 aponta uma introspecção sobre atitudes racistas veladas que, anteriormente, não eram percebidas como tais, mostrando uma mudança de consciência sobre o racismo internalizado e velado, evidenciando a complexidade das dinâmicas raciais e a necessidade de um constante policiamento das próprias atitudes. Esse processo de conscientização pode ser compreendido à luz das discussões teóricas apresentadas por Bento (2016).

Em suas obras, a autora discute amplamente o conceito de racismo estrutural e velado, que se manifesta não apenas em atos explícitos de discriminação, mas em atitudes e práticas cotidianas naturalizadas pela sociedade. Bento (2016) argumenta que o racismo é uma estrutura de poder que perpetua desigualdades por meio de práticas que, muitas vezes, passam despercebidas, mas estão profundamente enraizadas nas normas sociais e culturais.

Frantz Fanon (2020) também aborda a internalização do racismo. Para o autor, o racismo cria uma autoimagem negativa nas pessoas oprimidas, ao mesmo tempo em que perpetua a desvalorização de culturas e corpos negros na mente dos sujeitos negros. O primeiro passo para a mudança, segundo Fanon (2020), é a consciência, tal como a demonstrada pela Participante 5, ao questionar seus próprios comportamentos e assumir a responsabilidade pelo impacto que causou.

A Participante 2 menciona que usava frases e palavras racistas sem perceber, destacando a noção de “racismo velado”. Este conceito é crucial para entender como atitudes aparentemente inofensivas podem perpetuar a discriminação racial. Como destaca Bento (2016), o racismo velado se esconde nas entrelinhas das interações diárias, reforçando estereótipos e preconceitos de maneira sutil, mas eficaz.

Os relatos também apontam os desafios na reeducação das relações étnico-raciais, incluindo a resistência a mudanças em crenças arraigadas e a dificuldade de reconhecer preconceitos internalizados.

Muitas das expressões eu não conhecia como racismo. Temos que eliminar as expressões racistas. Gostei muito de saber.

Fonte: Participante 6 (2023).

A experiência enfatiza a necessidade de abordagens pedagógicas que sejam, ao mesmo tempo, sensíveis e provocativas, capazes de engajar os aprendizes em uma reflexão profunda sobre suas próprias atitudes e o papel que desempenham na perpetuação ou no combate ao racismo. É importante que a aprendizagem ao longo da vida tenha uma abordagem que valoriza o desenvolvimento contínuo e a capacidade de mudança em todas as idades.

Os comentários das participantes variam desde a descoberta de expressões racistas até a percepção do racismo como uma realidade piorada. Por isso, é necessária uma análise mais profunda e crítica das formas modernas de racismo. Enquanto as manifestações mais visíveis do racismo podem ter diminuído, o racismo estrutural e disfarçado continua exercendo um impacto significativo nas vidas das pessoas negras. Reconhecer e abordar essas formas de racismo são essenciais para promover a igualdade racial.

Na minha opinião, sempre existiu racismo, só que cada vez está pior, só que estão mascarando.

Fonte: Participante 6 (2023).

O relato da Participante 6 reflete a percepção de que o racismo, embora menos visível, continua profundamente enraizado e, de certa forma, se tornou mais insidioso. A afirmação de que “está pior, só que estão mascarando” se alinha à descrição de Bento (2016) sobre o racismo estrutural. A autora argumenta que o racismo no Brasil não desapareceu, mas se adaptou e se tornou mais sofisticado. Esse racismo velado é caracterizado por práticas e atitudes que mantêm a supremacia branca e a desigualdade racial, mas não são imediatamente reconhecidas como racistas.

Expressões como: “criado mudo”, “mulata”, “cor de pele”, entre outras, embora possam parecer inofensivas para quem as usa, estão carregadas de significados históricos e culturais que perpetuam estereótipos e desigualdades. Almeida (2019)

ênfatiza que o racismo estrutural se manifesta por meio de comportamentos e práticas normalizados e internalizados pela sociedade, muitas vezes, sem uma consciência crítica sobre seu impacto. O autor destaca que a naturalização de certas expressões é uma forma de perpetuar as hierarquias raciais, mesmo que não seja intencional.

Além disso, Fanon (2020) afirma que as palavras e as expressões carregam um poder simbólico que reforça as relações de poder. Quando uma palavra ou expressão é repetida, internaliza-se a subjugação em um grupo e a dominação em outro. No caso do termo “mulata”, por exemplo, está historicamente ligado à sexualização e à objetificação da mulher negra.

Já usei muita [expressão de cunho racista], e as pessoas se ofenderam, mas não foi por querer. Pedi desculpas, muitas não aceitaram.

Fonte: Participante 8 (2023).

O relato da Participante 8 reflete a complexidade das interações raciais e o impacto das palavras e ações que, mesmo sem intenção, perpetuam o racismo e causam ofensas pessoais.

Sobre a mudança de atitudes e conscientização em relação ao racismo e preconceitos raciais levantada pelas participantes, sugere-se várias perguntas que podem aprofundar a discussão e a análise sobre o tema. Uma pergunta relevante que engloba tanto os aspectos teóricos discutidos por Silva (2003), Gomes (2003) e Freire (2019), quanto às experiências práticas relatadas poderia ser: como as intervenções educativas focadas na desconstrução de preconceitos raciais podem ser adaptadas para efetivamente atender às necessidades específicas de grupos etários diversos, especialmente as pessoas idosas, em contextos comunitários ou educacionais?

Este questionamento incentiva a exploração de estratégias pedagógicas que respeitem as particularidades do público idoso, considerando suas experiências de vida e perspectivas únicas. Além disso, busca entender como essas estratégias podem ser implementadas de forma prática para maximizar o impacto da educação antirracista em diferentes faixas etárias, promovendo uma transformação social mais ampla e inclusiva.



### 6.3 “EU ACHAVA QUE ERA NORMAL”: ABERTURA AO DIÁLOGO ANTIRRACISMO

Esta categoria foca na abertura ao diálogo sobre o racismo e na transformação para atitudes antirracistas. E reafirma a necessidade de espaços educativos que promovam o diálogo, a reflexão crítica e a aprendizagem contínua como meios de combater o racismo e fomentar relações étnico-raciais mais inclusivas.

A Participante 9 destaca o entendimento sobre a realidade do racismo, observando brincadeiras e piadas homofóbicas e racistas vistas como naturais. No entanto, após participar da oficina Origem, percebe que estava equivocada.

Para mim, foi importante ver a realidade do racismo. Algum tempo atrás, eram consideradas naturais piadas e brincadeiras homofóbicas. As pessoas, por mais que se incomodassem, deixavam para lá. Ainda têm, mas são mais discutidas, estudadas e muitas pessoas processam quem não aprendeu, quando ofendem os seres humanos iguais a elas. Temos mais oportunidade, hoje em dia, para estudar e ter uma vida melhor.

Fonte: Participante 9 (2023).

O relato da Participante 9 reflete o reconhecimento do racismo estrutural e a evolução das discussões sobre o tema na sociedade. Almeida (2019) argumenta que o racismo é mais do que atitudes individuais: é um sistema enraizado nas instituições e práticas sociais que perpetua a desigualdade racial. O reconhecimento da Participante 9 sobre a naturalização de piadas racistas e homofóbicas no passado alinha-se à ideia de Almeida (2019) de que tais comportamentos são parte de um sistema maior que mantém o status racial.

A Participante 9 também menciona que essas práticas são agora mais discutidas e estudadas, refletindo acerca do avanço na conscientização sobre o racismo estrutural. A crescente disponibilidade de oportunidades para estudar e melhorar a vida pode ser vista como um passo positivo na luta contra o racismo, embora Almeida (2019) ressalte que ainda há muito a ser feito para dismantelar completamente as estruturas racistas.

Bento (2022) discute como a branquitude e os privilégios associados contribuem para a manutenção do racismo estrutural. A autora argumenta que a normalização de atitudes racistas é parte do pacto da branquitude, que invisibiliza o racismo e dificulta seu enfrentamento. Enfatiza também a importância de ouvir as experiências daqueles que são afetados pelo racismo e de promover uma educação antirracista.

O relato da Participante 9 reflete uma maior conscientização e uma abertura para discutir e processar comportamentos ofensivos, indicando uma mudança cultural que Bento (2022) vê como essencial para combater o racismo.

Aprendi muitas coisas que eu não sabia, tipos de racismo. Eu achava que era normal. Vou levar para o meu dia a dia. Procurar entender melhor. É muito importante nós vivermos com todos os tipos de pessoas. Todos os dias aprendemos um pouco mais.

Fonte: Participante 12 (2023).

A Participante 12 menciona que aprendeu sobre diferentes tipos de racismo e que antes considerava certas atitudes e comportamentos naturais. Essa descoberta e a vontade de aplicar esse novo entendimento em seu cotidiano refletem um processo de educação antirracista. A revelação da Participante 12 sobre os “tipos de racismo” que ela não conhecia anteriormente é um exemplo de como a educação pode dismantelar as normas racistas internalizadas.

Bento (2022) discute a naturalização do racismo por meio da branquitude, onde atitudes e comportamentos racistas são frequentemente vistos como naturais. O reconhecimento de considerar natural certas atitudes racistas mostram como a educação pode desafiar e mudar essas percepções. Bárbara Pinheiro (2023) argumenta que a educação é uma ferramenta poderosa para dismantelar as estruturas racistas e promover a igualdade.

A oficina Origem me fez repensar muito sobre o racismo, pois, muitas vezes, me senti racista. Todo contexto, até hoje, sempre foi menosprezando o negro. Não adianta essa fala de ser só nas escolas, na universidade, deve ser também nos meios de comunicação.

Fonte: Participante 13 (2023).

O relato da Participante 13 reflete uma introspecção e uma crítica às formas limitadas de combate ao racismo. Ela reconhece seu próprio comportamento racista e destaca a necessidade de expandir a conscientização sobre o racismo além das instituições educacionais, incluindo os meios de comunicação. Assim como Pinheiro (2023) enfatiza a importância da educação para todos, incluindo profissionais dos meios de comunicação, para promover discussões acerca do combate ao racismo em todas as esferas, como um convite à reflexão.

Os relatos refletem uma crescente conscientização sobre o racismo e apontam a necessidade de uma abordagem educacional abrangente que transcenda as instituições tradicionais para incluir todas as esferas da sociedade. As contribuições

de Bento (2016; 2022), Almeida (2018; 2019) e Pinheiro (2023) oferecem uma base teórica para entender essas reflexões e destacar a importância da educação contínua e da ação coletiva na luta contra o racismo.

O racismo deve ser compreendido como um fenômeno estrutural, sustentado por instituições e normas culturais que naturalizam a hierarquia racial, garantindo a manutenção dos privilégios associados à branquitude e à marginalização contínua das populações negras. Esta perspectiva é corroborada por Bento (2022), que argumenta que a branquitude opera de maneira a invisibilizar e normalizar práticas racistas, tornando-as parte integrante do cotidiano social e institucional.

A educação, a autorreflexão e o compromisso com a mudança são essenciais para combaterem o racismo e promoverem a justiça racial. A análise destaca a importância de reconhecer e desafiar as normas racistas internalizadas, ouvir as experiências das pessoas afetadas pelo racismo e se engajar em uma educação antirracista contínua.

Conforme Diangelo (2018), a compreensão dos aspectos do racismo estrutural e suas manifestações no cotidiano é o primeiro passo para uma mudança efetiva. O autor ainda explora o conceito de fragilidade branca e como as defesas emocionais e comportamentais mantêm e perpetuam o racismo estrutural. Argumenta que a conscientização e o reconhecimento das formas sutis e explícitas de racismo são passos essenciais para o desmantelamento dessas estruturas.

Levo, desta oficina, muito aprendizado para a vida e para o convívio entre todas as pessoas de diferentes etnias.

Fonte: Participante 15 (2023).

Esta oficina nos deu a oportunidade de refletirmos sobre os temas de racismo no Brasil. Dizem que não existe racismo no nosso país, mas existe, sim, de maneira disfarçada nas palavras e nos gestos... Devemos aproveitar para transmitir para os nossos filhos e netos (para as futuras gerações) que não se deve ver as pessoas como diferentes, sendo homofóbicos e racistas. Enfim, cada um tem o direito de ser o que é realmente. Não importa a sua cor, orientação sexual, religião porque somos todos iguais perante Deus e perante a sociedade. Esta oficina nos tornou mais sensíveis para esta causa que, muitas vezes, passa despercebida por nós. Agora iremos fazer parte daquelas pessoas que defendem e se preocupam com esse assunto que é muito importante, o racismo.

Fonte: Participante 16 (2023).

Os relatos da Participante 15 e da Participante 16 refletem uma transformação significativa em suas percepções e atitudes em relação ao racismo, destacando a importância da educação e do diálogo no processo de conscientização. A Participante

15 destaca o aprendizado adquirido na oficina: a importância do convívio harmonioso entre pessoas de diferentes etnias. Esta reflexão sugere uma abertura ao diálogo e ao entendimento das diversidades étnicas como uma forma de promover a inclusão e o respeito mútuo.

Almeida (2019) argumenta que a educação e o convívio com pessoas de diferentes etnias são passos fundamentais para dismantlar essas estruturas. O aprendizado mencionado pela Participante 15 é um exemplo de como a educação pode contribuir na construção das percepções racistas naturalizadas e destaca a sua importância na transformação e na consciência crítica.

A Participante 16 expressa a existência de um racismo disfarçado nas palavras e gestos, enfatizando a relevância de transmitir esses aprendizados às futuras gerações, promovendo a igualdade e o respeito às diferenças. O relato da Participante 16 mostra como a educação pode revelar essas práticas racistas veladas e promover uma mudança de atitude.

Bento (2022) também discute a invisibilidade do racismo e a importância de tornar essas práticas visíveis por meio da educação e do diálogo. Gonzalez (2020) aponta a necessidade de uma educação que inclua as experiências e vozes dos negros de transmitir esses aprendizados para as futuras gerações de que a educação deve promover a igualdade e o respeito às diferenças culturais e raciais.

Os relatos da Participante 15 e da Participante 16 demonstram a eficácia da educação e do diálogo na promoção de uma maior conscientização sobre o racismo e na transformação das atitudes e percepções. As contribuições de Alves (2002), Bento (2016; 2022), Almeida (2018; 2019) e Gonzalez (2020) fornecem uma base teórica robusta para entender como a educação pode dismantlar as estruturas racistas e promover a igualdade e o respeito às diferenças. A análise destaca a importância de uma educação antirracista contínua que valorize a diversidade e promova a justiça racial.

A reflexão pessoal sobre atitudes e preconceitos internalizados é fundamental para o processo de desconstrução do racismo, como discutido por Gomes, Fernanda de Oliveira e Kelly de Souza (2010), ao abordarem as questões de racismo e educação antirracista no contexto brasileiro. As autoras discutem como a educação pode ser uma ferramenta poderosa para a desconstrução do racismo e a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Gomes, Oliveira e Souza (2010) enfatizam a importância da reflexão crítica sobre preconceitos internalizados e a necessidade de reeducar as relações étnico-raciais. As autoras complementam a discussão iniciada por Diangelo (2018), com uma perspectiva específica para o contexto brasileiro, destacando a relevância da educação antirracista como meio de transformação social.

Em relação à diversidade étnico-racial, compartilho um registro de meu diário de campo.

Ao dirigir o olhar às participantes, me chamou a atenção uma [Participante 18] que estava sentada com as mãos em posição de oração. No ato, percebi que ela estava rezando e permaneceu assim durante toda a explanação da temática. A sua atitude pode ser vista como um reflexo do preconceito religioso que deslegitima e marginaliza religiões não-hegemônicas. A decisão de permanecer na sala, apesar do desconforto, pode indicar uma resistência interna ou uma tentativa de conciliar suas crenças pessoais com a necessidade de reconhecer e respeitar a diversidade religiosa.

Fonte: Diário de campo produzido pela autora (2023).

O relato descreve uma observação específica sobre a atitude da Participante 18, ao longo da apresentação da temática sobre a religião de matriz africana. Durante toda a explanação, ela se manteve em posição de oração, com mãos juntas, os olhos fechados e os lábios mexendo. Esse comportamento pode ser interpretado como um reflexo do preconceito religioso e da marginalização de religiões não-hegemônicas. Ao mesmo tempo, a decisão da Participante 18 de permanecer na sala, apesar do desconforto, pode ser interpretado como um ato de resistência ou como uma tentativa de conciliação de suas crenças pessoais com a diversidade religiosa.

A análise do comportamento da Participante 18 pode ser enriquecida ao explorar as ideias de Almeida (2018) sobre racismo e a intersecção entre raça, religião e direito. A atitude da participante e a minha observação destacam a necessidade de abertura ao diálogo e o reconhecimento da diversidade, aspectos centrais do antirracismo e da inclusão de diferentes crenças.

Ribeiro (2019) discute amplamente a importância de reconhecer e valorizar as religiões de matriz africana, frequentemente marginalizadas e desrespeitadas devido ao racismo estrutural. A autora argumenta que a intolerância religiosa está profundamente ligada ao preconceito racial, pois desvaloriza as práticas espirituais de comunidades negras.

Carneiro (2019) enfatiza que a desvalorização das religiões de matriz africana é uma extensão do racismo estrutural, que busca inferiorizar e deslegitimar as

expressões culturais e espirituais negras. A autora defende que o reconhecimento e a valorização dessas religiões são essenciais para a promoção da igualdade e do respeito às diversidades culturais e espirituais.

Carneiro (2019) examina a separação entre igreja e Estado no Brasil, estabelecida constitucionalmente, e analisa como é respeitada ou transgredida na prática. Com uma abordagem crítica, a autora avalia o impacto das instituições religiosas no desenvolvimento de políticas públicas, que deveriam ser laicas. Além disso, Carneiro (2019) investiga como a relação entre religião e política influencia a construção da cidadania, especialmente para minorias religiosas, como as religiões de matriz africana, que enfrentam preconceito e discriminação em um contexto político dominado por valores religiosos hegemônicos.

A autora destaca ainda que, em muitos casos, a discriminação religiosa está atrelada a formas de controle social e exclusão de determinados grupos. Por exemplo, religiosidades que fogem dos padrões dominantes, como o candomblé e a umbanda, são vistas como “marginais” e frequentemente associadas a estereótipos negativos, como a criminalização ou a visão de inferioridade. Este preconceito tem raízes no racismo estrutural, já que essas religiões são tradicionalmente praticadas por comunidades negras.

Oliveira (2009) descreve as atitudes preconceituosas sobre a religiosidade como reflexos de um contexto político e social em que a hegemonia de certos grupos religiosos se sobrepõe à diversidade cultural e religiosa, reforçando preconceitos históricos e estruturais. Essas atitudes, segundo a autora, precisam ser combatidas por meio de políticas públicas que garantam a laicidade do Estado e promovam o respeito à diversidade religiosa, criando um espaço de maior inclusão e diálogo.

Embora o foco principal da atitude não seja diretamente o antirracismo, o conceito de marginalização e a necessidade de diálogo aberto para superar preconceitos se alinham aos objetivos de combater qualquer forma de discriminação e promover a inclusão.

## 6.4 A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NA OFICINA ORIGEM

Um dos elementos importantes para a promoção da educação das relações étnico-raciais é a representatividade. Na oficina Origem, o grupo era composto por 25 idosas, destas, três são negras.

A partir dessas perspectivas, a educação das relações étnico-raciais, especialmente no contexto das pessoas idosas, demonstra como a educação continuada e a reflexão crítica podem ser poderosas ferramentas para desafiar e transformar preconceitos enraizados e promover uma sociedade mais inclusiva. Essa abordagem é consistente com a ênfase na educação como um processo contínuo de desenvolvimento humano, capaz de promover a justiça social e a igualdade, conforme defendido por Freire (2019) e outros teóricos da educação crítica.

Nesta pesquisa, procurei compreender como as práticas educativas, focadas especialmente na população idosa, podem ser estruturadas para enfrentar o racismo e promover uma cultura de respeito às diferenças e ao diálogo. Isso reafirma a relevância da educação como um meio de transformação social e a necessidade de abordagens que reconheçam as complexidades das experiências e identidades individuais e coletivas. Experiências essas que devem ser as mais diversas possíveis.

Em meu diário de campo, ressaltai um momento marcante, envolvendo a Participante 21, uma pessoa idosa negra, que enfatizou a importância do turbante. Em seu relato, percebi o quanto foi relevante aquele momento de empoderamento para ela.

Ela [Participante 21] explicou a todos que o turbante é um símbolo cultural e não deve ser usado por aqueles que desconhecem sua história e significado. Relatou um pouco da história do turbante como força de resistência da mulher negra. Este episódio ocorreu ao final do encontro, durante os ensaios para a apresentação da coreografia *Pérola Negra*.

Fonte: Diário de campo produzido pela autora (2023).

O relato da Participante 21 destaca a importância do empoderamento e protagonismo da mulher negra ao abordar o uso cultural do turbante e seu significado histórico. Esta discussão é essencial para compreender como as mulheres negras têm desempenhado um papel crucial na preservação e valorização de suas tradições culturais, ao mesmo tempo em que desafiam práticas de apropriação cultural e promovem a resistência contra o racismo e a valorização da ancestralidade.

O turbante é descrito como uma peça de vestuário rica em histórias, ancestralidades, identidades e culturas. Ele atua como um fio condutor diaspórico, criando conexões entre diferentes países da diáspora negra. Fora do território africano, o uso do turbante serve para manter e reforçar a identidade cultural e o sentimento de pertencimento, representando a continuidade das tradições culturais africanas e preservando a memória e a história das comunidades negras, especialmente na diáspora (Hall, 2013).

Bento (2022) aborda a questão da branquitude e como ela pode invisibilizar e se apropriar de elementos culturais de grupos marginalizados. A posição da Participante 21 contra o uso inadequado do turbante por aqueles que desconhecem seu significado histórico é uma forma de resistir à apropriação cultural e reafirmar o valor das tradições negras.

Na mesma linha de pensamento, hooks (2021) também discute a importância da representação e do respeito pelas tradições culturais das mulheres negras. O uso do turbante é um exemplo do tipo de conscientização e respeito cultural que a autora advoga, promovendo a integridade cultural e a resistência contra a opressão.

Outro ponto foi a apresentação coreográfica da música *Pérola Negra*. Esta canção é um poderoso convite para celebrar a identidade afro-brasileira e reconhecer sua imensa contribuição à cultura do Brasil. A celebração não foi apenas uma homenagem à beleza e resiliência das pessoas negras, mas também uma afirmação da importância de suas culturas, histórias e tradições na formação da identidade nacional. A interação das participantes com os movimentos afro-brasileiros e o uso do turbante como um símbolo de resistência das mulheres negras, destacou a habilidade do grupo de transmitir sua essência, força e empatia pela comunidade negra.

Gonzalez (2020) é uma referência para entender o empoderamento da mulher negra. A autora discute como as mulheres negras têm sido agentes de resistência e preservação cultural, enfrentando o racismo e o sexismo. Além disso, enfatiza o reconhecimento e a valorização das tradições culturais negras como formas de resistência e afirmação da identidade.

Esta oficina me ensinou a ter uma visão diferente sobre o racismo: seja na cor, nos valores de cada um, como semelhança, pois ninguém faz nada sozinho. Ainda somos minoria, mas podemos lutar para mudar este conceito degradante da raça negra. Sabemos que é difícil esta luta, mas não impossível, pois a sociedade nos tornou assim.

Fonte: Participante 11 (2023).



O relato da Participante 11 destaca uma transformação significativa na compreensão do racismo e no reconhecimento da necessidade de luta coletiva para mudar as percepções degradantes da raça negra. Este relato pode ser analisado à luz do empoderamento da mulher negra, enfatizando o papel crucial que a conscientização e a ação coletiva desempenham na promoção da igualdade racial.

Ribeiro (2019) é uma autora contemporânea brasileira que discute amplamente o empoderamento da mulher negra e a importância da luta coletiva. A autora destaca a importância de as mulheres negras ocuparem espaços de fala e ação para desafiar as estruturas racistas e sexistas (Ribeiro, 2017).

Carneiro (2019), também relevante intelectual negra brasileira, tem contribuído significativamente para a discussão sobre racismo e feminismo negro. A autora enfatiza a importância da conscientização e da educação como ferramentas de empoderamento.

Carolina de Jesus (2015) destaca a realidade dura e a resistência das mulheres negras nas favelas brasileiras. Embora a autora seja mais conhecida por seu trabalho autobiográfico, sua obra continua inspirando discussões sobre a resiliência e o empoderamento das mulheres negras. O reconhecimento pela Participante 11 da dificuldade da luta, mas também da sua possibilidade, ressoa com a resiliência que Jesus (2015) representa.

Conceição Evaristo (2017), renomada representante da literatura afro-brasileira, explora as experiências e desafios das mulheres negras, enfatizando a importância da memória e da luta coletiva para a transformação da sociedade.

Compreendo que, ao convidar autoras negras para dialogarem sobre o empoderamento da mulher negra, estou valorizando o seu pensamento, que ultrapassa as teorias acadêmicas, pois elas “sentiram/sentem na pele” as experiências de vida e luta contra o racismo. Muitas vezes, utilizamos esta frase sem a noção de que, em nosso lugar de pessoas brancas, jamais poderemos “sentir na pele” o que os negros sentem todos os dias no enfrentamento ao racismo.

Valorizar autores negros é essencial para reconhecer e respeitar as experiências e perspectivas que, muitas vezes, são marginalizadas. Autoras como Jesus (2015), Evaristo (2017), Ribeiro (2017; 2019), Carneiro (2019) e Gonzalez (2020) contribuem com um arcabouço teórico robusto sobre racismo e empoderamento, além de exporem a autenticidade de suas vivências, proporcionando

uma compreensão mais profunda e realista das desigualdades e desafios enfrentados pelas mulheres negras.

Essas autoras nos mostram que a luta contra o racismo não é apenas uma questão acadêmica, mas uma realidade diária que impacta profundamente suas vidas e comunidades. Reconhecer e valorizar suas contribuições é uma forma de legitimar suas vozes e experiências, buscando promover uma mudança significativa na sociedade. Portanto, ao dialogar sobre o empoderamento da mulher negra, é crucial que continuemos a destacar e a valorizar o pensamento e as vivências dos autores negros, permitindo que suas histórias e sabedorias guiem nossas reflexões e ações.

Durante a oficina Origem, pude identificar diversos desafios, um deles se refere às mudanças necessárias que interferem diretamente em culturas, costumes enraizados e no combate ao racismo estrutural que perdura ao longo de décadas. Esta caminhada, por sua natureza transformadora, enfrenta resistências profundas, especialmente, ao tratar da população idosa. As barreiras são complexas, evidenciando o desafio de desconstruir conceitos e padrões sedimentados ao longo de uma vida inteira. A hesitação e a dúvida frequentemente surgem, não apenas por resistência, mas pela dificuldade intrínseca de alterar mentalidades arraigadas.

O racismo existe. Embora se diga que não. Quem mais percebe são as pessoas negras. Os racimos são sutis. Ninguém diz abertamente que não gosta, que não vai admitir um negro em sua empresa, por exemplo. Meu cunhado [negro], hoje, é advogado. Certa vez, fez uma ficha de trabalho em uma empresa e foi ver se seria admitido. O funcionário saiu da sala num instante e meu cunhado espiou a ficha, ao lado do nome, estava escrito a lápis (candidato de cor negra). Isso era muito comum. Há mais de vinte anos, eu [negra] trabalhava na Caixa Econômica Federal, na Unisinos, e os professores e alguns funcionários eram atendidos por mim. Na hora de entregarem o dinheiro, me perguntavam: “para quem eu entrego o dinheiro?”. Não admitiam que eu fosse a caixa, e por aí vai.

Fonte: Participante 17 (2023).

O relato da Participante 17 destaca a realidade persistente do racismo estrutural e institucional no Brasil, sublinhando como essas formas de discriminação frequentemente se manifestam de maneira sutil e velada. Conforme Valter Silvério e Cristina Trinidad (2012), o racismo no Brasil é frequentemente disfarçado por uma aparência de cordialidade e negação, o que dificulta sua identificação e combate. O relato da Participante 17 sobre seu cunhado, um advogado negro que teve sua candidatura marcada devido sua cor, exemplifica como práticas discriminatórias se perpetuam no ambiente de trabalho, conforme discutido por Munanga (2004), ao apontar a sutileza do racismo nas instituições brasileiras.

Adicionalmente, o tratamento discriminatório que a Participante 17 enfrentou enquanto trabalhava na Caixa Econômica Federal reflete uma percepção enraizada de inferioridade racial, onde mesmo em funções de atendimento, a legitimidade e a competência de pessoas negras são questionadas. Segundo Guimarães (2009), tais atitudes refletem uma visão estereotipada e preconceituosa que desvaloriza a capacidade profissional de indivíduos negros.

Portanto, apesar dos avanços nas políticas de igualdade racial, como a Lei nº 10.639, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas de todo o país (Brasil, 2003b), o relato da Participante 17 evidencia que o racismo ainda persiste de forma enraizada e se manifesta em diversas esferas da vida cotidiana. Esses testemunhos são cruciais para entender a profundidade do racismo no Brasil e a necessidade de ações contínuas e eficazes para promoverem a igualdade racial e combaterem o preconceito.

A partir das teorias de Almeida (2018), é possível reconhecer a necessidade de abordar essas tensões de modo construtivo em ambientes educacionais. Professores devem criar espaços seguros que não apenas informem, mas validem e respeitem as identidades religiosas das participantes. Isso inclui abordar explicitamente o racismo e suas manifestações em relação às religiões de matriz africana, trabalhando para desfazer os estereótipos e preconceitos que cercam essas tradições.

Ao considerar a influência das pessoas idosas nas gerações mais jovens sobre suas mudanças de atitude sobre o racismo e a reeducação de suas relações étnico-raciais, destaco algumas percepções obtidas nesta trajetória de pesquisa:

- educação intergeracional: a interação entre diferentes gerações em uma família ou comunidade oferece uma oportunidade para a troca de conhecimento e experiências. Ao modificar suas próprias percepções sobre o racismo, as pessoas idosas podem transmitir essas novas perspectivas às gerações mais jovens, que, muitas vezes, buscam nos mais velhos orientação e sabedoria. Este tipo de educação informal é fundamental, pois acontece no cotidiano, por meio de conversas e observações comportamentais. Quando pessoas idosas se tornam mais conscientes dos preconceitos raciais e se engajam ativamente em práticas antirracistas, isso pode influenciar diretamente seus filhos, netos e bisnetos, incentivando também uma abordagem mais crítica e consciente em relação ao racismo;

- desconstrução de estereótipos culturais e raciais: muitos estereótipos e preconceitos são transmitidos de geração para geração. A conscientização e mudança

de atitude das pessoas idosas podem ajudar a quebrar ciclos de preconceito racial arraigados na cultura familiar ou comunitária. Ao desafiar e modificar estas crenças, as pessoas idosas podem desempenhar um papel fundamental na reconstrução de uma cultura familiar mais inclusiva e menos discriminatória;

– impacto na política social e comunitária: as pessoas idosas são membros ativos de muitas comunidades e grupos sociais, incluindo organizações políticas. Suas opiniões e atitudes podem influenciar as políticas e iniciativas desses grupos em relação a questões raciais. Uma mudança na percepção das pessoas idosas pode levar a uma abordagem mais progressista em projetos comunitários e políticas sociais que buscam promover a igualdade racial;

– resiliência e transformação social: a capacidade de se adaptar a novos paradigmas culturais é essencial para a coesão e resiliência comunitária. Pessoas idosas que aceitam e promovem mudanças na compreensão e abordagem do racismo contribuem para uma sociedade mais maleável, capaz de enfrentar desafios sociais com maior eficácia e justiça.

Santos (2020) destaca as concepções de envelhecimento e a importância da educação continuada. Os relatos das participantes mostram que, mesmo na velhice, as pessoas podem aprender, crescer e mudar suas perspectivas, ressaltando a necessidade de programas educacionais adaptados a essa demografia.

Portanto, o envolvimento das pessoas idosas em discussões sobre educação e racismo beneficia o seu próprio crescimento pessoal e social, por meio da conscientização, da reflexão e da reeducação das relações étnico-raciais. Além de desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento de comunidades mais inclusivas a todas as gerações. Por isso, é fundamental a criação e execução de programas educacionais focados na reeducação das relações étnico-raciais, especialmente à população idosa, que não teve muitas oportunidades de confrontar e desaprender preconceitos internalizados.

Este processo de aprendizado e transformação está em proporcionalidade com o que a literatura sobre educação e relações raciais enfatiza, ao questionar as crenças e promover um entendimento mais profundo acerca das questões raciais.

Esta análise, ancorada na metodologia de sistematização de Holliday (2006; 2015) permite uma compreensão mais profunda sobre as experiências e percepções das participantes da oficina Origem, contribuindo para o entendimento das dinâmicas sociais e educativas relacionadas ao racismo e à linguagem. Deste modo, as

participantes adquiriram conhecimento e passaram por uma transformação pessoal significativa.

Em seus relatos, há o impacto emocional, evidenciando como o entendimento e a conscientização sobre o racismo podem afetar as emoções e as perspectivas pessoais. Além disso, muitas participantes expressaram a intenção de aplicar o que aprenderam em suas vidas, indicando uma mudança potencial em suas atitudes e comportamentos futuros.

A partir das reflexões sobre racismo e educação antirracista discutidas nesta categoria de análise, uma pergunta que poderia fomentar uma discussão significativa seria: como a experiência e a conscientização adquirida em oficinas como Origem podem ser utilizadas para influenciar políticas públicas de educação antirracista em diversas faixas etárias?

Este questionamento promove uma análise mais aprofundada sobre a aplicabilidade prática do aprendizado obtido em oficinas educativas, explorando como essas experiências podem transcender o ambiente de aprendizagem e serem implementadas por meio de políticas públicas que visem combater o racismo sistêmico. A discussão também pode envolver a eficácia destas políticas em diferentes contextos sociais e educacionais, incentivando um debate sobre estratégias inclusivas e efetivas.

Freire (2019) defende que a educação pode atuar como uma prática de libertação e uma ferramenta para a conscientização e transformação social. Afinal, proporciona aos indivíduos interrogarem a realidade opressora por meio de uma pedagogia do questionamento, em que o diálogo crítico é fundamental.

Esta abordagem sugere que os aprendizados obtidos em oficinas, como a oficina Origem, por exemplo, aumentam a conscientização individual e oferecem ferramentas para as participantes se engajarem ativamente na transformação de suas próprias comunidades. Isso pode ser especialmente eficaz quando aplicado em políticas públicas, as quais podem ser moldadas para incorporar práticas educacionais que encorajem a reflexão crítica e o engajamento na luta contra o racismo.

Podemos argumentar que as políticas públicas devem ser projetadas para neutralizar as desigualdades raciais e etárias, utilizando a conscientização e as aprendizagens de oficinas antirracistas e contra o etarismo para reformar o currículo e as práticas pedagógicas, promovendo a equidade. Além disso, é relevante integrar as percepções dessas oficinas no desenvolvimento de políticas educacionais, criando

currículos que priorizem não apenas as perspectivas históricas e culturais marginalizadas, mas também combatam preconceitos relacionados à idade, como o etarismo.

Desta forma, garantiríamos que as narrativas e perspectivas de comunidades historicamente marginalizadas, incluindo as pessoas idosas, fossem representadas e valorizadas de maneira plena. Isso também fomentaria um diálogo contínuo entre os formuladores de políticas e os grupos diretamente impactados, aumentando a eficácia e a inclusão das iniciativas implementadas.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central desta pesquisa foi compreender como a oficina Origem contribuiu para a reeducação das relações étnico-raciais de pessoas idosas, participantes do Programa Pró-Maior. A investigação buscou abordar a temática do envelhecimento e das relações étnico-raciais, analisando como a inclusão de atividades culturais e reflexivas pode influenciar as percepções e comportamentos das participantes. Para isso, apoiou-me em referenciais teóricos que discutem a importância da educação antirracista e a necessidade de enfrentar o racismo de maneira crítica e reflexiva.

A educação é um canal de transmissão de conhecimento e um espaço de transformação pessoal e social, em que os preconceitos e estereótipos são confrontados e reavaliados, e as práticas educacionais podem influenciar e ser influenciadas pelas identidades culturais. Isto é, reconhecer a valorização da diversidade cultural nos espaços educacionais é fundamental para combater estruturas de poder que perpetuam o racismo e a exclusão social.

Portanto, enquanto avançamos na luta contra o racismo, devemos assegurar que as práticas educacionais estejam alinhadas com uma abordagem que considere a complexidade das identidades culturais e a necessidade de uma ação educacional reflexiva e transformadora. Isso envolve a revisão de conteúdos e a reavaliação de como os processos educacionais podem ser estruturados para promoverem igualdade e justiça.

Argumentar sobre a criação de espaços onde diferentes culturas se encontram e interagem pode desafiar as narrativas e promover uma compreensão das identidades e das relações raciais, oportunizando a pluralidade cultural. Holliday (2015) compreende e interpreta o acontecido para poder transformar e obter lições desta própria experiência, enfatizando uma postura cultural, epistemológica, política e social muito além de apenas um método.

A metodologia adotada foi a pesquisa qualitativa, em que utilizei diários de campo e registros visuais para capturar as experiências e percepções das participantes. A coleta de dados ocorreu durante a oficina Origem, que incluiu atividades expositivas e vivências corporais focadas na cultura afro-brasileira.

A pesquisa proporcionou às participantes uma oportunidade única de refletirem sobre suas relações étnico-raciais, promovendo uma maior conscientização e

mudança de atitudes em relação ao racismo. A pesquisadora, por sua vez, pôde aprofundar seu conhecimento sobre a educação antirracista e a inclusão de pessoas idosas em programas, além de contribuir para o campo da educação e da inclusão social, destacando a necessidade de políticas públicas que promovam a reeducação das relações étnico-raciais à população idosa.

O diferencial deste estudo reside na combinação de duas temáticas raramente abordadas juntas: o envelhecimento e as relações étnico-raciais. Ao focar na população idosa, ofereço uma nova perspectiva sobre como a educação e a cultura podem ser utilizadas para promoverem a equidade racial.

Aprofundei o entendimento sobre educação antirracista e inclusão de pessoas idosas contribuindo para a educação e inclusão social e ressaltando a importância de políticas públicas para a reeducação étnico-racial da população idosa. Os principais desafios incluíram a resistência inicial das participantes em discutir questões raciais. O medo de se exporem e de não serem compreendidas, o receio de serem julgadas perante as demais participantes e o cuidado ao se expressarem. Aos poucos, o grupo foi percebendo que a oficina não era um lugar de julgamento, mas de compartilhamento de dúvidas e aprendizagem com o outro. Superar esses desafios foi essencial para garantir a eficácia da pesquisa e a adesão das participantes.

Durante a oficina, pude identificar e refletir sobre diversos desafios no processo de reeducação das relações étnico-raciais. Um desafio significativo foi a lentidão e, por vezes, a incerteza desse percurso educacional. A mudança necessária interfere diretamente em culturas e costumes enraizados, além de combater um racismo estrutural que perdura há décadas. Enquanto pesquisadora, acrescento que, na minha percepção, a reeducação das relações étnico-raciais é um processo contínuo e gradual, que exige paciência, perseverança e um ambiente acolhedor e seguro para o diálogo aberto.

Essa experiência mostrou que, apesar das dificuldades iniciais, é possível fomentar uma compreensão mais profunda e uma transformação genuína nas atitudes e percepções das participantes. Este processo de aprendizado mútuo e de desconstrução de preconceitos não apenas beneficiou as participantes da oficina, mas também ampliou minha própria compreensão sobre as complexidades do racismo estrutural e a importância de iniciativas educacionais inclusivas e contínuas.

Percebi a necessidade de estratégias específicas para sensibilizar e educar esse público em particular.



Uma das técnicas adotadas foi a inclusão de vídeos educativos que contribuíram para melhor entendimento da temática abordada. Além disso, é essencial reconhecer o impacto cultural e social que a reeducação pode ter, influenciando diretamente em como as pessoas idosas percebem e respondem a essas transformações. Essa constatação reforça a importância de abordagens educacionais sensíveis, que considerem as complexidades das trajetórias individuais e coletivas, promovendo uma reeducação efetiva das relações étnico-raciais.

Os resultados indicaram que as atividades realizadas na oficina Origem foram eficazes ao promoverem a reeducação das relações étnico-raciais das participantes. As reflexões e vivências proporcionadas permitiram maior conscientização sobre o racismo e uma transformação positiva nas atitudes e comportamentos. Para o Programa Pró-Maior, este trabalho trouxe benefícios que incluem maior conscientização, transformação de atitudes, fortalecimento do pertencimento, promoção da inclusão social, valorização da diversidade cultural, capacitação profissional, empoderamento das pessoas idosas e contribuição para uma sociedade mais justa.

Para dar continuidade à pesquisa, sugiro investigar mais a fundo as experiências de pessoas idosas em outros contextos culturais e sociais, além de explorar novas metodologias educacionais que possam ser aplicadas em programas de inclusão e equidade racial. Novos estudos poderiam acompanhar a implementação da oficina Origem em diferentes regiões e contextos, assim como investigar o impacto de outras formas de expressão cultural na reeducação das relações étnico-raciais das pessoas idosas.

Essa transformação pessoal é necessária para podermos avançar rumo a uma sociedade verdadeiramente antirracista. É contundente que reconheçamos e discutamos as relações de dominação. Somente assim, valorizando a experiência e a sabedoria das pessoas idosas, poderemos construir um futuro inclusivo e justo, em que o racismo seja erradicado e a dignidade de todas as pessoas respeitadas.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALVES, Rubem. Entrevista. A terceira idade. **SESC**, São Paulo, n. 24, p. 89-106, maio 2002.
- ALVES, Yossonale Viana; AZEVEDO, Marcio Adriano de. A biopolítica de Michel Foucault: controle do indivíduo e da sociedade. **Inter-Legere**, Natal, v. 4, n. 30, p. 1-22, 2021.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2015.
- BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**: o mais importante ensaio contemporâneo sobre as condições de vida dos idosos. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 25-58.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BIRMAN, Joel. Terceira idade, subjetivação e biopolítica. **Revista História, Ciência, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 1267-1282, out. 2015.
- BOFF, Leonardo. **Tempo de transcendência**: o ser humano como projeto infinito. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BORGES, Maria Claudia Moura. O idoso e as políticas públicas e sociais no Brasil. *In*: VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes; NERI, Anita Liberalesso; CACHIONI, Meire. **As múltiplas faces da velhice no Brasil**. 3. ed. Campinas: Alínea, 2015. p. 79-104.
- BORGES, Raquel de Magalhães. **EnvelheSer em meninas de sinhá**. 2019. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Estudos do Lazer) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é apenas uma palavra. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.
- BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.
- BRASIL. **Decreto nº 9.921**, de 18 de julho de 2019. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática da pessoa idosa. Brasília, 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, 2003b.

BRASIL. **Lei nº 10.741**, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Brasília, 2003a.

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.288**, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, nº 9.029, de 13 de abril de 1995, nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e nº 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, 2010.

BRASIL. **Lei nº 14.423**, de 22 de julho de 2022. Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para substituir, em toda a Lei, as expressões “idoso” e “idosos” pelas expressões “pessoa idosa” e “pessoas idosas”, respectivamente. Brasília, 2022.

BRASIL. **Lei nº 7.716**, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, 1989.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990.

BRASIL. **Lei nº 8.842**, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, 1994.

CACHIONI, Meire; TODARO, Mônica de Ávila. Política Nacional do Idoso: reflexão acerca das intenções direcionadas à educação formal. *In: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina (orgs.). Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões.* Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 175-195.

CAMPEDELLI, Mônica Anechini. **A identidade do velho no mundo contemporâneo.** 2009. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. *In: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria (orgs.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas.* 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 13-37.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrílica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Manizales, v. 8, n. 1, p. 607-630, jan./jun. 2010.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 325-333.

COOKSY, Leslie; GILL, Paige; KELLY, Adam. The program logic model as an integrative framework for a multimethod evaluation. **Eval Program Plann**, v. 24, n. 2, p. 119-128, 2001.

CORREA, Mariele Rodrigues. **Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade: velhice e terceira idade**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

DANNER, Fernando. O sentido da biopolítica em Michel Foucault. **Revista Estudos Filosóficos**, São João del-Rei, n. 4, p. 143-157, 2010.

DEBERT, Guita Grin. A construção e a reconstrução da velhice: família, classe social e etnicidade. *In*: NERI, Anita Liberalesso; DEBERT, Guita Grin (orgs.). **Velhice e sociedade**. Campinas: Papyrus, 1999. p. 41-68.

DIANGELO, Robin. **Não basta não ser racista: sejamos antirracistas**. São Paulo: Faro Editorial, 2018.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá vicêncio**. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: UBU, 2020.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, Marcus Vinícius. **A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 84. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GARAJAU, Narjara Incalado; SANTOS, Naiane Loureiro dos; SANTOS, Cleber Jovino dos. Compartilhando saberes: experiências de educação não formal para pessoas idosas. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 25, p. 1-15, 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial e o novo coronavírus no Brasil. **Trabalho e Justiça Social**, São Paulo, jun. 2020.

GOMES, Nilma Lino. Educação: identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jun. 2003.

GOMES, Nilma Lino; OLIVEIRA, Fernanda Silva de; SOUZA, Kelly Cristina Cândida de. Diversidade étnico-racial e trajetórias docentes: um estudo etnográfico em escolas públicas. *In*: ABRAMOWICZ, Anete; GOMES, Nilma Lino (orgs.). **Educação**

**e raça:** perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 56-64.

GONZALEZ, Lélia. *In*: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUEDES, Débora Wilza de Oliveira. **Educação continuada e projeto de vida de pessoas idosas.** 2006. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Gerontologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 9-43, 2004.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 54, p. 147-156, 1999.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil.** São Paulo: 34, 2009.

HALL, Stuart. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

HENNING, Paula Correa; GIUSTI, Patricia Haertel. A constituição de uma população: os idosos e as estratégias biopolíticas sob análise. **Revista de Estudos Universitários**, Sorocaba, v. 37, n. 2, p. 153-165, dez. 2011.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências.** 2. ed. Brasília: MMA, 2006.

HOLLIDAY, Oscar Jara. Sistematização das experiências: algumas apreciações. *In*: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (orgs.). **Pesquisa participante:** o saber da partilha. 2. ed. Aparecida: Ideias e Letras, 2015. p. 227-243.

hooks, bell. **Ensinando comunidade:** uma pedagogia da esperança. São Paulo: Elefante, 2021.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo:** diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2015.

LARROSA, Jorge. Experiência e alteridade em educação. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 2, p. 4-27, jul./dez. 2011.

MANDELA, Nelson. **Long walk to freedom:** the autobiography of Nelson Mandela. Nova York: Back Bay Books, 1995.

MATOS, Robson Kleber de Souza; VIEIRA, Luciana Leila Fontes. Fazer viver e deixar morrer: a velhice na era do biopoder. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 34, n. 1, p. 196-213, 2014.

- MAZO, Giovana Zarpellon; BENEDETTI, Tânia Rosane Bertoldo. Adaptação do questionário internacional de atividade física para idosos. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**, Florianópolis, v. 12, n. 6, p. 480-484, nov. 2010.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. Hucitec, 2014.
- MUNANGA, Kabengele. Apresentação. *In*: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 15-20.
- MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Niterói: EDUFF, 2004.
- NERI, Anita Liberalesso. Qualidade de vida no adulto maduro: interpretações teóricas e evidências de pesquisa. *In*: NERI, Anita Liberalesso (org.). **Qualidade de vida na idade madura**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2012. p. 9-56.
- NETTO, Matheus Papaléo. O estudo da velhice no século XX: histórico, definições do campo e termos básicos. *In*: FREITAS, Elizabete Viana de; PY, Ligia (orgs.). **Tratado de geriatria e gerontologia**. Barueri: Guanabara Koogan, 2022. p. 2-12.
- OLIVEIRA, Amurabi. **Etnografia para educadores**. São Paulo: UNESP, 2023.
- OLIVEIRA, Lucia Maria Lippi. **Religião e política: uma análise da separação entre igreja e estado no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- OLIVEIRA, Simone Alex de. **A importância das relações sociofamiliares na promoção da qualidade de vida do idoso**. 2009. Monografia (Bacharelado em Psicologia), Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2009.
- PASCHOAL, Sérgio Márcio Pacheco. Qualidade de vida na velhice. *In*: FREITAS, Elizabete Viana de; PY, Ligia (orgs.). **Tratado de geriatria e gerontologia**. Barueri: Guanabara Koogan, 2022. p. 79-84.
- PASSOS, Leandro Corrêa; BARRETO, Raquel Oliveira; CARRIERI, Alexandre de Pádua. “Acrescentar anos à vida e vida aos anos vividos”: um olhar foucaultiano sobre a gestão da velhice no programa Mais Vida, em Minas Gerais. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 12, n. 1, p. 1-18, jan./mar. 2020.
- PAULA, Luciana Dantas de. **Diversidade e desconstrução de preconceitos: estudo de práticas decorrentes de projeto em escola pública do DF**. 2019. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) - Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- PAZ, Serafim Fortes. Movimentos sociais: participação dos idosos. *In*: PY, Ligia (org.). **Tempo de envelhecer: percursos e dimensões psicossociais**. Rio de Janeiro: NAU, 2004. p. 57-84.

PAZ, Serafim Fortes; GOLDMAN, Sara Nigri. O Estatuto do Idoso. *In*: FREITAS, Elizabete Viana de; PY, Ligia (orgs.). **Tratado de geriatria e gerontologia**. Barueri: Guanabara Koogan, 2022. p. 1402-1409.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

PINHEIRO, Adevanir Aparecida. **Identidade étnico-racial e universidade: a dinâmica da visibilidade da temática afrodescendente e as implicações eurodescendentes, em três instituições de ensino superior no sul do país**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

REIS, Elisa. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 143-152, fev. 2000.

RIBEIRO, Djamila. **O que é**: lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANT'ANNA, Mara Rúbia. **O velho no espelho**: um cidadão que envelheceu. 1996. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Curso de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

SANTOS, Geraldine Alves dos. Envelhecimento bem-sucedido, cultura e personalidade. SANFELICE, Gustavo Roesse; BASSANI, Patrícia Scherer (orgs.). **Diversidade cultural e inclusão social**. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2020. p. 32-45.

SANTOS, Naylana Rute da Paixão. **Racismo e eventos produtores de estresse**: experiências de idosas(os) negras(os). 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, 2020.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Luípa Michele. **Envelhecimento e qualidade de vida para idosos**: um estudo de representações sociais. 2011. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

SILVA, Maria Aparecida Lima; SOARES, Rafael Lima Silva. Reflexões sobre os conceitos de raça e etnia. **Entrelaçando**, Cruz das Almas, n. 4, p. 99-115, nov. 2011.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Negros na universidade e produção do conhecimento. *In*: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs.). **Educação e ações afirmativas**: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. p. 43-54.

SILVÉRIO, Valter Roberto; TRINIDAD, Cristina Teodoro. Há algo novo a se dizer sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 891-914, jul./set. 2012.

STANO, Rita de Cássia Magalhães Trindade. Espaço escolar: um tempo de ser-na-velhice. *In*: KACHAR, Vitória. **Longevidade**: um novo desafio para a educação. São Paulo: Cortez, 2001. p. 155-168.

VIUDE, Andréa. Envelhecimento, cultura e sociedade. **Revista Kairós**, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 59-70, ago. 2009.

WESCHENFELDER, Viviane Inês. **A produção do sujeito negro**: uma analítica das verdades que circundam em Venâncio Aires/RS. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

WESCHENFELDER, Viviane Inês; SILVA, Mozart Linhares da. A cor da mestiçagem: o pardo e a produção de subjetividades negras no Brasil contemporâneo. **Análise Social**, Lisboa, n. 227, p. 308-330, 2018.

WOLFF, Suzana Hübner. **A terceira idade na universidade**: um diagnóstico reflexivo e prospectivo a partir da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 1997.

WOLFF, Suzana Hübner. Envelhecimento bem-sucedido e políticas públicas. *In*: WOLFF, Suzana Hübner (org.). **Vivendo e envelhecendo**: recortes de práticas sociais nos núcleos de vida saudável. São Leopoldo: UNISINOS, 2009. p. 13-29.

YIN, Robert. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.



**APÊNDICE A - QUESTÕES ÀS PARTICIPANTES DA OFICINA ORIGEM****QUESTÕES**

- 1) O que você leva da oficina Origem para a sua vida?
- 2) Qual seu sentimento em relação à temática do racismo?
- 3) Descreva o sentimento referente à temática sobre expressões racistas.

Eu, \_\_\_\_\_, após ler as informações e ter as questões referentes à pesquisa esclarecidas, concordo em participar livremente do presente estudo.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Mestranda Silvana Bianchi - Contato: 51 982907660  
Orientadora: Profa. Dra. Viviane Inês Weschenfelder  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) - Mestrado em Educação

**APÊNDICE B - CARTA DE ANUÊNCIA**

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS  
Gerência de Ação Social  
Centro de Cidadania e Ação Social  
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para a pessoa idosa  
PRÓ-MAIOR

São Leopoldo, 06 de novembro de 2023.

**CARTA DE ANUÊNCIA**

O Centro de Cidadania e Ação Social da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, representado pelo coordenador Pe. Antonio Tabosa Gomes, portador do RG: 2005002064741 e CPF: 468929073-34, declara para devidos fins que está ciente da execução da pesquisa intitulada A (RE)EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS DE PESSOAS IDOSAS NO PRÓ-MAIOR: UM GRUPO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, junto ao grupo Origem do Programa PRÓ-MAIOR, o qual é coordenado pela pesquisadora Silvana Bianchi.

A pesquisa está sob a orientação da Profa. Dra. Viviane Inês Weschenfelder, do Programa de Pós-Graduação em Educação desta universidade. O objetivo do estudo é compreender como as pessoas idosas podem reeducar suas relações étnico-raciais, a partir das experiências em um grupo de convivência.

A coleta de dados se dará com a autorização dos participantes do grupo e demais pessoas envolvidas.

Estou ciente e autorizo o uso dos dados coletados para fins da pesquisa.

Atenciosamente,

ANTONIO  
TABOSA  
GOMES:4689290  
7334

Assinado de forma  
digital por ANTONIO  
TABOSA  
GOMES:46892907334  
Dados: 2023.11.06  
08:54:12 -03'00'

Diretor do Centro de Cidadania e Ação Social /CCIAS  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

## APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

#### Prezada participante da oficina Origem!

Como mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, estou realizando uma pesquisa intitulada *A (re)educação das relações étnico-raciais de pessoas idosas no Pró-Maior: um grupo de convivência e fortalecimento de vínculos*, sob orientação da professora doutora Viviane Weschenfelder.

Gostaria de convidá-lo para participar da pesquisa, cujo objetivo é compreender como as pessoas idosas podem desconstruir seu racismo e reeducar suas relações étnico-raciais, a partir das experiências em um grupo de convivência.

Peço que leia atentamente este documento e esclareça suas dúvidas antes de consentir, com sua assinatura, a participação nesta pesquisa. O procedimento será composto no formato de oficina e abordaremos a temática das relações étnico-raciais, por meio de textos introdutórios, apresentações de vídeos, momentos de diálogo e, finalizaremos, com uma atividade prática que visa vivenciar a cultura afro-brasileira por meio da música. No decorrer dos encontros, serão convidados a responder questões relacionadas à temática para oportunizar a reflexão interna e de expressar seu sentimento.

Deste modo, assumo com você os seguintes compromissos: (1) o uso dos dados da pesquisa, sua identidade, assim como a identidade de todos os participantes, será mantida em sigilo. Em qualquer momento que implique a divulgação desta pesquisa, nenhuma pessoa será identificada e se manterá o anonimato dos participantes, evitando qualquer possibilidade de constrangimento que informações coletadas possam causar; (2) as informações reunidas serão usadas, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa e dos trabalhos científicos que dela poderão se desdobrar; (3) os resultados da pesquisa serão disponibilizados aos participantes, permitindo-lhes também a ciência das informações produzidas durante a pesquisa, assim como assegurando que tais informações não serão utilizadas em prejuízo ou para a estigmatização das pessoas envolvidas. Deste modo, considerando a Resolução nº 466, de 2012, os riscos são mínimos, mas espera-se reduzi-los o máximo possível; (4) o caráter voluntário de seu consentimento. Caso você tenha interesse em desistir de participar da pesquisa, isso poderá ser feito a qualquer momento, sem nenhum prejuízo a você ou aos demais participantes; (5) a garantia de que você pode receber respostas a qualquer momento sobre os procedimentos e outros assuntos relacionados à pesquisa, por meio dos seguintes contatos: e-mail: silvanab@unisinos.br e telefone: (51) 98290-7660; (6) este TCLE deverá ser assinado e disponibilizado em formato digital à pesquisadora, sendo que uma das vias ficará em sua posse.

**Autorização de imagem:** os encontros serão presenciais e, com isso, as imagens e as gravações de áudio comporão o conjunto de materiais da pesquisa. Solicito autorização também para uso das imagens e de áudios, para registro dos encontros e como material da pesquisa.

Grata pela atenção e colaboração!

Silvana Bianchi

(    ) Li o TCLE e concordo em participar da pesquisa.

São Leopoldo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
Assinatura da participante

**ANEXO A - APRESENTAÇÃO NO EVENTO REDÃO**

